

SER LIVRE COM ACESSIBILIDADE: VIVER COM DIGNIDADE SENDO PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Projeto

Sofia Alexandre Vicente

Trabalho realizado sob a orientação de

Professora Doutora Cristiana Madureira

Leiria, setembro 2025

Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

SER LIVRE COM ACESSIBILIDADE:
VIVER COM DIGNIDADE SENDO PESSOA COM
DEFICIÊNCIA

Projeto

*Porque todas as pessoas, independentemente das
suas limitações, merecem liberdade plena de locomoção*

AGRADECIMENTOS

Ao longo da realização deste projeto contei com o apoio e força de diversas pessoas que tiveram um papel fundamental nesta caminhada tão enriquecedora, que me fez mais uma vez perceber que os sonhos são do tamanho que quisermos e quando se acredita, o que mais ambicionamos chega até nós.

Assim sendo, agradeço primeiramente aos meus pais por tudo fazerem diariamente para que cada novo desafio que pretendo alcançar seja possível, sem o esforço e dedicação deles, certamente não estaria a concluir mais uma etapa.

Tempo também de agradecer ao meu amigo Renato por toda a força que me dá e energia positiva que me transmite diariamente, fazendo-me sempre acreditar que sou capaz de alcançar aquilo que sonho, ele é sem dúvida a minha grande inspiração para nunca desistir de nada e lutar até ao fim.

Não posso também deixar de agradecer à Dona Ana, uma grande amiga que está sempre presente em todos os momentos incentivando-me para que eu vá sempre voando mais alto e dando-me palavras muito motivadoras e o apoio necessário

Para terminar, agradeço a todos os docentes deste mestrado, por todas as aprendizagens dadas, em particular à minha orientadora de projeto, Professora Doutora Cristiana Madureira, por todo o apoio contínuo e disponibilidade demonstrada ao longo deste caminho.

A todos tenho a maior gratidão dentro do meu coração, o meu muito obrigada.

“Tudo vale a pena quando a alma não é pequena” (Pessoa, 1934, p. 48).

RESUMO

Este projeto foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, centrando-se na problemática das acessibilidades urbanas e arquitetónicas para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. É evidente, que a temática da deficiência é vasta e complexa, porém neste estudo a análise incide especificamente nas barreiras físicas e sociais que dificultam e conseqüentemente atuam como um entrave na mobilidade e plena participação destas pessoas na vida em sociedade.

A motivação para esta investigação parte da experiência pessoal da autora e da vontade de mudança/transformação uma vez que, vivendo na freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, confronta-se diariamente com obstáculos que comprometem a acessibilidade. Esta vivência direta onde são visíveis as dificuldades enfrentadas, reforça o compromisso urgente de compreender a realidade local, dando incentivo a promover mudanças significativas.

O projeto define como principais objetivos compreender as perceções da comunidade relativamente às condições de acessibilidade; elaborar, em colaboração com a comunidade local, um diagnóstico acompanhado de uma proposta de intervenção social mediadora; e sensibilizar a população para a importância de construir uma sociedade mais inclusiva.

Para a recolha de dados, foram utilizados inquéritos por questionário e entrevistas, estas últimas realizadas com uma pessoa utilizadora de cadeira de rodas e com a mãe cuidadora de uma criança com deficiência com comprometimento na fala. Estes testemunhos foram essenciais, pois permitiram uma análise mais profunda da realidade vivida, evidenciando o impacto negativo das barreiras existentes, que condicionam não só a autonomia dessas pessoas, mas também a sua dignidade e cidadania. A análise dos resultados obtidos evidencia a urgente necessidade de uma mudança estrutural e social que ultrapasse as boas intenções, concretizando ações efetivas para a remoção dos obstáculos existentes. Em suma, este trabalho pretende contribuir para a transformação de Vieira de Leiria num território mais acessível, equitativo e inclusivo, onde a deficiência deixe de ser sinónimo de exclusão e passe a ser um convite à ação coletiva, pautada pelo respeito e valorização da diversidade. O lema que orienta esta mudança é: **Todos Diferentes, Todos Iguais.**

Palavras-chave:

Acessibilidade; Deficiência; Inclusão; Mobilidade; Mediação.

ABSTRACT

This project was developed as part of the Master's degree in Intercultural Mediation and Social Intervention, focusing on the issue of urban and architectural accessibility for people with disabilities and/or reduced mobility. It is evident that the topic of disability is vast and complex; however, this study specifically analyzes the physical and social barriers that hinder and consequently act as obstacles to the mobility and full participation of these individuals in society.

The motivation for this research stems from the author's personal experience and desire for change/transformation, as living in the parish of Vieira de Leiria, municipality of Marinha Grande, she is confronted daily with obstacles that compromise accessibility. This direct experience, where the challenges faced are visible, reinforces the urgent commitment to understand the local reality and encourages the promotion of meaningful change.

The project's main objectives are to understand the community's perceptions regarding accessibility conditions; to collaboratively develop a diagnosis with the local community accompanied by a proposal for a mediating social intervention; and to raise awareness within the population about the importance of building a more inclusive society.

For data collection, questionnaires and interviews were used, the latter conducted with a wheelchair user and the mother of a child with speech impairment. These testimonies were essential as they allowed a deeper analysis of the lived reality, highlighting the negative impact of existing barriers, which restrict not only the autonomy of these individuals but also their dignity and citizenship.

The analysis of the results obtained highlights the urgent need for structural and social change that goes beyond good intentions, implementing

effective actions to remove existing obstacles. In summary, this work aims to contribute to the transformation of Vieira de Leiria into a more accessible, equitable, and inclusive territory, where disability is no longer synonymous with exclusion but rather an invitation to collective action grounded in respect and appreciation of diversity. The guiding motto of this change is: **All Different, All Equal**.

Keywords

Accessibility; Disability; Inclusion; Mobility; Mediation.

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract.....	vi
Índice Geral	viii
Abreviaturas.....	xiv
Introdução	1
1. Enquadramento Teórico	4
1.1. A pessoa com deficiência e/ou mobilidade reduzida.....	4
1.2. A Convenção dos direitos das pessoas com deficiência.....	6
1.3. Barreiras na vida das pcd e/ou Mobilidade Reduzida	7
1.4. As acessibilidades em Portugal.....	8
1.5. A inclusão de pessoas portadoras de deficiência na sociedade	11
1.6. A educação inclusiva, um caminho em construção	14
1.7. O Estado como Interventor Social.....	18
1.8. A mediação como apoio para as pessoas com deficiência e como agente promotor da inclusão	20
2. Fundamentação do projeto.....	25
2.1. O município da Marinha Grande	27
2.2. A freguesia de Vieira de Leiria.....	28
2.3. A associação Vieira sem barreiras.....	29
2.3.1. Missão.....	29
2.3.2. Visão.....	29
2.3.3. Valores.....	29
2.3.4. Objetivos.....	30

3.	Enquadramento Geral do projeto.....	30
3.1.	Objetivos do Projeto	32
3.2.	Metodologia.....	33
3.3.	O Inquérito por questionário.....	36
3.4.	A Entrevista	37
4.	Apresentação, Análise e discussão de resultados	39
4.1.	Seleção da amostra	40
4.2.	Tratamento de dados.....	41
4.2.1.	As Entrevistas	41
4.2.2.	Os inquéritos por questionário.....	42
4.3.	Resultados obtidos.....	42
4.3.1.	Questionários respondidos.....	42
4.3.2.	Entrevistas Realizadas	57
4.3.3.	Apresentação/Caracterização da entrevistada	57
4.3.4.	Sinopse da entrevista à pessoa com deficiência	58
4.3.5.	Apresentação/Caracterização da entrevistada	60
4.3.6.	Sinopse da entrevista – Mãe Cuidadora de Pessoa com deficiência com comprometimento de fala	61
4.3.7.	Discussão dos resultados obtidos	64
5.	Planeamento de Atividades	66
5.1.	Atividades a desenvolver e recursos afetos ao projeto	67
5.2.	Parcerias.....	68
5.3.	Estrutura Organizativa do projeto.....	69
5.3.1.	Organograma do Projeto.....	70
5.4.	Resultados Esperados	71
5.5.	Avaliação do projeto.....	72
5.5.1.	Tipo(s) de avaliação.....	72

5.5.2. Metodologia de avaliação	73
5.6. Sustentabilidade do projeto	74
5.7. Fatores de Inovação	75
6. Orçamento Prospetivo	77
Conclusão	79
Referências Bibliográficas.....	82
Anexos.....	89
Anexo 1 – Paradigmas da Deficiência.....	90
Anexo 2 – Equipamentos de apoio à deficiência.....	91
Apêndices	92
Apêndice 1 – Questionário para a população residente em Vieira de Leiria	93
Apêndice 2 – Consentimento informado para as entrevistas.....	99
Apêndice 3 – Guião de entrevista (Pessoa Com Deficiência).....	103
Apêndice 4 – Transcrição de entrevista.....	105
Apêndice 5 – Guião de Entrevista (Mãe cuidadora de pessoa com deficiência com comprometimento ao nível da fala).....	114
Apêndice 6 – Transcrição de entrevista.....	117
Apêndice 7 – Análise de entrevista (Pessoa com deficiência)	127
Apêndice 8 – Análise de entrevista (Mãe Cuidadora de Pessoa com deficiência)...	130
Apêndice 9 – Avaliação Intercalar para pessoas com deficiência sobre as acessibilidades	134
Apêndice 10 – Questionário de avaliação final para a comunidade sobre as acessibilidades	135
Apêndice 11 – Avaliação final das pessoas com deficiência sobre as acessibilidades	137

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Sexo dos inquiridos.....	43
Gráfico 2- Faixa etária dos inquiridos	43
Gráfico 3 - Aferição da existência de deficiência.....	44
Gráfico 4 -Dificuldades quotidianas.....	45
Gráfico 5 - Aferição do meio deslocação	45
Gráfico 6- Aferição da importância de postos de carregamento	46
Gráfico 7- Aferição do conhecimento de pessoas com deficiência.....	47
Gráfico 8 - Perceção dos acessos para pessoas com deficiência	47
Gráfico 9 - Faltas de acesso evidenciadas	48
Gráfico 10- Avaliação das Acessibilidades	48
Gráfico 11- Importância da requalificação urbanística e de infraestruturas.....	51
Gráfico 12- Papel dos órgãos autárquicos	53
Gráfico 13- Importância da sensibilização da comunidade.....	53

Índice de Tabelas

Tabela 1- Aferição de alterações de acessibilidade	51
Tabela 2- Acessibilidade e seus impactos na vida da população com deficiência	52
Tabela 3- Situações vivenciadas/ presenciadas	55
Tabela 4- Opiniões/sugestões dos inquiridos	57
Tabela 5 - Sinopse de entrevista (Pessoa com Deficiência)	60
Tabela 6- Sinopse de entrevista (Mãe cuidadora de pessoa com deficiência).....	64
Tabela 7- Atividades a desenvolver e Recursos Humanos afetos	67
Tabela 8- Parceiros e seus contributos	69
Tabela 9 - Orçamento Global de Recursos Humanos	77
Tabela 10 - Orçamento Global de Recursos Materiais.....	78
Tabela 11 - Orçamento Final do Projeto	78

Índice de Figuras

Figura 1- Organograma do Projeto	70
--	----

ABREVIATURAS

- APD – Associação Portuguesa dos Deficientes
- CEA – Conceito Europeu de Acessibilidade
- CES – Conselho Económico e Social
- DL – Decreto-Lei
- ENIPD – Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência
- INR – Instituto Nacional para a Reabilitação
- MAVI – Modelo de Apoio à Vida Independente
- MR – Mobilidade Reduzida
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- PCD – Pessoa com Deficiência
- TEIP – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta-se como um projeto com uma forte dimensão política, com um carácter não só investigativo, mas também com o intuito de ser efetuadas ações ligadas ao tema, o mesmo foi realizado no âmbito do Mestrado de Mediação Intercultural e Intervenção Social. O tema em análise prende-se com as acessibilidades para pessoas com deficiência, centralizando-se nas acessibilidades a nível urbanístico bem como nas edificações, uma vez que esta é uma temática com interesse pessoal. Enquanto pessoa com deficiência considero pertinente e fundamental explorar esta problemática presente no concelho da Marinha Grande na Vila de Vieira de Leiria, onde resido e me deparo diariamente com as mais diversas barreiras neste sentido.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência tem como objetivo promover, proteger e garantir os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência¹, uma vez que esta população nem sempre tem as mesmas oportunidades de vida que outras pessoas isto deve-se ao facto de nem todos os locais de trabalho, escolas e serviços estarem acessíveis, o que, muitas vezes, implica violações de respeito mútuo, manifestando-se em formas de mau-trato e exclusão.

Ainda que ao longo dos anos vão sendo implementadas leis de acessibilidade para este público-alvo, a verdade é que em grande maioria essas questões não são colmatadas, o mesmo sucede na área onde resido e em todo o seu meio envolvente, especificamente a nível urbanístico e nas edificações, assim para que seja possível a mudança neste sentido deve ser feita uma intervenção que possa levar à requalificação necessária para que a Vila de Vieira de Leiria seja considerada acessível e conseqüentemente inclusiva, promovendo a integração de todos.

Compreende-se assim que este é um projeto que tem como objetivos principais: compreender as perceções da comunidade relativamente às condições de acessibilidade; desenvolver, em conjunto com a comunidade local, um diagnóstico com uma proposta de

¹ É considerada pessoa com deficiência aquela que tem incapacidades ao nível físico, mental, intelectual e sensorial, que deparando – se com diversas barreiras não são capazes de se integrar plenamente na sociedade (Comissão Europeia, s.d.).

intervenção social mediadora e sensibilizar a comunidade para a importância da construção de uma sociedade mais inclusiva.

O presente trabalho encontra-se dividido em seis partes.

A primeira parte é relativa ao enquadramento teórico, onde são abordados temas fundamentais para uma correta explanação da investigação aqui apresentada, assim é importante compreender, assuntos como: a realidade das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida de forma a que as informações aqui recolhidas possam dar suporte às linhas orientadoras seguintes; a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; os diferentes tipos de barreiras existentes - físicas, comunicacionais, atitudinais e institucionais para que se compreenda que cada um destes entraves interfere na vida quotidiana de todo e qualquer cidadão; as problemáticas relacionadas com a acessibilidade em Portugal; e os desafios e avanços na inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Será igualmente analisado o papel do Estado enquanto agente de ação social e promotor de políticas públicas inclusivas. Por fim, será explorado o contributo da mediação como mecanismo de apoio às pessoas com deficiência e como instrumento promotor de inclusão e participação cidadã, pois desta forma será possível pouco a pouco verificar-se uma transformação ideal na sociedade atual

A segunda parte, aborda o enquadramento geral do projeto, tomando onde será explicada detalhadamente a problemática em estudo, demonstrando que a falta de acessibilidade é evidente, incluem-se aqui os objetivos do projeto e a metodologia adotada, sendo esta uma metodologia de carácter qualitativo.

A terceira parte explana a fundamentação do projeto, com base num breve enquadramento contextual.

A quarta parte é dedicada à análise dos resultados obtidos através dos métodos de recolha de dados qualitativos utilizados, onde é inteiramente solicitado que sejam relatadas situações mais impactantes vivenciadas pelas pessoas com deficiência só assim o estudo terá a qualidade e a veracidade necessária.

A quinta parte apresenta as atividades a realizar, integrando elementos de inovação, os resultados esperados e a proposta de avaliação do projeto. Aquando do momento de avaliação estarão presentes questionários simples, os mesmos são adaptados também a pensar

nas pessoas com deficiência, uma vez que cada pessoa poderá ter limitações diferenciadas.

A sexta parte evidencia o orçamento prospectivo do projeto ao nível dos recursos humanos e dos recursos materiais, dando-nos a possibilidade de compreender e/ou antever os custos associados a um projeto desta índole.

Na parte final, serão sintetizados os principais contributos do estudo, com uma reflexão crítica sobre os objetivos inicialmente propostos, os resultados alcançados, bem como as limitações e possibilidades futuras de aprofundamento da investigação. Será ainda reforçada a importância da inclusão e da mediação como pilares essenciais de uma sociedade mais justa e acessível para todos.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA

O nosso país apresenta cada vez mais escassas acessibilidades para pessoas portadoras de deficiência e/ou com mobilidade reduzida, o que coloca um grande entrave na integração e inclusão destas na sociedade por isso mesmo e por outras palavras tal como defende Cohen (2006), a verdade é que podemos afirmar que a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade faz parte de um processo de troca entre elas. O conceito de deficiência nem sempre é de fácil interpretação e por isso as Nações Unidas defendem que este é um conceito ainda em evolução e que a deficiência é resultante de interações entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais, o que as impede de participar plena e efetivamente na sociedade de forma igualitária com outras pessoas. Desta forma é considerada pessoa com deficiência aquela que “apresenta incapacidades duradouras, físicas, mentais, intelectuais, sensoriais, que perante a interação com várias barreiras podem impedir a sua plena e efetiva participação na sociedade em condições de igualdade” (Instituto Nacional para a Reabilitação, 2020, p. 2). Por sua vez a pessoa com mobilidade condicionada é aquela que “apresenta dificuldades de movimentação e que consequentemente ao longo do tempo terá uma redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, esta mobilidade pode ter um carácter temporário ou permanente (Guia De Rodas, s.d.).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2004) o termo deficiência pretende definir a ausência e/ou disfunção de uma estrutura, esta pode ser ao nível psíquico, fisiológico ou anatómico, ainda assim existem deficiências que nascem com a pessoa, aquelas a que chamamos deficiência congénita, ou as deficiências adquiridas. Importa clarificar que existem vários tipos de deficiências:

- Auditiva – perda parcial ou total da capacidade de ouvir. Uma pessoa surda é aquela em que a audição não é funcional, já as pessoas parcialmente surdas são aquelas que não têm capacidade total de ouvir e que para ser funcional recorrem ao uso de prótese auditiva;
- Visual – perda total ou redução da capacidade visual, com um carácter definitivo, uma vez que nestes casos, melhorias não são espectáveis, assim é Deficiência múltipla ou multideficiência possível distinguir aquilo que são as chamadas

peças com baixa visão e as peças com cegueira, a estas damos o nome de amblíopes;

- Mental – o funcionamento ao nível mental é interrompido ou incompleto, onde as funções, cognitivas, de linguagem, motricidade e capacidades sociais sofrem alterações;
- Ao nível cognitivo e da comunicação, pode resumir-se a um conjunto de duas ou mais incapacidades/défices físicos, sensoriais ou psíquicos;
- Física – disfunção física ou motora que pode ser congénita ou adquirida. Uma pessoa com deficiência motora no que toca aos membros superiores e/ou inferiores, tem um grau de incapacidade igual ou superior a 60%. (Organização Mundial da Saúde, 2004, pp. 12-17).

Uma vez que este público-alvo deve estar incluído na sociedade, tendo à disposição ferramentas que lhes criem igualdade de oportunidades, bem como o exercício de direitos de cidadania o Modelo de apoio à vida independente (MAVI) tem assim como objetivo central, permitir a inovação e a aprendizagem no domínio das medidas de política de apoio à autonomia das pessoas com deficiência e/ou incapacidade. Neste sentido destaca-se alguns princípios orientadores deste modelo, presentes na portaria nº415/2023:

- Universalidade, onde as pessoas com deficiência ou incapacidade possam ter acesso aos apoios que necessitarem para conseguirem cumprir os seus objetivos de vida;
- Funcionalidade dos apoios, onde deve ser tido em conta o contexto da pessoa com deficiência promovendo assim a autonomia e a participação nos diversos contextos de vida;
- Inclusão, significa isto que a sociedade deve acolher todos os cidadãos, de forma a que as pessoas aqui referenciadas possam viver integradas na comunidade, usufruindo de qualquer recurso disponível sempre com equidade;
- Cidadania que implica existência de condições necessárias para que as pessoas com deficiência possam aceder a todos os bens, serviços e contextos de vida;
- Igualdade de oportunidades, onde os sistemas da sociedade e conseqüentemente do meio envolvente devem estar acessíveis a todos, em especial a este público – alvo (Diário da República, 2023).

1.2. A CONVENÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi promovida pelas nações unidas e criada a 13 de dezembro de 2006 e Portugal ratificou a Convenção a 30 de julho de 2009, tendo também aderido, de forma facultativa, ao protocolo, por meio da Resolução da Assembleia da República n.º 57/2009, de 30 de julho (Assembleia da República, 2016).

Esta Convenção surge da crescente necessidade de garantir o respeito pela integridade, dignidade e liberdade individual das pessoas com deficiência, procurando eliminar todas as formas de discriminação. Para tal, torna-se essencial a implementação de leis, políticas e programas que assegurem a participação plena e efetiva desta população na sociedade. Um dos principais objetivos da Convenção é garantir, de forma eficaz, os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, sendo igualmente relevante a monitorização internacional da sua aplicação.

A Convenção aborda um vasto leque de barreiras que afetam as pessoas com deficiência. O artigo 9.º, em particular, destaca-se por tratar especificamente das questões de acessibilidade. Neste artigo, são apresentadas diversas alíneas que merecem especial atenção, nomeadamente:

- Alínea a) Edifícios, estradas, transportes e outras instalações interiores e exteriores, incluindo escolas, habitações, instalações médicas e locais de trabalho;
- Alínea b) Assegurar que as entidades privadas que oferecem instalações e serviços que estão abertos ou que são prestados ao público têm em conta todos os aspetos de acessibilidade para as pessoas com deficiência (Ministério Público, 2006).

Em consonância com a convenção é implementado também o DL n.º82/2022 que centraliza a sua informação nos requisitos de acessibilidade de produtos e serviços, assim pretende tornar os produtos e serviços mais acessíveis, criando um benefício para as pessoas com deficiência, bem como para pessoas com limitações funcionais, este é um então um decreto – lei que visa contribuir para a melhoria da acessibilidade “permitindo uma sociedade mais inclusiva e facilitadora da autonomia das pessoas com deficiência” (Diário da República, 2022, p. 109).

Para que seja possível o cumprimento de todos estes princípios e regras foi em 2019 adotado o Conceito Europeu da acessibilidade (também chamado CEA), esta implica a

existência de requisitos mínimos de acessibilidade na União Europeia, procurando assim “reforçar o direito das pessoas com deficiência a aceder aos bens e serviços, disponíveis no mercado interno da UE (European Union of the Deaf, 2019).

A 16 de maio de 2025, o Programa Pessoas 2030 celebrou o Dia mundial de conscientização sobre a acessibilidade, que tem como objetivo a promoção do acesso e consequente inclusão, fica assim notório que a acessibilidade é uma necessidade primordial na nossa sociedade e para muitas pessoas, por isso mesmo este programa pretende ter, consecutivamente o compromisso para a acessibilidade perante qualquer iniciativa. De salientar que desta forma se dá especial atenção às pessoas com deficiência ou incapacidade, defendendo que todos devem viver sem barreiras, exemplificando estas barreiras com as barreiras do mundo digital, que também existem e são visíveis (Pessoas 2030, 2024).

1.3. BARREIRAS NA VIDA DAS PCD E/OU MOBILIDADE REDUZIDA

As pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida deparam-se diariamente na concretização da vida quotidiana com as mais diversas barreiras, entende – se por este termo “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação” (Empregacessibilidade, s/d, p. 4). É fundamental desmistificar algumas das barreiras com que estes cidadãos se deparam na sua vida diária, por exemplo as barreiras atitudinais são ao longo dos tempos cada vez mais visíveis, pois toda a pessoa com deficiência ainda é olhada como diferente, como alguém incapaz de viver dignamente, assim estas barreiras são descritas exatamente como o “preconceito, estigma, generalizações, estereótipos em relação às pessoas com deficiência” (Empregacessibilidade, s/d, p. 4), desta forma estes cidadãos são tratados por outrem com atitudes de inferioridade, pena, exaltação e até ignorância, apesar de, como foi dito anteriormente, estas barreiras serem notórias para a pessoa com deficiência o mesmo não acontece para quem pratica a atitude, sendo esta tida inconscientemente e consequentemente, é difícil de reconhecer. As PCD que se encontram comprometidas a nível comunicacional enfrentam barreiras na comunicação e estas são aquelas que dificultam ou de alguma forma impossibilitam a expressão ou a receção de mensagens, mensagens estas que podem surgir “(...) por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação” (Empregacessibilidade, s/d, p. 4). Quando a pessoa com deficiência tem necessidade de

circular pela via pública, encontra múltiplos obstáculos que se refletem na dificuldade de locomoção mesmo perante o uso de um produto de apoio, nessas circunstâncias, estamos perante barreiras urbanísticas que se resumem numa quantidade significativa de “(...) obstáculos existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público” (Empregabilidade, s/d, p. 4). Tal como todo o cidadão a PDC tem o direito de usufruir de serviços de transportes, mas em grande maioria, isso fica condicionado, pois os mesmos não estão adaptados para esse público – alvo, por isso as barreiras nos transportes, tal como o nome transparece são “obstáculos existentes nos serviços de transportes” (Empregabilidade, s/d, p. 4). Perante a deslocação a um edifício público e/ou privado, estes podem não ser acessíveis por diversas razões, como por exemplo a presença de escadaria, impeditiva a que a PCD usufrua desse espaço, sendo que este é um obstáculo que pode estar presente no interior ou exterior dos edifícios “(...) e no entorno e nas áreas internas de uso comum, nas edificações de uso privado multifamiliar” (Empregabilidade, s/d, p. 4), a estas damos o nome de barreiras nas edificações.

1.4. AS ACESSIBILIDADES EM PORTUGAL

Qualquer equipamento ou estrutura é essencial a todo o cidadão no desenvolvimento da vida quotidiana, no entanto é bastante comum que esses locais tenham escassez de acessibilidade, o que impede a PCD “(...) de concretizar o que pretendem e que são quase sempre dimensões exteriores ao sujeito de responsabilidade social (...)” (Conselho Económico e Social, 2008, p. 16).

De acordo com o CES todas as estruturas devem ser ajustadas, de forma a disporem de um uso alargado, para isso é importante a existência de rampas, como também de outros instrumentos, só assim cada pessoa tendo em conta o seu tipo de deficiência pode ser autónoma e conseqüentemente, irá certamente sentir-se realizada a nível pessoal e/ou social. Nesta linha podemos referenciar o que a Associação portuguesa dos deficientes apelidou de Design Universal, assente em 7 princípios:

- Utilização Equitativa – qualquer cidadão pode utilizar;
- Flexibilidade de Utilização – toma por referência as capacidades individuais de cada cidadão;
- Utilização simples e intuitiva – a compreensão tem de estar facilitada para cada utilizador, independentemente dos conhecimentos, aptidões linguísticas de cada um e níveis de concentração;

- Informação perceptível – informações necessárias sejam quais forem as condições ambientais/físicas que existam ou até as capacidades sensoriais do utilizador;
- Tolerância ao erro – atua como um agente minimizador das consequências negativas que possam surgir perante ações acidentais e/ou involuntárias;
- Esforço físico mínimo – é utilizado de uma forma eficaz sem que a pessoa sinta um cansaço exacerbado;
- dimensão e espaço de abordagem e de utilização – os espaços e suas dimensões devem ser adequadas para o manuseamento e utilização, independentemente da estatura, mobilidade, ou postura da pessoa (Story & Mace, 1998, p. 24).

Este design em abordagem tem como objetivo “(...) sistemas e ambientes correntes que sejam acessíveis e utilizáveis por todos, tanto quanto possível sem a necessidade de adaptações ou de desenho especial” (Batista R. , 2024, p. 17). Em consonância o CEA defende esta ideia ilustrando-a referenciando uma loja que, o normal é que ela esteja apta para carrinhos de compras , no entanto apesar das regras básicas existentes em qualquer edificação, há requisito que se deve considerar fundamental, qualquer instalação deve ser acessível para as pessoas com deficiência, e para isso há 3 palavras-chave, importantes de abordar: “TODOS - esta é uma palavra que remete para um número ilimitado de pessoas, todas elas com características diferentes; IGUALDADE, que não se cinge apenas ao facto de as pessoas entrarem num edifício e terem a capacidade de ser independentes, mas também à ideia de que essas pessoas não devem ser colocadas em categorias; e INDEPENDÊNCIA, que não é resumido por exemplo ao facto de o cidadão usar um edifício de forma plena, mas em consequência disso serem capazes de ter a sua independência” (Conselho Holandês das pessoas com deficiência, 1996, pp. 18-19).

Na perspectiva dos autores Darcy & Harris a partir do momento em que estamos perante um ambiente inacessível, o mesmo pode afetar negativamente as pessoas com incapacidade ao nível do seu bem-estar, uma vez que qualquer barreira arquitetónica é impedimento para que estas pessoas acedam a infraestruturas (Darcy & Harris, 2003). Este é uma temática que merece uma abordagem minuciosa e por isso de acordo com Alonso a falta de acessibilidade pode estar interligada com a quatro problemas:

- Estruturais, que tem a ver com a configuração do próprio espaço urbano e da falta de cuidado naquilo que é acessibilidade aquando da elaboração dos planos urbanísticos (ex: passeios estreitos);

- De desenho urbano, isto é, na falta de integração da acessibilidade nos projetos de execução dos espaços (ex: no passeio, colocação de árvores e/ou mobiliário urbano, pavimentos inadequados, etc);
- De manutenção, associados à falta de consideração perante a acessibilidade nas tarefas de manutenção e conseqüentemente de gestão do espaço público urbano;
- De incumprimento cívico e normativo, ligados à falta de fiscalização por parte das entidades competentes, como polícia e administradores do município, assim este problema passa por veículos mal-estacionados, obras, esplanadas, publicidades (Alonso, 2005, p. 112). Nesta linha o DL 163/2006 de 8 de agosto defende que deve existir uma rede de percursos pedonais de forma que esteja garantido o acesso autónomo das pessoas com mobilidade reduzida, aqui devem estar incluídos passeios, escadarias, rampas, entre outros. Também em qualquer edifício ou estabelecimento, segundo a legislação em abordagem, deve existir um percurso dito acessível, onde as pessoas com mobilidade reduzida tenham fácil acesso, quer entre a via e os espaços públicos, como nas entradas/saídas dos respetivos espaços (Diário da República, 2006).

As limitações ao nível das acessibilidades condicionam, de forma significativa, a qualidade de vida das pessoas com deficiência. Neste contexto, considero pertinente uma breve referência aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que definem as prioridades e aspirações globais para 2030 em áreas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, presentes e futuros. tendo em conta a temática deste trabalho, destaca-se o Objetivo 4–Educação de Qualidade, com especial ênfase na meta 4.7, que propõe:

“(...) garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e as competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, nomeadamente através da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural (...)” (Business Council for Sustainable Development, s.d.).

Este objetivo reforça a importância de uma educação inclusiva e transformadora, que promova valores de equidade, respeito pelos direitos humanos e valorização da diversidade, aspetos centrais para uma sociedade mais justa e acessível a todos.

Em síntese, “a promoção da acessibilidade representa uma condição fundamental para o exercício pleno dos direitos de cidadania garantidos pela Constituição Portuguesa (...)” (Moniz, 2007, p. 5). Entre esses direitos assegurados encontram-se o direito à qualidade de vida, à liberdade de expressão e associação, à informação, à dignidade social, entre outros. Neste sentido, é imprescindível fortalecer o compromisso coletivo com políticas inclusivas e práticas sociais transformadoras, que fomentem uma sociedade verdadeiramente acessível, justa e pautada na dignidade de todas as pessoas (Madureira, Viché e Hernaiz, 2024).

1.5.A INCLUSÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE

O percurso da pessoa com deficiência é longo e cheio de desafios desde o momento em que começa a ser acolhida pela sociedade. No entanto, essa integração nem sempre ocorre de forma imediata ou completa, pois resulta de uma evolução histórica e social que deu origem a diferentes paradigmas na forma como a deficiência é compreendida e tratada.

Segundo Thomas Kuhn, paradigmas são “(...) realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (1970, p. 13). No âmbito da deficiência, Sasaki (1999) identifica quatro paradigmas principais:

- Paradigma da Exclusão;
- Paradigma da Institucionalização/Segregação;
- Paradigma da Integração;
- Paradigma da Inclusão.

No paradigma da Exclusão, a pessoa com deficiência era afastada da vida social e do mercado de trabalho, por se considerar que a sua inserção laboral constituía exploração. Esta visão baseava-se numa ideologia de proteção excessiva, que impedia o reconhecimento das capacidades dessas pessoas. Ainda hoje, a exclusão persiste, embora por outras razões, como a falta de reabilitação física e profissional, a ausência de acesso à educação e a inexistência de transportes acessíveis.

O paradigma da Segregação trouxe alguma abertura, permitindo o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho. Contudo, muitas empresas viam nestes trabalhadores

uma oportunidade de lucro, instrumentalizando a sua presença sem garantir inclusão efetiva.

Com o paradigma da Integração, surgem três formas distintas de inserção laboral. Na primeira forma, as pessoas com deficiência são admitidas desde que possuam as qualificações exigidas e possam aceder aos espaços existentes sem necessidade de adaptações. Na segunda forma, as empresas realizam pequenas modificações no ambiente de trabalho para facilitar a mobilidade e permanência desses profissionais. Na terceira forma, os trabalhadores com deficiência são alocados a setores específicos, tendo em consideração eventuais limitações, o que ainda revela uma abordagem diferenciadora, embora com algum grau de ajustamento.

Por fim, o paradigma da Inclusão representa um avanço significativo. Neste modelo, o mundo do trabalho assume um caráter mais justo e equitativo, promovendo a igualdade de oportunidades e a eliminação de disparidades. A deficiência deixa de ser vista como impedimento, e passa a ser considerada parte da diversidade humana que enriquece os contextos sociais e laborais (Sasaki, 1999, p. 27).

Compreende-se assim que existe a “necessidade de envidar todos os esforços para que o meio se adeque às características e necessidades das pessoas” (Mangas & Sousa, 2020, p. 861), por isso mesmo podemos afirmar que o processo de inclusão nunca estará concluído ou completo, é por isso que Omote coloca em evidência dois princípios orientadores:

- 1- Os recursos e procedimentos devem ser tidos em conta tendo por base as características e a diversidade de cada pessoa;
- 2- As diferenças de cada cidadão devem ter um caráter fundamental para toda a comunidade, cuidando destas e integrando-as no dia-a-dia, dando assim a possibilidade do envolvimento de todos (Omote, 2018, p. 28).

Assim “A evolução das sociedades humanas irá (...) criar novas demandas requerendo a competência de toda a natureza das pessoas que a compõem” (Omote, 2018, p. 28). A existência da diversidade e conseqüentemente do respeito que deve existir perante ela cria nas pessoas dificuldades e impedimento de agir em benefício das pessoas, uma vez que hoje em dia ainda predomina o chamado estigma, preconceito e até discriminação. O estigma, segundo Goffman são “(...) sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem o apresentava”

(Goffman, 1981, p. 5). O preconceito são as ideias negativas que construímos sobre uma pessoa ou grupo, formadas até antes de interagirmos com as mesmas. Já a discriminação passa pela “exclusão de pessoas devido a características pessoais, como etnia, altura, peso, aparência, classe social identidade de género, ou pela pertença a algum grupo social” (Mendes, Denari, & Costa, 2022, p. 4).

A estratégia nacional para a inclusão das pessoas com deficiência defende que para que uma sociedade seja inclusiva deve dispor do acesso e também do exercício aos direitos e deveres de cidadania, de sublinhar que “a cidadania é exercida em igualdade, equidade e com garantia de não discriminação, permitindo a participação plena em todos os domínios da vida” (Instituto Nacional da Reabilitação, 2021, p. 19), porém sem que exista a garantia de acessibilidade, quer físicas, quer de informação e comunicação, a participação de qualquer cidadão, fica limitada, o que atua como impedimento no efetivar dos direitos e deveres de cidadania.

Consequentemente, segundo a ENIPD existem alguns conceitos que merecem destaque:

- Territorialização das medidas e ações – foca-se nas especificidades das populações e consequentes necessidades das mesmas, bem como recursos disponíveis, agentes locais e regionais que já existem;
- Transversalidade – Perante realidades complexas é importante conseguir garantir e promover a inclusão, colocando em evidência, áreas, dimensões e contextos de vida;
- Interseccionalidade – é colocado em prática um modelo de intervenção uma vez que existem múltiplas condições que “alimentam” a desigualdade e discriminação das pessoas com deficiência, colocando – as em desvantagem perante outros;
- Sensibilização e capacitação de agentes e instituições – fomentando a sensibilização e capacitação, será possível promover a inclusão de pessoas com deficiência, dando especial atenção às características individuais de cada uma, assim como da comunidade e contexto em que estas estão inseridas;
- Cooperação - os organismos públicos e administrações públicas devem estabelecer uma relação de cooperação entre elas mesmas e as organizações não governamentais que dedicam a sua ação às pessoas com deficiência, estas organizações podem ter um carácter social, solidário e cooperativo, pretende-se que

contribuam, resolvendo problemas o que faz com que se adquira um conhecimento conjunto, o que poderá ser um agente promotor para a dinamização de parcerias;

- Informação e Avaliação – A informação deve ser clara e estar sempre atualizada no que toca à implementação da ENIPD para isso é essencial a mobilização de recursos humanos, financeiros, tecnológicos e físicos, só assim é possível cumprir a estratégia definida para a inclusão das pessoas com deficiência (Instituto Nacional da Reabilitação, 2021, pp. 20-21).

Concluindo, quando falamos de inclusão esta pode ser remetida para “um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem na sociedade” (Freire, 2008, p. 5).

A inclusão plena das pessoas com deficiência exige, assim, uma ação articulada entre políticas públicas, sensibilização social e compromisso coletivo com a justiça e a dignidade humana.

1.6. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO

Para que possamos construir uma sociedade verdadeiramente plena e inclusiva, é fundamental não perder de vista que esse objetivo exige traçar outros caminhos na área da educação. Esses caminhos devem ser constantemente repensados e ajustados, já que a inclusão é um processo em permanente transformação e construção. Nesse sentido, a Direção-geral da educação defende que, para uma escola ser considerada inclusiva, deve assentar em três dimensões essenciais:

- Ética – alicerçada em princípios e valores que fundamentam a sua existência;
- Implementação de políticas educativas – que deve estimular tanto as ações internas da escola quanto a participação da comunidade educativa;
- Práticas educativas – que garante a coerência e integridade das duas dimensões anteriores, assegurando que não sejam comprometidas. (Direção-Geral da Educação, s/d).

A educação inclusiva surge como resposta à necessidade de superar diversas barreiras, especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência, frequentemente excluídas dos contextos educativos. O seu principal objetivo é garantir que os obstáculos à

participação e à aprendizagem sejam eliminados desde o início, tornando o ensino mais adaptado e promovendo, assim, a igualdade de oportunidades.

É essencial que os contextos educativos adotem uma visão holística, pois é essa perspectiva que nos permite valorizar não apenas os conhecimentos, mas também capacidades e atitudes. Este olhar integral “eleva o desenvolvimento das aprendizagens e maximiza a inclusão, na sua plenitude (...)” (Bonança, Madureira & Lima, 2023, p. 304).

A discussão em torno destas questões torna inevitável a abordagem de conceitos como equidade, diversidade e inclusão (já desenvolvida anteriormente neste trabalho). A equidade é entendida como a prática de “tratar as pessoas de maneira justa, considerando as suas necessidades específicas e individuais” (Pcd+inclusão com qualidade, 2024). Este conceito pode ser analisado a partir de dois indicadores:

- 1. Nível de inclusividade – analisa-se a qualidade do sistema educativo através da acessibilidade de uma educação de qualidade a todos os alunos;
- 2. Grau de justiça distributiva do bem comum educacional – avalia-se até que ponto o desempenho escolar dos alunos depende do seu contexto socioeconómico, bem como de atributos como etnia, género, entre outros (Pappámikail, Beirante & Cardoso, 2022, p. 30).

Para promover a equidade e, por consequência, a inclusão é fundamental implementar ações específicas. Um bom exemplo é o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), que se foca em populações escolares em situação de desvantagem socioeconómica e cultural. O programa visa o desenvolvimento e aplicação de medidas que promovam a igualdade de oportunidades, o respeito pela diferença e a autonomia dos intervenientes (Vieira, 2013, p. 218). Este programa assenta em quatro eixos de intervenção:

- 1. Melhoria do ensino, da aprendizagem e do sucesso educativo;
- 2. Prevenção do abandono escolar precoce, do absentismo e da indisciplina;
- 3. Gestão e organização escolar;
- 4. Relação entre escola, família e comunidade (Pappámikail, Beirante & Cardoso, 2022, p. 31).

Para que a equidade exista e perdure, é essencial compreender que esta pode ser alcançada não apenas através da disponibilização de recursos, mas da sua utilização diferenciada e eficaz. Contudo, permanece enraizada a percepção de que a equidade depende unicamente da existência de mais e melhores recursos.

Existem conceitos fundamentais que servem de referência para medir a equidade, entre os quais:

- Meritocracia – as oportunidades educativas são distribuídas com base no mérito individual;
- Padrões mínimos – ainda que muitas vezes baseadas na meritocracia, as oportunidades são distribuídas assegurando que os padrões mínimos são mantidos, especialmente nos níveis mais baixos do sistema educativo;
- Imparcialidade – os recursos educativos devem ser distribuídos de forma equitativa, ignorando quaisquer diferenças;
- Igualdade de condição – pressupõe uma distribuição uniforme, independentemente das circunstâncias individuais (ex.: número de anos de escolaridade);
- Redistribuição – com base nos resultados educativos, os governos podem optar por uma distribuição desigual dos recursos, de forma a compensar desvantagens pré-existentes (UNESCO, 2019, p. 33).

Importa ressaltar que falar de equidade é falar também de inclusão conjuntamente, o mesmo acontece por três razões:

- Desenvolve sistemas de educação personalizados, aqui os alunos são agrupados adotando o critério da homogeneidade dos conhecimentos, de forma a que tenham um acompanhamento estratificado;
- A heterogeneidade da inclusão deve ser algo positivo, só assim a educação será bem-sucedida;
- Despoleta uma base de valores e de práticas “para que a escola se possa modificar em função da sua necessidade de ser equitativa” (Rodrigues, 2014, p. 11).

Neste contexto, a OCDE, no ano de 2008, adotou as chamadas “10 medidas para a equidade em educação”, organizadas em três domínios fundamentais:

1. Conceção

Este domínio inclui quatro propostas principais:

- A primeira visa limitar a orientação precoce dos alunos, evitando que a seleção se baseie exclusivamente nos resultados de aprendizagem.
- A segunda propõe o respeito pela liberdade de escolha das escolas, de forma a evitar situações de desigualdade.
- A terceira defende a implementação de esforços no ensino secundário para combater o abandono escolar.
- Por fim, a quarta medida sugere o reforço de oportunidades que incentivem a continuidade dos estudos.

2. Práticas

Neste domínio, destacam-se três recomendações importantes:

- Primeiramente, os alunos com maiores dificuldades devem receber apoio acrescido, de modo a prevenir reprovações.
- Em segundo lugar, é essencial fortalecer os laços entre a escola e a família, reconhecendo que, com o apoio escolar, mesmo famílias em situação de desvantagem podem contribuir para o sucesso educativo dos filhos.
- A terceira proposta sublinha a importância de reconhecer e valorizar a diversidade, promovendo a integração bem-sucedida de migrantes e minorias.

3. Recursos

Também aqui são apresentadas três abordagens fundamentais:

- A primeira defende uma educação verdadeiramente inclusiva, com prioridade para a educação infantil e o ensino básico.
- A segunda enfatiza a utilização equitativa dos recursos disponíveis, destinando-os especialmente aos alunos com maiores défices de aprendizagem, muitas vezes provocados por contextos de pobreza e pela escassez da oferta educativa.
- Por fim, a terceira medida propõe a definição de objetivos claros que promovam efetivamente a equidade, especialmente no combate ao insucesso e ao abandono escolar.

Os conceitos de equidade e diferença estão também profundamente interligados. No entanto, falar em diferença continua a ser sensível, dada a persistência de estereótipos que impõem expectativas sobre comportamentos e identidades. Como refere Barros, “as diferenças são inevitáveis e até desejáveis, podemos sonhar que um dia elas serão tratadas socialmente com menos desigualdade” (2018, p. 9). Para que este sonho se torne realidade, é imperativo eliminar barreiras. Só assim será possível caminhar rumo à escola ideal, onde a origem, o género ou qualquer outra característica individual deixem de ser fatores de exclusão. No entanto, a diferença não deve ser considerada um problema, pelo contrário deve ser vista como um desafio, desafio esse que passa pela “capacidade da escola se modificar de forma a ser capaz de proporcionar uma educação de qualidade a todos os seus alunos” (Rodrigues, 2014, p. 10)

Segundo o autor, torna-se evidente que ainda não existem recursos suficientes para garantir a inclusão. Por isso, é essencial justificar “a sua imprescindibilidade e ligação à melhoria da oferta educativa” (Rodrigues, 2023, pp. 17-18), para que se reconheça a extrema importância da ampliação desses recursos. É fundamental compreender que certos recursos são verdadeiramente inclusivos por também serem terapêuticos, devendo, assim, promover a interligação entre a aprendizagem e o bem-estar da criança.

É fulcral que o ambiente presente no meio educativo possa ser considerado flexível, desta forma torna-se possível a autonomia e o consequente desenvolvimento de competências dos alunos, pois tal como afirma autora assim “os alunos exploram diferentes áreas do saber, interagindo com outras culturas e trabalhando em projetos interdisciplinares, interculturais, inclusivos e transformativos” (Madureira, 2024, p. 33). A partir do momento que se toma decisão de transformar estes ambientes, a aprendizagem passa a ter uma visão múltipla, de alguma maneira porque fica mais diversificada, com efeito transforma qualquer agente educativo, a cooperação deve atuar entre todos “para a criação de ambientes de aprendizagem interculturais mais inclusivos e significativos” (Madureira, 2024, p. 33).

Conclui-se, portanto, que “o processo de inclusão é um processo complexo, sem ‘road map’ e sempre inacabado” (Rodrigues, 2023, p. 19).

1.7. O ESTADO COMO INTERVENTOR SOCIAL

No que concerne à intervenção social feita pelo Estado esta assenta na promoção da justiça social em concordância com aquilo que é o bem-estar e a proteção dos cidadãos, é

por isso que existem políticas sociais, programas e proteção social de forma a “(...) promover a igualdade de oportunidades, a inclusão social e o bem – estar da população, estas ações podem envolver a redistribuição de recursos, a promoção da participação cidadã, a garantia de direitos sociais, a fiscalização e monitoramento das políticas implementadas (...)” (Fonseca, 2023, p. 28).

De acordo com Gomes Canotilho & Vital Moreira (2010) o Estado no que toca à intervenção social deve desempenhar funções como:

- A Promoção da Igualdade – O Estado atua de maneira a reduzir as desigualdades sociais, para isso deve proceder à implementação de políticas públicas, que promovam a igualdade de oportunidades, que combatam a discriminação e que promovam o acesso equitativamente a serviços e recursos;
- A Regulação e Fiscalização – Nas relações sociais e económicas o Estado deve ser o responsável por regular/fiscalizar as mesmas, através da justiça e da equidade, só assim se protege os direitos dos cidadãos e se pode fiscalizar possíveis práticas abusivas/ilegais;
- A Proteção Social – O Estado deve ser o garante da proteção social para os cidadãos, isso deve ser efetuado garantindo condições de vida dignas, nesse sentido devem se promover programas por exemplo ligados à assistência social, à aposentadoria, à saúde pública;
- Participação e Democracia – O Estado deve garantir que todos os cidadãos participam ativamente nas decisões de vida, como é o exemplo da participação democrática, desta forma é possível promover a responsabilidade e a inclusão;
- Promoção do Desenvolvimento Social – Para que este desenvolvimento exista e seja sustentável, o Estado deve investir em infraestruturas, bem como na educação, na saúde e na cultura, assim poderá verificar – se um progresso na sociedade e esta pode também ser vista como um todo (Canotilho & Moreira, 2010, p. 266).

De acordo com a Associação portuguesa dos deficientes há alguns parâmetros que devem ser considerados no Orçamento de Estado em 2024, destes tais como: as prestações sociais, a antecipação da reforma, a fiscalidade, a educação, o emprego, saúde, a habitação, mobilidade e transportes, acessibilidades, desporto e associativismo, com tudo neste contexto a relevância está naquilo que as acessibilidades, onde se defende que:

- Deve ser criado um programa que se foque na reabilitação das vias públicas para isso, é necessário que exista fiscalização por parte das autarquias, existindo sanção perante falhas ou incumprimento das regras de acessibilidade;
- O INR deve ter à disposição meios humanos e financeiros para a fiscalização abordada no ponto anterior, esta mesma fiscalização passa por instalações e espaços circundantes, assim como institutos públicos;
- A Missão deve passar pela promoção das acessibilidades e por isso, o Estado deve assumir a responsabilidade de verificar se as normas de acessibilidade são cumpridas, caso se verifique o incumprimento dessas normas, as equipas devem ter recursos humanos externos à administração pública, com conhecimento nas áreas da acessibilidade física, de informação e de comunicação.

1.8. A MEDIAÇÃO COMO APOIO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E COMO AGENTE PROMOTOR DA INCLUSÃO

Atualmente muitos profissionais se têm dedicado àquilo que é a definição do termo mediação, uma vez que esta pode ser e é uma definição complexa. Esta palavra deriva do latim e significa intervenção humana entre duas partes, quer isto dizer que, automaticamente entendemos, que este leque conta com a colaboração de uma terceira pessoa. A primeira associação que se faz da palavra mediação é que esta é uma alternativa à resolução de conflitos, porém “(...) a mediação é muito mais do que uma técnica alternativa de resolução de conflitos, constituindo uma realidade de regulação social, promotora da emancipação e da coesão social” (Silva, 2010, p. 120).

O objetivo primordial da mediação visa estabelecer a ligação entre as pessoas, famílias e a comunidade, de forma a fomentar a interação perante relações fragilizadas. No campo das diferenças a mediação atua naquilo que a aceitação do outro só assim se desenvolvem competências sociocomunicacionais.

Nos dias de hoje é essencial que o trabalho social tenha uma vertente pedagógica e social “(...)promove a capacitação subjetiva e cívica das pessoas, trata-se de procurar fazer sociedade, num mundo que nos surge como fragmentado, incerto(...)” (Batista I. , 2008, p. 7) de forma a que se possa promover a autonomia e a solidariedade para todos. A pedagogia social debruça-se em 4 etapas, no entanto esta análise, salienta apenas uma, considerando-se essa, a mais importante neste contexto, a Pedagogia social crítica, esta

pretende salientar a emancipação ao mesmo tempo que privilegia a observação, pois só observando é possível transformar a realidade. Na mediação pode ser de três tipos:

- Preventiva – facilita a comunicação e a compreensão entre pessoas que tenham códigos culturais distintos;
- Reabilitadora – está próxima para aquilo que é a resolução de conflitos;
- Criativa/Transformativa – Tem por objetivo a criação de novas normas, novas ações que se baseia naquilo que é a relação entre as partes (Vieira & Vieira, 2016, p. 59).

Em concordância com a ideia suprarreferida e tendo em conta a problemática em causa neste trabalho, o autor Gimenez diz que o profissional de mediação deve “(...) promover o acesso a serviços e recursos públicos e privados, construir e acompanhar ativamente os processos pessoais de integração e inclusão e favorecer a participação social e comunitária” (Gimenez, 2014, p. 44). A verdade é que nos dias de hoje a mediação intercultural, apesar de ter um carácter preventivo, ela também se assume como transformadora, pois constrói espaços de convivência, como sabemos conviver, diferencia-se da expressão “viver com”, face ao exposto é possível fomentar a coesão social, promover a autonomia, bem como a inserção social das minorias e também dos mais fragilizados, é por isso que o mediador deve ser um profissional imparcial, que é também “(...) um interventor social que procura mudar situações sociais que geram injustiças, carências ou revoltas, sempre com o envolvimento dos implicados, como busca da convivência (...)” (Vieira & Vieira, Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações, 2016, p. 67) no entanto no caso das pessoas com deficiência importa ressaltar que a maioria dos mediadores são eles próprios, uma vez que quando se organizam em associações, ou grupos, passam a ter um papel de carácter mediador porque têm a capacidade de reivindicar os seus direitos. Na mesma linha, a autora Torremorell diz que o facto de a mediação ter também este carácter transformativo “pode promover condutas enraizadas tanto na força do individuo, como na sua empatia pelas outras pessoas” (Torremorell, 2008, p. 39), sabendo que este carácter se relaciona com uma visão superior do eu e da forma como a sociedade é vista, esta visão evidencia um desenvolvimento moral .

O processo de mediação não tem o objetivo exclusivo de que se chegue a um acordo, pelo contrário, pois é fundamental que as pessoas que o mediador acompanha tenham capacidade de decisão.

Para demonstrar as potencialidades das pessoas com deficiência é importante que exista interação com outros indivíduos, uma vez que estes cidadãos são muitas vezes considerados, vulneráveis, dependentes, incapazes e até vulneráveis, este olhar acaba por, de alguma forma marginalizá-los, o que pode trazer consigo problemas identitários, este tipo de problemas podem ser vistos como um “disfarce”, como se este fosse um meio de sobrevivência que atua como facilitador da adaptação para que as pessoas não sintam medo. Uma vez que o preconceito é também um obstáculo para as pessoas com deficiência os processos de mediação atuam, como já foi referido ao nível da comunicação, pois, é crucial saber ouvir e entender, e por isso privilegia-se sempre que possível a voz ativa, a escuta ativa, bem como a inclusão, assim promove-se o desenvolvimento de competências sociais e interculturais, para que tudo corra de maneira benéfica, as mesmas devem ser mediadas.

Muitas são as situações menos positivas vivenciadas pelas pessoas com deficiência e que por isso, necessitam da mediação, como é o caso da discriminação, do preconceito, das barreiras de acessibilidade (urbanísticas e nas edificações), onde o primeiro passo a dar passa pela sensibilização da sociedade para esta problemática, pois muitas vezes as ideias já nascem com a pessoa, estão preconcebidas devido ao senso comum, quando se trata de senso comum, as pessoas não tentam compreender, pois tomam como referência as suas ideias, muitas vezes, preconcebidas, as opiniões de toda uma sociedade, é como se estivessemos a falar de verdades incontestáveis. Podemos então dizer que o senso comum é “(...) um conjunto de conhecimentos e crenças partilhados por uma comunidade e considerados prudentes, lógicos e válidos” (Claro, 2021, pp. 31 - 32).

Nesta linha de raciocínio podemos falar daquilo que é a convivência, para Jares conviver significa “viver uns com os outros, baseando nos em determinadas relações sociais e em códigos de valores, necessariamente subjetivos, no espaço de um contexto social determinado” (Jares, 2007, p. 27) esta convivência leva-nos, inevitavelmente a alguns conteúdos, estes podem ser, éticos, ideológicos, sociais políticos, culturais e educativos e podem – se agrupar em três categorias diferentes:

Conteúdos de natureza humana: que aborda o direito à vida, àquilo que chamamos de paixão de viver, bem como a dignidade, felicidade ou esperança;

Conteúdos de relação: Estes passam pelo respeito, a ternura, a não-violência, a aceitação da diversidade, e negar aquilo que pode ser visto como discriminação, privilegiando-se a solidariedade e a igualdade;

Conteúdos de cidadania: Abordam a justiça social, em consonância com o laicismo, o Estado de Direito e os direitos humanos.

Assim, é de salientar no que toca aos direitos humanos que a convivência engloba normas e valores, segundo aquele que é o meio em que o indivíduo está inserido, então falar de direitos humanos, leva-nos a abordar com já foi suprarreferido da dignidade, essa que é intrínseca a todo e qualquer ser humano e tem uma qualidade que deve ser aqui mencionada, a igualdade de todos os seres humanos.

Podemos afirmar que este projeto vai ao encontro do que Madureira, Viché e Hernaiz referem como sendo “uma educação digna em que a multiculturalidade seja a base das relações de convivência, em que a inclusão se construa, dia a dia, valorizando tudo o que nos une, respeitando, profundamente as diferenças pessoais e da comunidade e centrando a ação numa pedagogia de proximidade humana” (2024, p.5).

Já a solidariedade, tem um carácter ambíguo tanto pode ser uma obrigação, como também um dever ético. Para Jares este é um contexto que “(...) a socialização e a aprendizagem da convivência, para serem plenas, requerem solidariedade, porque não há forma de conviver sem partilhar, sem o cuidado, sem a entrega ao outro” (Jares, 2007, p. 36).

A mediação intercultural contribui para melhorar a comunicação, a relação e a integração intercultural, a essa damos o nome de mediação comunitária que é aquela que atua numa comunidade e que está presente num município ou num território. Tendo em conta esta ideia anterior, temos de novamente, abordar de forma breve aquilo que deve ser o mediador intercultural, uma certeza temos este profissional não pode nem deve ser neutro, pois essa neutralidade poderá gerar injustiças, situações de violência e possíveis desigualdades, então ele deve ser empático, multiparcial, deve promover o acesso a serviços públicos e privados.

A intervenção a ser feita para os municípios tem de ter um carácter de investigação ao nível social, como é o caso da investigação - ação que é feita a partir de vários lugares, promovendo a autonomia destes.

Em suma, deve ter-se sempre presente os municípios, os territórios e conseqüentemente as suas populações que devem ser heterogêneas "(...) em busca da convivência e da inclusão social onde a transformação é para todos e não apenas para quem chega ou é minoria étnica e/ou demográfica" (Vieira, Marques, Silva, Vieira, & Margarido, 2018, p. 128).

2. FUNDAMENTAÇÃO DO PROJETO

A vida em sociedade é um elemento fundamental para que as pessoas com deficiência se sintam integradas/incluídas, porém até que isso aconteça, estas passam muitas vezes por situações desagradáveis, como o preconceito, a discriminação e não menos importante, o facto de os concelhos ou vilas não estarem preparados em termos de acessibilidade para que estas pessoas vivam dignamente, o que afeta negativamente as mesmas, fazendo-as sentir-se diferentes e rejeitadas, influenciando a sua personalidade bem como a sua participação na sociedade.

Após pesquisa e consulta do Diagnóstico Social respeitante ao concelho da Marinha Grande, é possível constatar quais os equipamentos de apoio à deficiência² existentes no município, no entanto nenhum se debruça sobre as acessibilidades (Câmara Municipal da Marinha Grande, 2017 - 2022, p. 112).

Concretamente neste município verifica-se então a necessidade da existência de um serviço de intervenção para apoiar as pessoas com deficiência, perante as acessibilidades em falta, de forma que o local possa antever situações de risco, como a exclusão social, para isso, é importante a implementação de, por exemplo, uma associação que vá de encontro às necessidades das pessoas com deficiência dando especial importância à questão central deste trabalho as acessibilidades.

Assim, até à presente data, constata-se que não existe nenhum documento atual que vá de encontro à investigação que está a ser desenvolvida porém, é notória a necessidade de intervir na vila de Vieira de Leiria, no sentido de implementar rampas, requalificar infra-estruturas para que as pessoas com deficiência/ou mobilidade reduzida possam viver em segurança, de forma igualitária, equitativa e inclusiva.

De forma a justificar esta crescente necessidade relativamente à construção de acessos, importa referenciar e clarificar alguns locais que assim o exigem. Na via pública a escassez de rampas é bastante notória o que impede as pessoas com limitações físicas de circular livremente e aceder a diversos espaços e/ou serviços públicos.

² Anexo 2 – Equipamentos de apoio à deficiência, disponível em <https://www.cm-mgrande.pt/>

Quando existe a necessidade de deslocação à papelaria mais próxima e ao posto dos correios (ambos localizados no mesmo edifício), verifica-se a inexistência de rampas que facilitem o acesso. Acresce ainda o facto de os passeios apresentarem uma altura inadequada para pessoas com mobilidade reduzida e/ou que utilizem produtos de apoio à locomoção. Deste modo, estas pessoas ficam condicionadas e, em muitos casos, impossibilitadas de se deslocarem autonomamente a este local. Para além disso, no interior do edifício, os balcões encontram-se a uma altura bastante elevada, o que impede, por exemplo, que a pessoa consiga colocar sobre o balcão os objetos que pretende utilizar.

Situação semelhante ocorre no acesso às instituições bancárias. Embora a entrada apresente um piso facilitado, as portas são de empurrar, o que constitui uma dificuldade acrescida para pessoas com deficiência. Adicionalmente, os multibancos encontram-se instalados a uma altura elevada, tornando impossível a sua utilização por pessoas em cadeira de rodas, uma vez que não conseguem visualizar nem utilizar o teclado.

No que respeita aos restaurantes, a maioria apresenta degraus ou escadas no acesso ao interior, o que dificulta a entrada e condiciona, conseqüentemente, a fruição destas atividades de lazer por parte das pessoas com mobilidade reduzida.

Relativamente à pastelaria disponível na localidade, pode mesmo considerar-se que é inacessível, dado que possui degraus muito elevados. Assim, uma pessoa com deficiência, caso não esteja acompanhada, vê-se obrigada a ser atendida no exterior, na via pública.

A Biblioteca não dispõe de rampa de acesso e, apesar de possuir um primeiro piso, não tem elevador, o que impossibilita a utilização deste espaço por pessoas com limitações físicas.

Por fim, no caso da Câmara Municipal, apesar de existir uma rampa de acesso exterior, após a entrada no edifício verifica-se a presença de vários degraus para aceder às diferentes secções, em número significativo, o que compromete a acessibilidade no interior do espaço.

Muitas das ruas em Vieira de Leiria são feitas de calçada, essa mesma calçada pouco cuidada, esburacada e bastante desnivelada, o que faz com que as pessoas que se deslocam em cadeira de rodas, que utilizam muletas ou andarilho, possam sofrer quedas, tropeçar ou simplesmente tenham dificuldades de movimentação.

Todos os aspetos anteriormente referidos permitiram diagnosticar a existência de diversas lacunas ao nível da acessibilidade, que devem ser devidamente consideradas para que sejam implementadas mudanças efetivas, não só na Vila de Vieira de Leiria, mas em todo o país. Estas intervenções são fundamentais para promover a inclusão de todos os cidadãos, uma vez que, na realidade, até a simples circulação na via pública nem sempre dispõe das condições adequadas.

Estas situações constituem dificuldades e condicionantes bastante evidentes para as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, limitando a sua autonomia, participação social e igualdade no acesso aos espaços e serviços.

2.1. O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

O concelho da Marinha Grande situa-se no litoral da região centro de Portugal, no distrito de Leiria, a 88 metros de altitude, na margem esquerda do Rio Lis, bem como na Orla Ocidental do tão conhecido Pinhal de Leiria.

A Marinha grande surgiu e conseqüentemente desenvolveu-se à conta da famosa Indústria do Vidro, pois neste concelho estão reunidas as condições para que se desenvolva esta prática tão minuciosa e ao mesmo tempo fundamental. Noutras décadas a população já tinha uma opinião relativamente a este facto e ilustravam-na dizendo que, quem não sopra, já soprou, ficando aqui visível a ligação bastante vincada desta população à indústria vidreira.

A fábrica escola dos irmãos Stephens foi berço desta indústria vidreira e noutros tempos centro nevrálgico da Marinha Grande, pelo que sempre teve um papel relevante e por isso, o reconhecimento por parte da população que integra esta comunidade era notório, tanto em termos económicos, como também culturais e sociais.

Nesta terra, as pessoas desempenham um papel associativo que tem sido ao longo dos anos apelidado de “El Dorado”, esta ideia surge porque muita gente migrou e atualmente, continua a migrar para o concelho.

Como já foi anteriormente referido este é um concelho onde o polo industrial é presença evidente e com grande importância, uma vez que se tivermos em conta a atividade

económica, o setor com maior destaque é o da indústria transformadora, constituída por três setores: produtos metálicos, moldes e plásticos. A verdade é que apesar de ao nível económico o concelho ser representativo, também não devemos esquecer as riquezas naturais que nele existem, tendo um elevado património arquitetónico e histórico que o caracterizam, podendo se destacar: O museu do vidro; o museu Joaquim Correia; museu da fábrica de vidros Santos Barosa; a praça Guilherme Stephens; parque do engenho e a mata nacional. Importa mencionar que também existem praias e o emblemático Pinhal do Rei (Câmara Municipal da Marinha Grande, s/d).

2.2. A FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA

A Vila de Vieira de Leiria faz parte do concelho da Marinha Grande, está localizada na margem esquerda do Rio Lis a 4 quilómetros da Costa no extremo norte do Pinhal de Leiria. Integra também um universo espacial, que se pode agrupar através de dois princípios: o primeiro permite enquadrar a vila, bem como os seus lugares circundantes no âmbito de uma vasta região entre norte e sul e que coincide com a Província da Estremadura; já o segundo integra a freguesia com as localidades da faixa litoral, que se estende de Vieira de Leiria até ao norte, constituindo uma zona que é intrinsecamente influenciada por mar e dunas.

O nome Vieira surge das conchas caneladas que se chamam assim mesmo, “vieiras”, estas existiam nos areais. A verdade é que não existem certezas de quando se deu o nascimento da vila, pois há anos atrás a única referência que se fazia era única e exclusivamente ao rio lis, pois graças a ele é que se deu o nascimento desta localidade (Câmara Municipal da Marinha Grande, s/d).

A 9 de julho de 1985 esta freguesia foi então elevada a vila, devido ao seu fundamental fabrico de limas. A indústria teve sempre um papel importante na vida do povo da Vieira, uma vez que melhoram em grande escala as condições, onde a vida dita tradicional se resumia à pesca, atividade à qual ainda hoje é dada grande ênfase, sendo a praia mais próxima (a praia da Vieira), então caracterizada pela arte xávega.

Ao longo dos anos em Vieira de Leiria houve a possibilidade de ir fixando população, muito pelo apoio do setor industrial, comercial e até agrícola.

A vila é composta pelos seguintes lugares: Boco, Casal das Raposas, Casal d'anja, Casal dos Lobos, Galiota, Outeiros da Vieira, Outeiros da Passagem, Passagem, Praia da Vieira, Casal da Malha.

2.3. A ASSOCIAÇÃO VIEIRA SEM BARREIRAS

A associação “Vieira sem Barreiras”³ está sediada no Largo Combatentes da Grande Guerra, nº7 na Vila de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande. Esta é uma associação sem fins lucrativos.

Esta é uma associação que pretende fomentar a inclusão dos cidadãos portadores de deficiência e/ou mobilidade reduzida, para além de atuar nesta área, dá também especial importância à integração, ou seja, deve ter à disposição ferramentas e apoios para que todos os cidadãos possam ser integrados na sociedade de uma forma simples e positiva neste sentido terá como base a promoção da qualidade de vida, tendo presente para toda a comunidade atividades que incentivem a atuar perante as poucas acessibilidades, sensibilizando-a ao mesmo tempo para esta problemática.

2.3.1. MISSÃO

Melhorar as condições de acessibilidade para os cidadãos portadores de deficiência e/ou mobilidade reduzida, garantindo-lhes, assim, a igualdade de oportunidades, tendo os mesmos acessos a serviços públicos e privados e também a infraestruturas que se encontrem inadaptadas às quais têm de recorrer no seu quotidiano.

2.3.2. VISÃO

Por um país acessível a todos, independentemente da sua condição e/ou limitação.

2.3.3. VALORES

Esta associação rege-se pelos seguintes valores: ética, humildade, empatia, seriedade, solidariedade, interajuda, respeito, individualização, igualdade de oportunidades, inovação, dinamismo, compromisso, colaboração, civismo.

³ Associação criada de forma hipotética para dar sustentabilidade ao desenvolvimento do projeto

2.3.4. OBJETIVOS

A legislação atualmente em vigor, já referenciada no ponto 2 deste trabalho, estabelece a obrigatoriedade de os espaços públicos e privados serem acessíveis porém no nosso país e na Vila de Vieira de Leiria, concretamente continuam a existir muitas e diversas barreiras nesse sentido, o que não permite às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, que se desloquem com normalidade na sua vida quotidiana. Consequentemente, a “Associação Vieira sem Barreiras” tem como objetivos:

- Promover a autonomia dos cidadãos com deficiência e/ou mobilidade reduzida;
- Aumentar e melhorar a qualidade de vida destes cidadãos;
- Consciencializar a comunidade sobre a falta de acessibilidades;
- Promover a inclusão de todos;
- Fomentar a igualdade e equidade

3. ENQUADRAMENTO GERAL DO PROJETO

Ao longo do tempo, e de forma cada vez mais evidente, a falta de acessibilidades tem tido repercussões significativas na vida das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, como foi já abordado no capítulo 2 deste trabalho. Estas pessoas continuam, em muitos casos, a não ser plenamente integradas na sociedade, em resultado de múltiplos fatores: discriminação, preconceito, estigma, perceção de incapacidade, e sobretudo pela ausência de condições materiais adequadas, como acessibilidades urbanísticas e arquitetónicas, que lhes permitam exercer a cidadania de forma plena, digna e inclusiva.

Acredita-se que só através da criação de acessibilidades reais e eficazes será possível construir uma sociedade mais desenvolvida, equitativa e integral, na qual o ser humano seja reconhecido de forma holística, em toda a sua diversidade.

Torna-se, por isso, urgente a implementação de medidas a nível urbanístico — como a construção de rampas — e a requalificação dos edifícios, por exemplo através da instalação de portas mais largas, com o objetivo de dotar a população com deficiência das ferramentas necessárias para viver com autonomia e dignidade.

É neste enquadramento que se inscreve o projeto “Ser Livre com Acessibilidade, Ser Pessoa com Deficiência”, um projeto que alia a intervenção social à mediação, e que se

destina a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida residentes na freguesia de Vieira de Leiria, no concelho da Marinha Grande. Este projeto propõe-se a criar condições concretas para a inclusão, promovendo a igualdade de oportunidades e o exercício efetivo da cidadania. A elaboração de projetos muitas vezes, surge da vontade intrínseca de melhorar ou reestruturar uma determinada realidade, então Serrano afirma que “(...) um projeto é um avanço antecipado das ações a realizar para conseguir determinados objetivos” (Serrano, 2008, pp. 16-17). Segundo Ander-Egg (1989), qualquer necessidade deve ser analisada em três âmbitos distintos: no grupo, na organização ou instituição, e na zona ou área territorial.

Após serem detetadas as necessidades da realidade evidenciada, passamos para o chamado processo de avaliativo que segundo os autores passa por cinco fases:

- Fase Concepto–Construtiva: é um marco de concetualização que ajuda à compreensão aquando da ação de avaliação;
- Fase Antecipativa: faz-se a previsão de determinados elementos e circunstâncias;
- Fase Organizativa: adequa-se e conseqüentemente estrutura-se ação para proceder à avaliação;
- Fase Executiva: São colocados em evidência momentos, procedimentos bem como critérios de avaliação;
- Fase Reflexiva: Sendo o último passo analisa-se e revê-se todo este processo. (Castillo & Cabrerizo, 2011, p. 68).

Ao processo avaliativo acaba por estar associada a mediação de natureza interdisciplinar e multiprofissional, onde o trabalho em equipa é essencial, e por isso fica evidente que se deve ter em conta 5 dimensões:

- Dimensão Temporal: A avaliação estabelece uma mediação entre aquilo que é o presente e futuro, assim como entre o antes e o depois daquilo que foi programada e também efetuado;
- Dimensão Pessoal: A avaliação é vista como uma mediação humana com sujeitos, grupos, sociedades, onde se decide quem avalia e quem é a avaliado nos diferentes âmbitos de atividade;
- Contextual: A avaliação forma a mediação que através das necessidades ou prioridades de uma determinada realidade tem como objetivo satisfazer as mesmas;

- Estratégica: Passa por uma mediação dita normativa, metodológica e até técnica, sendo um apoio para que surja uma proximidade perante a complexidade social, tanto a nível qualitativo como quantitativo;
- Educativa: A mediação utiliza a informação com o intuito de a converter em formação, ou seja, em aprendizagem social, contribuindo assim, para a melhoria de qualquer processo social (Caride, 1999, pp. 60-61).

Deste modo, trata-se de um projeto, no qual se valoriza igualmente a intervenção social mediadora, uma vez que se procura responder a uma problemática concreta, com o objetivo de promover o bem-estar da população visada, através da criação de acessibilidades adequadas e facilitadoras da inclusão.

3.1. OBJETIVOS DO PROJETO

Quando falamos em objetivos, referimo-nos a uma intencionalidade, a uma finalidade que se pretende alcançar. Em outras palavras, um objetivo implica a realização de uma ação concreta.

Para a concretização deste projeto, os objetivos foram definidos previamente, de modo a serem claramente delimitados e orientarem as etapas do trabalho. Assim, apresentam-se os seguintes:

Objetivo Geral:

- Compreender as perceções sobre as condições de acessibilidade, tanto ao nível urbanístico como do edificado, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na Vila de Vieira de Leiria, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e convivial.

Objetivos Específicos:

- Realizar um diagnóstico detalhado das condições de acessibilidade existentes para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, identificando barreiras físicas e sociais no contexto local;

- Propor um plano de intervenção social mediadora, a implementar em articulação com a comunidade e entidades locais, visando a melhoria das acessibilidades;
- Sensibilizar e mobilizar a comunidade para a importância da construção de uma sociedade inclusiva, equitativa e promotora da participação de todos os cidadãos.

3.2. METODOLOGIA

A metodologia é fundamental no desenvolvimento de qualquer projeto, uma vez que pretende responder à pergunta “Como se faz?”, definindo tarefas e procedimentos. A metodologia apresenta-nos, assim, as ferramentas e técnicas de recolha de dados.

O paradigma que orientará esta investigação é o Paradigma Fenomenológico Qualitativo Interpretativo. A escolha deste paradigma deve-se ao facto de a problemática em análise ser de cariz compreensivo. Este é um paradigma onde a realidade é subjetiva e o conhecimento prévio serve de base para o desenvolvimento do projeto (Gonçalves, Gonçalves & Marques, 2021, p. 271). Este paradigma é o que mais se adequa a este projeto, uma vez que pretendemos compreender a realidade, em vez de a explicar.

Ao escolher um paradigma de investigação, é fundamental ter em consideração tanto o paradigma na sua globalidade como o problema em análise, dado que ambos devem estar interligados. Muitas vezes, o interesse pela problemática a investigar surge das experiências e vivências do investigador, tal como acontece nesta investigação.

Por outras palavras, o paradigma escolhido nesta investigação “(...) valoriza a explicação e compreensão holística das situações, o carácter complexo e essencialmente humano da atividade de interpretação do real e o papel privilegiado que nessa atividade toma o plano da intersubjetividade que resulta do encontro e interação entre múltiplos atores sociais, onde se inclui o investigador” (Claro, 2021, p. 38).

Esta investigação tem como objetivo compreender uma realidade específica, identificar as barreiras existentes e colmatá-las através de uma intervenção social mediadora no concelho da Marinha Grande — Vila de Vieira de Leiria. Para atingir os objetivos definidos, adotou-se uma abordagem que vai além da mera investigação, centrando-se na

intervenção social direta, com o intuito de promover mudanças concretas e duradouras no contexto local.

Ao invés de se basear exclusivamente na metodologia de investigação-ação, que articula de forma contínua produção de conhecimento e intervenção, este projeto privilegia a dimensão da intervenção social mediadora, que procura não só compreender as necessidades da população, mas também facilitar processos de inclusão e transformação social adaptados às especificidades do contexto.

Inspirando-se nos princípios de Guerra (2006), desenvolveu-se este projeto tendo em conta três dimensões essenciais, que se interligaram ao longo do processo:

- **A ação:** que se traduziu na definição clara de objetivos voltados para a promoção da mudança social, nomeadamente a melhoria das condições de acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no contexto comunitário;
- **A investigação:** que consistiu num diagnóstico participativo realizado com a comunidade, permitindo identificar barreiras, necessidades e perceções relativas às acessibilidades existentes, bem como compreender as dinâmicas locais;
- **A mediação social:** que se expressou na construção conjunta de soluções e propostas de intervenção, mobilizando as capacidades cognitivas, relacionais e reflexivas dos intervenientes, e facilitando o envolvimento ativo da comunidade na promoção da inclusão social.

Assim, a intervenção social mediadora revelou-se uma abordagem adequada para este projeto, pois permitiu integrar o diagnóstico participativo com uma resposta prática e ajustada às necessidades identificadas, promovendo acessibilidades efetivas e facilitando a inclusão de todos no espaço comunitário.

Optou-se pela utilização de métodos quantitativos e qualitativos, de forma a obter uma compreensão mais abrangente e aprofundada da realidade em estudo.

Assim, foram elaborados inquéritos por questionário, construídos e aplicados através da plataforma Google Forms, dirigidos à população da Vila de Vieira de Leiria. Esta técnica permitiu recolher dados de um número alargado de participantes, possibilitando a análise

das percepções da comunidade relativamente às condições de acessibilidade existentes, tanto ao nível urbanístico como do edificado.

Complementarmente, recorreu-se à realização de entrevistas semiestruturadas, enquanto técnica qualitativa, com o objetivo de aprofundar a compreensão das vivências, dificuldades e necessidades sentidas no quotidiano por pessoas diretamente afetadas pelas barreiras de acessibilidade. Neste sentido, foram realizadas duas entrevistas: uma a uma pessoa com deficiência e outra a uma mãe cuidadora de uma criança com deficiência.

A opção por entrevistas semiestruturadas permitiu garantir alguma flexibilidade na condução da conversa, possibilitando aos participantes expressarem livremente as suas experiências e perspetivas, ao mesmo tempo que se assegurou a abordagem dos temas considerados relevantes para o estudo. Desta forma, estas técnicas contribuíram de forma complementar para a construção do diagnóstico e para a fundamentação da proposta de intervenção social mediadora.

Face ao exposto, num trabalho académico desta natureza ao longo e após a sua concretização é necessário ter sempre presente as questões de ética que se impõem numa investigação, por isso mesmo, deu-se especial importância ao tempo, e ao espaço, onde a investigação se desenvolveu, uma vez que os mesmos, são marcados “(...) por um contexto histórico, cultural e social, que devem ser considerados ao longo de toda a investigação” (Oliveira, 2024, p. 53). Desta forma, aqui foram tomadas em consideração: a relação com os participantes da investigação, por exemplo, em termos do consentimento informado, da confidencialidade e privacidade, perante a divulgação da informação, em casos de desistência de participação em qualquer investigação, daquilo que é o bem-estar e integridade, não esquecendo, a relação com os promotores e colaboradores e com a comunidade e a sociedade em geral.

Através dos pontos mencionados importa mencionar que na presente investigação esteve sempre em demonstração o respeito pela dignidade individual, aceitando a sua comunidade em que vive e/ou grupo social importa dizer que a abordagem foi feita talvez a algumas pessoas em maior situação de vulnerabilidade porém apesar dessa dificuldade existiu sempre um compromisso ético que passou pela vontade de recorrer à transformação, não só dos indivíduos, assim como das instituições e fundamentalmente da sociedade em geral

Todas as pessoas participantes tiveram acesso ao consentimento livre e informado, promovendo-se uma relação de confiança mútua entre as partes, com base num documento escrito devidamente assinado. No caso das entrevistas, não se considerou necessário o recurso ao anonimato, uma vez que as participantes manifestaram, de forma livre e esclarecida, a sua autorização para a divulgação do respetivo nome. Tal decisão fundamentou-se na perceção da pertinência do estudo e na confiança estabelecida com a autora da investigação.

Não obstante, foi garantida que toda a informação recolhida seria tratada de forma ética, responsável e utilizada única e exclusivamente para fins académicos.

Acredita-se que o presente trabalho contribui para a promoção do bem-estar, da dignidade e da integridade das pessoas envolvidas, respeitando os princípios éticos que orientam a investigação em ciências sociais.

Os investigadores devem eles próprios proteger e promover esta mesma integridade, assim devem ser transparentes e ter fundamentalmente responsabilidade social, só assim existirá a possibilidade de se começar a valorizar a diversidade humana, não desvalorizando as diferenças, mas pelo contrário, ter a certeza de qual “o estatuto que se atribui às diferenças, quais os materiais e recursos que se mobilizam” (Oliveira, 2024, p. 57).

Sabemos que todas as realidades são distintas e que cada uma delas está sempre, digamos em palavras vulgares, em fase de construção é por isso que os autores afirmam que “uma realidade diversa, rica, multiforme, que nunca está acabada, em que se articulam práticas quotidianas, processos e normas institucionalizadas, representações objetivos e finalidades; que além disso, abrange os mais variados aspetos da existência humana (...)” (Boavida & Amado, 2008, p. 196).

O lema que se pretende adotar com esta investigação será sempre: Todos Diferentes, Todos Iguais a lutar pelas mesmas oportunidades.

3.3. O INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Conforme referimos anteriormente, uma das técnicas utilizadas nesta investigação foi o inquérito por questionário, como é o caso neste estudo, “(...) são usados cada vez com

maior frequência pelas investigações em ciências sociais (...)” (Campenhoudt, Marquet, & Quivy, 2019, p. 256). Nesta técnica de recolha de dados os inquiridos respondem a um conjunto de perguntas, que podem estar relacionadas com opiniões, situações sociais, ou a questões sociais e/ou humanas. O questionário visa assim compreender um determinado fenómeno social. Perante este método as respostas permitem que a interpretação de resultados esteja facilitada bem como a sua análise ao nível estatístico.

As principais vantagens desta técnica de recolha de dados segundo Campenhoudt, Marquet & Quivy (2019) são:

- a possibilidade de juntar uma diversidade de dados e por isso quando analisados podem ser correlacionados;
- Pode existir alguma exigência ao nível da representatividade dos entrevistados e por isso, este método nesse sentido é essencial. A representatividade acima referida “(...) é difícil de alcançar e que mesmo quando se consegue nunca é absoluta, está sempre limitada por uma margem de erro”

No momento da elaboração do inquérito por questionário, optou-se pela inclusão de questões de resposta fechada, nas quais os inquiridos dispunham de um conjunto de opções previamente definidas, facilitando assim o tratamento e a análise dos dados. Paralelamente, foram integradas questões de resposta aberta, permitindo aos participantes expressar livremente as suas opiniões, perceções e experiências.

Em síntese, o inquérito por questionário revelou-se uma ferramenta eficaz para a recolha de dados diversificados, possibilitando uma análise estatística rigorosa e, simultaneamente, a captação de perceções individuais através das respostas abertas. Desta forma, contribuiu para uma compreensão mais abrangente do fenómeno em estudo. O questionário foi aplicado a toda a comunidade da Vila de Vieira de Leiria, incluindo pessoas com e sem deficiência, tendo sido obtido um total de 94 respostas.

3.4. A ENTREVISTA

A entrevista é uma técnica amplamente utilizada na recolha de dados qualitativos. Neste método, estabelece-se uma ligação direta entre comunicação e interação humana, havendo contacto direto entre o investigador e os entrevistados. Essa proximidade possibilita a obtenção de informações profundas e detalhadas. Durante a entrevista, o entrevistador procura compreender as opiniões e perspetivas do entrevistado sobre o objeto de estudo.

Existem três tipos principais de entrevista: estruturadas, semiestruturadas e abertas. Neste estudo, optou-se pela entrevista semiestruturada, na qual o entrevistador dispõe de um conjunto de perguntas-guia, mas concede ao entrevistado liberdade para se expressar “(...) com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier” (Capenhoudt, Marquet & Quivy, 2019, p. 261).

Antes da realização das entrevistas, é elaborado um guião que funciona como “fio condutor”, garantindo organização e coerência durante o processo.

De acordo com Campenhoudt, Marquet & Quivy (2019), as principais vantagens das entrevistas são:

- A possibilidade de recolher dados com elevado grau de profundidade e rigor;
- A flexibilidade e baixa diretividade que permitem respeitar os quadros de referência do entrevistado, ou seja, a sua linguagem e categorias mentais.

Na elaboração dos guiões, teve-se em conta a formulação de perguntas que oferecessem liberdade ao entrevistado para apresentar a sua perspetiva, sem o sentir “preso” a uma linha rígida, favorecendo assim respostas mais ricas e espontâneas.

Em suma, essa flexibilidade nas perguntas permitiu captar respostas autênticas e detalhadas, enriquecendo a qualidade da informação recolhida.

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste estudo, o primeiro instrumento de recolha de dados implementado foi o inquérito por questionário, realizado através da plataforma Google Forms. Visando garantir a qualidade do estudo, compreendeu-se a necessidade de obter um número abrangente de respostas, pelo que o inquérito se revelou o método mais adequado para alcançar e envolver um maior número de participantes.

O questionário foi concebido com o objetivo de conhecer e compreender a perceção dos cidadãos residentes em Vieira de Leiria, com e sem deficiência, relativamente às condicionantes urbanísticas e ao edificado, no que respeita às acessibilidades.

Na parte inicial do questionário foram incluídas questões sucintas para identificar o perfil dos inquiridos. Considerando que o questionário se destinava tanto a pessoas com deficiência como a pessoas sem deficiência, foram adicionadas algumas perguntas específicas que apenas os primeiros eram obrigados a responder, permitindo assim aprofundar a investigação. Entre estas, procurou-se caracterizar os cidadãos com deficiência, nomeadamente quanto ao tipo de deficiência, às dificuldades enfrentadas no quotidiano e aos meios de deslocação utilizados.

Seguiram-se questões que visavam compreender, de forma global, a perceção dos inquiridos sobre as acessibilidades em Vieira de Leiria. Foi solicitado que destacassem as acessibilidades em falta e que avaliassem esta situação, sendo também dada oportunidade para sugerirem alterações desejadas. Ainda que em número reduzido, foram colocadas questões relativas à avaliação dos órgãos autárquicos no que toca às acessibilidades.

Por fim, abordou-se a temática da inclusão, com perguntas dirigidas a perceber se os inquiridos consideram Vieira de Leiria um local inclusivo, proporcionando-se também um espaço para sugestões e opiniões finais.

Durante a fase de realização dos inquéritos, foram também preparadas e efetuadas entrevistas semiestruturadas. Para tal, elaboraram-se questões consideradas fundamentais para o estudo, organizadas num guião que serviu de orientação durante a sua concretização.

Os guiões de entrevista foram elaborados tendo em vista a realização de entrevistas a duas categorias de entrevistados: uma pessoa com deficiência e uma mãe cuidadora de uma criança com deficiência que apresenta comprometimento ao nível da fala. O principal objetivo destes guiões foi conhecer os entrevistados e as dificuldades que enfrentam no quotidiano devido à deficiência.

No guião destinado à pessoa com deficiência, as primeiras perguntas abordaram aspetos pessoais, permitindo um conhecimento mais aprofundado da pessoa e da natureza da sua deficiência. O segundo conjunto de questões centrou-se na vida quotidiana, com o objetivo de compreender as dificuldades enfrentadas, bem como o contexto residencial do entrevistado, que constitui um elemento central nesta investigação. Por fim, foram incluídas questões relativas à inclusão, solicitando a opinião do entrevistado e a sua compreensão acerca do conceito.

Por sua vez, no guião dirigido à mãe da criança com deficiência, as categorias de perguntas foram semelhantes, mas apresentaram algumas particularidades. Para além de se conhecerem brevemente a mãe e a criança, tornou-se relevante explorar não só as dificuldades vivenciadas pela criança, como também aquelas enfrentadas pela cuidadora. No penúltimo bloco de perguntas, foram abordados aspetos relacionados com a experiência escolar da criança, incluindo questões de acessibilidade e outros elementos relevantes da sua vivência escolar.

Estas mesmas entrevistas tiveram a duração de 1 hora tendo sido concretizadas via zoom, onde a escuta ativa foi essencial

4.1. SELEÇÃO DA AMOSTRA

Na presente investigação, a seleção da amostra, inserida numa metodologia qualitativa interpretativa, teve como objetivo recolher informações significativas e relevantes para fundamentar o projeto. Em estudos desta natureza, “a transparência metodológica (...) é um fator que contribui para a sua confiabilidade, devendo ser garantida pelos pesquisadores” (Fontanella et al., 2011, p. 394).

Relativamente aos questionários, a amostra foi aleatória, uma vez que a participação dependia exclusivamente da voluntariedade dos respondentes. O inquérito foi divulgado e

partilhado em diversos espaços, incluindo redes sociais, permitindo assim abranger um maior número de participantes. Esta forma de amostragem pode ser classificada como de autoseleção, visto que a participação é voluntária, algo comum em recolhas de dados online.

Relativamente às entrevistas, a amostragem foi realizada de forma intencional, fundamentada no conhecimento prévio que a investigadora tinha dos participantes. Embora o número de entrevistados tenha sido reduzido, todos cumpriram os critérios estabelecidos para o estudo e contribuíram de forma significativa para os objetivos principais, devido à sua experiência direta e envolvimento com a problemática em análise.

4.2. TRATAMENTO DE DADOS

Nesta etapa, o principal objetivo é reconstruir e interpretar de forma clara os dados obtidos. A análise pode ser estruturada com base num modelo que contempla três componentes fundamentais:

- Redução dos dados;
- Apresentação dos dados;
- Interpretação/verificação dos dados (Huberman & Miles, 1984, p. 24).

Tendo este modelo como referência, importa destacar que, no caso das entrevistas, foi essencial proceder à análise das gravações realizadas, assim como das respetivas transcrições. O mesmo procedimento aplica-se aos inquéritos por questionário, devendo os dados recolhidos ser organizados e apresentados de forma sistemática, para que possam ser analisados, extraídos e, finalmente, utilizadas as conclusões adequadas.

4.2.1. AS ENTREVISTAS

Nesta fase, foram contactadas as pessoas previamente selecionadas para a realização das entrevistas, com o objetivo de confirmar a sua disponibilidade e interesse em participar no estudo. Os contactos foram realizados através de mensagens escritas nas redes sociais, nas quais foram apresentados os objetivos da investigação. Selecionámos duas pessoas que, desde o início, demonstraram potencial para contribuir significativamente para a qualidade do estudo e que prontamente manifestaram total disponibilidade para colaborar.

4.2.2. OS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO

Antes da realização das entrevistas, foram aplicados os questionários através da plataforma Google Forms. Até ao dia 24/02/2025, data em que o período de resposta foi encerrado para possibilitar o tratamento dos dados, foram recolhidos um total de 94 questionários respondidos.

Os dados obtidos foram organizados numa folha de Excel tendo como base as categorias das perguntas, facilitando o seu tratamento. Seguiu-se a análise, com ênfase nos dados mais relevantes, o que permitiu extrair conclusões pertinentes para o desenvolvimento do estudo.

4.3. RESULTADOS OBTIDOS

4.3.1. QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS

Analisemos agora os resultados obtidos a partir das perguntas presentes nos questionários. Foram respondidos, conforme referido, 94 questionários, cujo objetivo não foi apenas conhecer, mas também compreender a perceção dos cidadãos residentes em Vieira de Leiria relativamente às acessibilidades existentes na vila para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

De seguida, apresenta-se a tabulação e a respetiva análise, dividida em três partes: o perfil dos inquiridos, as deficiências mencionadas e, por fim, a perceção da população com e sem deficiência acerca da problemática em estudo.

Parte I – Perfil dos inquiridos

Para iniciar a análise dos inquéritos por questionário realizados, traçou – se de forma breve o perfil dos inquiridos.

- ***Sexo, faixa etária e deficiência***

Sexo
94 respostas

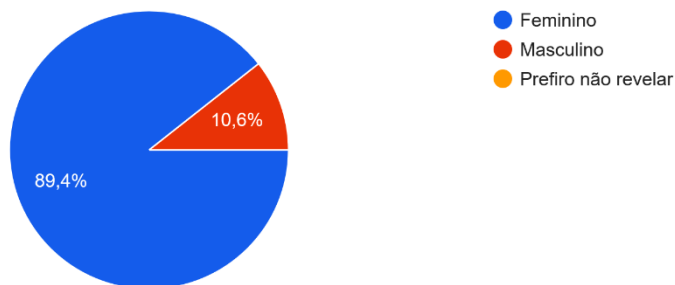


Gráfico 1- Sexo dos inquiridos

Iniciamos com a análise do sexo e respetivas faixas etárias dos inquiridos. De acordo com o primeiro gráfico, é perceptível que dos 94 questionários, 84 dos elementos (89,4%) corresponde à maioria, sendo do sexo feminino, já os restantes 10 (10,6%) são do sexo masculino.

Faixa etária
94 respostas

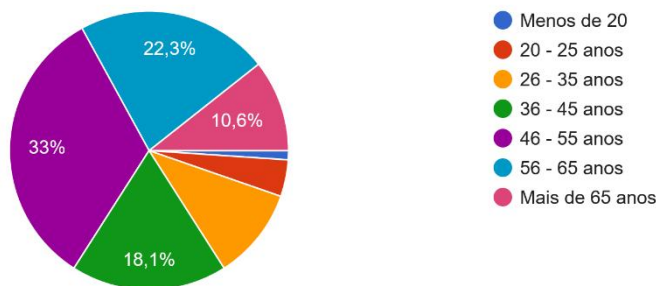


Gráfico 2- Faixa etária dos inquiridos

No que respeita à idade, verifica-se que a faixa etária dominante corresponde a 33%, sendo esta relativa à faixa etária 46 – 55 anos com 31 respostas respetivamente, seguidamente de destacar a faixa 56 – 65 anos com 22,3% correspondendo a 21 inquiridos, e também a faixa de 36-45 anos com 18,1%, ou seja, com 17 inquiridos, em igualdade temos as faixas etárias de 26-35 anos e mais de 65 anos, com 10,6% respetivamente, com 10 respostas cada uma delas, ainda com menor destaque estão as faixas 20–25 anos com 4,3% com 4 respostas, seguindo-se ainda, e finalmente com uma maior notoriedade

devido ao número restrito de respostas a faixa referente a menos de 20 anos com apenas 1 inquirido incluído nesta, correspondente a 1,1%.

É uma pessoa com deficiência/mobilidade reduzida?

94 respostas

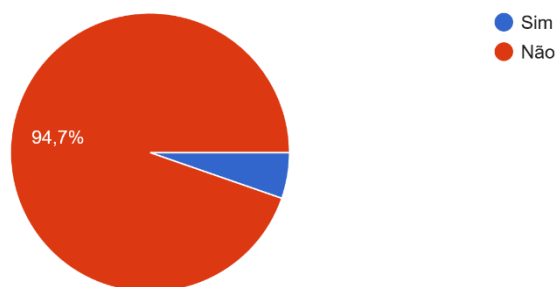


Gráfico 3 - Aferição da existência de deficiência

Nesta questão a maioria dos inquiridos afirmou não ter deficiência, 89 dos inquiridos, ou seja 94,7%, já 5 dos respondentes têm deficiência 5,3%, apesar de em minoria aqueles que tinham deficiência, tiveram oportunidade facultativamente de mencionar qual a sua deficiência e as respostas obtidas incidiram sobre a deficiência motora e também uma resposta mencionando, deficiência visual.

- **Parte II – Atividade quotidiana da pessoa com deficiência**

Se é pessoa com deficiência e/ou mobilidade reduzida, quais as maiores dificuldades sentidas no seu dia - a dia?

11 respostas

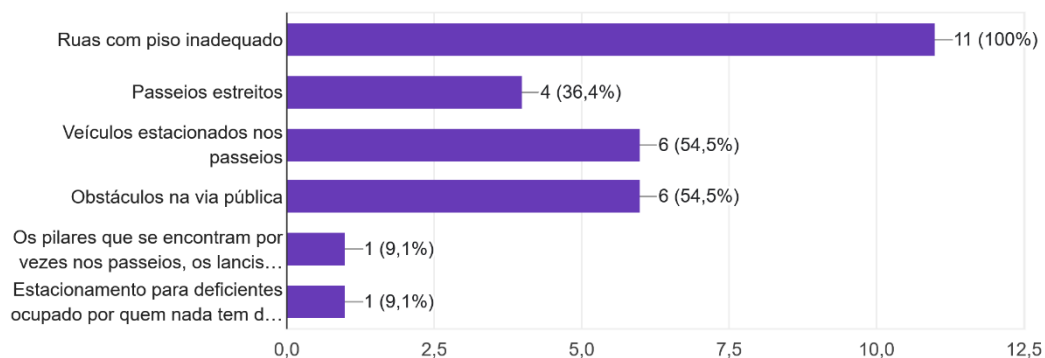


Gráfico 4 -Dificuldades quotidianas

Apesar de poucos dos inquiridos, alguns deles sentiram à vontade para mencionar as maiores dificuldades da sua vida quotidiana, como é perceptível no gráfico acima, sendo a mais mencionada por 11 pessoas, o facto de as ruas terem piso inadequado, seguidamente, abordados, os veículos estacionados na via pública (6 pessoas) e os obstáculos que nela encontram (6 pessoas), com menor destaque, mas não menos importante, mencionam também, que nos passeios encontram – se pilares e que os estacionamentos para deficientes estão muitas vezes ocupados por quem não tem deficiência, estes últimos dois aspetos foram referenciados por 1 pessoa.

Qual o seu meio de deslocação? (pode seleccionar mais do que uma opção)

8 respostas

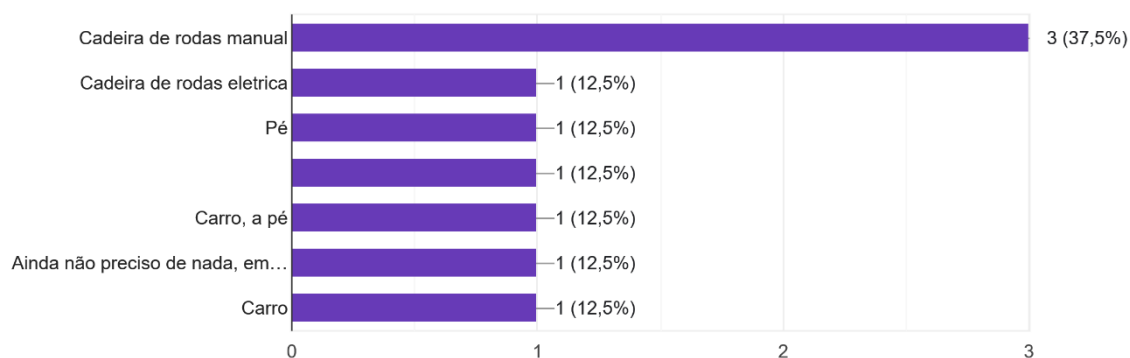


Gráfico 5 - Aferição do meio deslocação

No seguimento da questão anterior, questionou-se acerca do meio de deslocação que utilizam diariamente, onde a maioria das pessoas que respondeu dizem desloca-se em cadeira de rodas manual (3 pessoas), já 1 diz deslocar-se em cadeira de rodas elétrica, 1 desloca-se de carro e também a pé, outra apenas se desloca de carro, e uma exclusivamente a pé, já 1 refere não precisar de qualquer meio de deslocação ou produto de apoio.

Considera importante a implementação de postos de carregamentos para cadeiras de rodas elétricas?

75 respostas

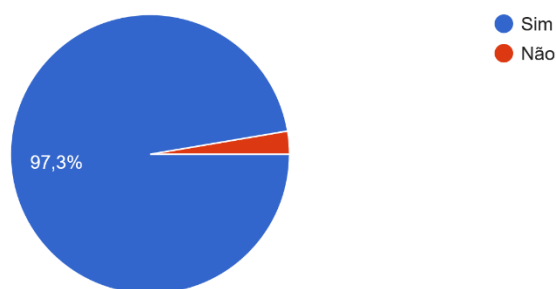


Gráfico 6- Aferição da importância de postos de carregamento

Como se verifica através do gráfico 6 a esmagadora maioria (73) dos inquiridos 97,3% reconhece a importância da implementação de postos de carregamento para cadeiras elétricas, porém (2) dos inquiridos, 2,7% considera não ser necessário.

Parte III – A deficiência e a inclusão

Nesta parte, última do questionário pretendeu – se de forma mais detalhada analisar a percepção dos inquiridos sobre a temática em estudo, esta é a parte considerada de maior relevância, uma vez que as questões se encontram diretamente relacionadas com a investigação.

Conhece alguém com deficiência/mobilidade reduzida?

94 respostas

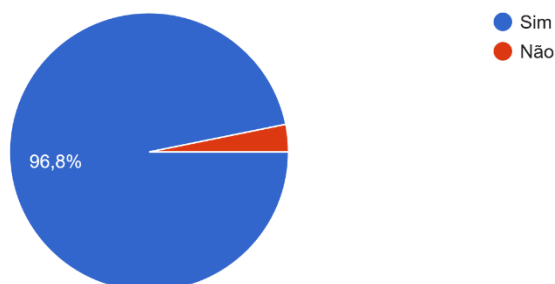


Gráfico 7- Aferição do conhecimento de pessoas com deficiência

Conforme se verifica através do gráfico 7 a esmagadora maioria (91) dos inquiridos afirmam conhecer pessoas com deficiência, apenas (3) dos inquiridos dizem não ter conhecimento de alguém que tenha deficiência/mobilidade reduzida.

Considera que em Vieira de Leiria existem acessos adaptados para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida?

94 respostas

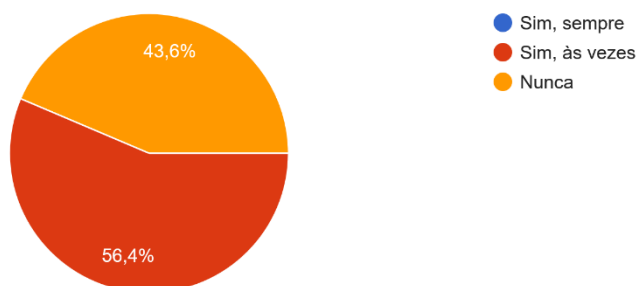


Gráfico 8 - Percepção dos acessos para pessoas com deficiência

Das 94 respostas obtidas observa-se que 53 (56,4%) dos inquiridos considera que às vezes existem acessos que estão adaptados para pessoas com deficiência, no entanto, também parte dos inquiridos (41-43,6%) contrapõem esta ideia respondendo negativamente

Se respondeu "Nunca" na questão anterior, explicite porquê? (Pode selecionar várias opções)

55 respostas

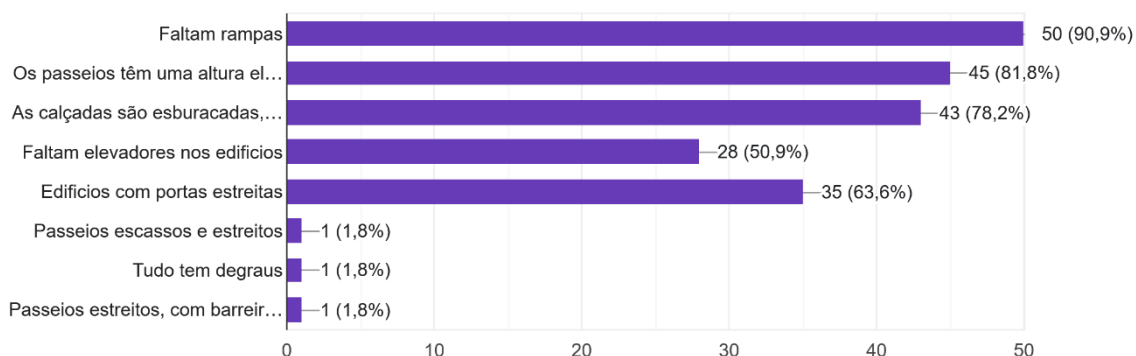


Gráfico 9 - Falta de acesso evidenciadas

Nesta pergunta, alguns dos participantes mencionaram de forma facultativa, quais as falhas de acesso existentes, através das opções que tinham, assim a maioria com se pode verificar, referiu a falta de rampas. Outros dos participantes referiram com maior evidência, os passeios elevados, as calçadas serem esburacadas desniveladas, os edifícios terem portas estreitas e o facto de também carecerem de elevadores.

Numa escala de 0 - 5 como avalia as acessibilidades em Vieira de Leiria?

94 respostas

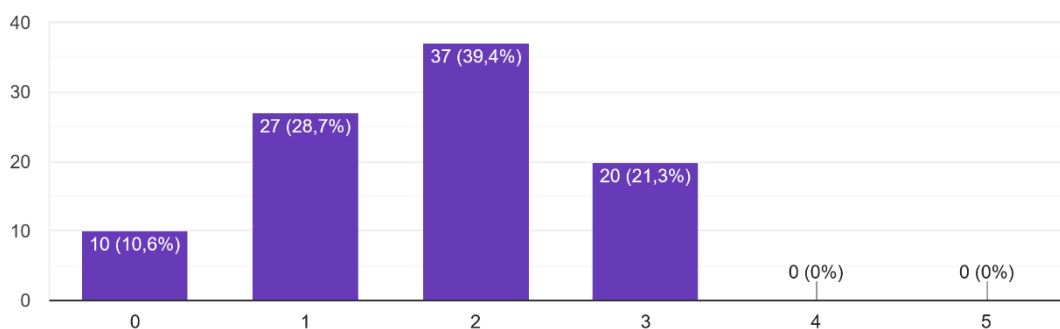


Gráfico 10- Avaliação das Acessibilidades

Numa escala de 0 a 5 observou-se a predominância da avaliação em 2 das acessibilidades, correspondendo esta 37 dos inquiridos (39,4%), seguidamente em 1 com 27 dos inquiridos (28,7%), já avaliação em 3 teve 20 respostas (21,3%), apesar de numa menor perspectiva, também 10 pessoas (10,6%) avaliaram em 0. Importa referir que ninguém avaliou as acessibilidades na escala de 4 e 5 o que nos leva refletir, que de facto são necessárias alterações.

De forma complementar a avaliação feita pelos inquiridos, uma vez que a mesma não está num bom parâmetro e as acessibilidades são fracas/insuficientes, embora existam opiniões diversas, foi solicitado aos inquiridos que relatassem alterações a serem feitas nesta Vila para colmatar a problemática.

Esta é uma das questões de maior relevância do inquérito, obteve respostas bastante diversas, mas que ao mesmo tempo se complementam indo no mesmo sentido.

Alterações consideradas relevantes para que existam uma maior e conseqüentemente, melhor acessibilidade.

Alterações para maior acessibilidade			
Categorias	Subcategorias	Indicadores	Unidades de registo
1. Requalificação da via pública	1.1. Rampas	Construção de mais rampas	Quando se atravessa a faixa de rodagem, em frente às passadeiras, devia haver uma ligeira rampa”
	1.2. Lugares de estacionamento para pessoas com deficiência	Implementação de um maior número de lugares de estacionamento	“(…) Mais lugares de estacionamento para pessoas com deficiência”
	1.3. Ruas e passeios	Substituição de ruas de calçada por alcatrão e passeios arranjados sem buracos	“Rampas, pisos lisos, pois há ruas que não têm e substituir paralelos por alcatrão”
	1.4. Sinais sonoros	Implementação de tecnologia com emissão de som nas passadeiras	“Tirar os obstáculos do meio dos passeios, nas passadeiras devia haver, um sinal sonoro para os deficientes visuais atravessarem a estrada (…)”
	1.5. Cafés	Balcões rebaixados	“A nível de bancos, cafés e restaurantes

		Rampas de entrada/saída	“Criar acessos a cafés, lojas e outros estabelecimentos”
	1.6. Restaurantes	Casas de banho adaptadas	“Cumprir o que está regulamentado em relação às regras para estabelecimentos em decretos – lei aprovados (...)”
	1.7. Multibancos	Medidas adequadas dos multibancos, rebaixamento dos mesmos	“Multibancos acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida”
	1.8. Biblioteca	Instalação de elevador	“(…) a biblioteca não tem acesso à parte de cima para cadeira de rodas”
	1.9. Escolas	Construção de rampas Alargamento de portas	“Escolas e outros edifícios públicos criar acessibilidade”
2. Sensibilização da população/comunidade	2.1. Poder político	Acompanhamento e apoio	“Envolvimento e sensibilização de toda a comunidade e poder político tem muito a fazer, desde passeios a estacionamento adequados, bem como os próprios wc públicos, não são aptos para pessoas com mobilidade reduzida (...)”
	2.2. Envolvimento da comunidade	Implementação de tabuletas informativas	“Sensibilizar através de tabuletas para o desbloqueamento de passeios e outros espaços públicos para que a deslocação de pessoas com mobilidade reduzida ou carrinhos de bebé possam circular sem qualquer impedimento”

3. Inclusão	3.1.Vida Social normal	Menores limitações	“Todas as alterações que forem possíveis para uma maior inclusão, para que as pessoas com deficiência fiquem menos limitadas(...)
--------------------	------------------------	--------------------	---

Tabela 1- Aferição de alterações de acessibilidade

Considera pertinente a requalificação a nível urbanístico e de infraestruturas?

94 respostas

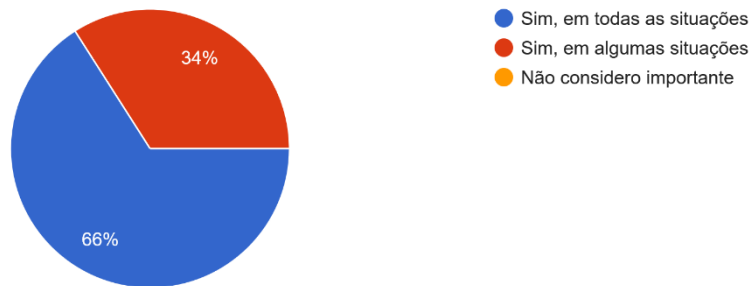


Gráfico 11- Importância da requalificação urbanística e de infraestruturas

Ainda no seguimento da questão anterior, questionou-se relativamente à pertinência de se proceder à requalificação a nível urbanístico e das infraestruturas. Como se pode verificar no gráfico 11 a esmagadora maioria 62 pessoas (66%) admite que de facto em todas as situações isso deve acontecer, também 32(34%) considera que em algumas situações é importante a requalificação. A notoriedade desta importância já seria expectável, tendo em conta que foram dadas respostas pertinentes na pergunta anterior.

Novamente tendo em conta a pergunta colocada, relativamente às mudanças na vida das pessoas caso existisse maior acessibilidade as respostas foram bastante similares, o que se considera relevante para este estudo. Destaca-se aqui que todas as respostas vão ao encontro à autonomia destas pessoas e conseqüentemente à qualidade de vida melhorada, tal como se pode observar na tabela a seguir apresentada:

Maior acessibilidade – Mudanças na vida das pessoas com deficiência			
Categorias	Subcategorias	Indicadores	Unidades de Registro
1. Qualidade de vida	1.1. Autonomia	Criação de acessos	“Maior autonomia”.
	1.2. Confiança	Demonstração de capacidades	“Confiança e independência”
	1.3. Independência	Produtos de apoio adaptados às necessidades	“Melhor qualidade de vida”
	1.4. Socialização	Comunicação com toda a comunidade	“As pessoas socializavam mais umas com as outras”
			“Possivelmente sairiam mais de casa e teriam uma vida mais semelhante à de uma pessoa sem deficiência”
	1.5. Integração Social	Atividades para todos	“A (quase) plena integração social”
	1.6. Liberdade	Acessos seguros e adaptados	“Teriam mais liberdade e autonomia a nível instrumental, diminuiria o isolamento social”
“Maior liberdade, menor dependência de terceiros, maior satisfação nas atividades diárias”			

Tabela 2- Acessibilidade e seus impactos na vida da população com deficiência

Os órgãos autárquicos acompanham/avaliam a falta de acessibilidades existentes?

94 respostas

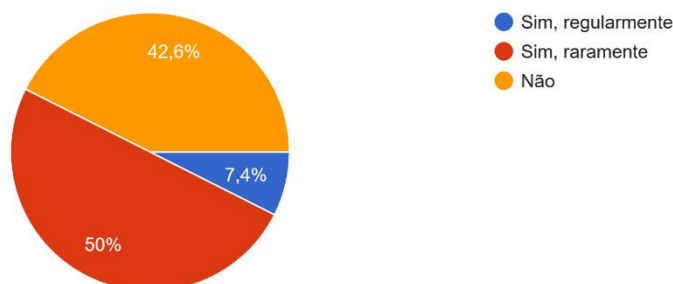


Gráfico 12- Papel dos órgãos autárquicos

Para um melhor enquadramento, os inquiridos foram questionados acerca de um eventual acompanhamento por parte dos órgãos autárquicos perante a falta de acessibilidades existentes. Neste sentido verifica-se que 47 (50%) respondeu que na sua perspetiva, esse acompanhamento raramente é concretizado, assim como 40 (42,6%) afirma que não existe qualquer acompanhamento, já pela margem mínima e com escasso destaque 7 (7,4%) acreditam que regularmente esta questão tem o devido acompanhamento.

Na sua opinião, qual a importância de sensibilizar a comunidade para esta problemática?

94 respostas

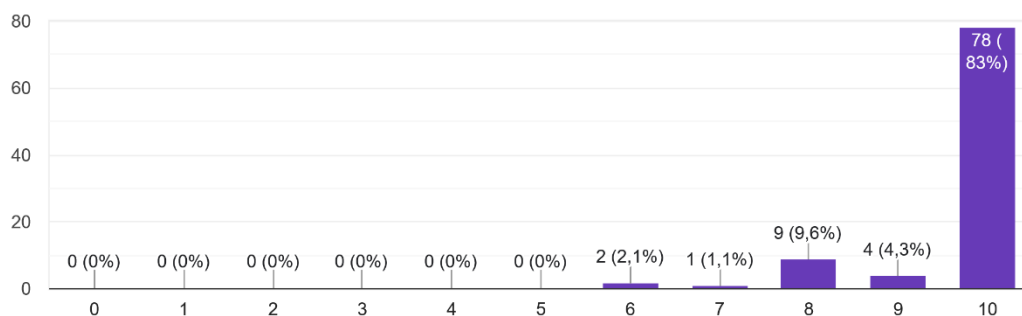


Gráfico 13- Importância da sensibilização da comunidade

Nesta questão como se pode verificar através do gráfico 13, a grande maioria dos inquiridos numa escala de 0–10 considerou fundamental essa sensibilização, atribuindo um 10, este correspondente a 78 pessoas, ou seja, 83%, já 4 pessoas atribuíram o nível 9 (4,3%), outras 9 pessoas (9,6%) deram uma escala de 8, seguidamente 1 inquirido (1,1%) considera que essa sensibilização deve ser de nível 7, 2 inquiridos (2,1%), dizem que a

sensibilização deve ser de nível 6. De destacar que nesta escala ninguém a considerou entre 0 e 5.

Já vivenciou e/ou presenciou alguma situação em que sentiu que a comunidade não está preparada para lidar com pessoas com deficiência/mobilidade reduzida?

94 respostas

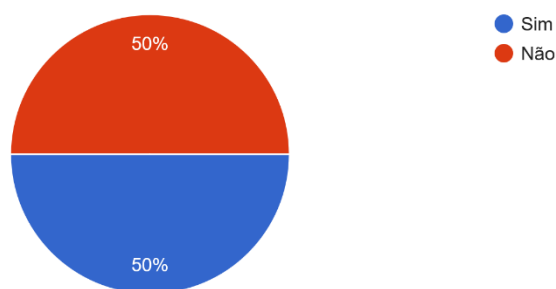


Gráfico 14- Percepção de situações na comunidade

Aqui a opinião divide-se sendo que 47 pessoas (50%) afirmam em algum momento já ter sentido que a comunidade não está preparada para lidar com pessoas com deficiência, porém outras 47 dizem nunca ter sentido isso.

Já se perspectivava que esta questão pudesse ficar pouco clara e por isso mesmo, na pergunta seguinte, solicitou – se que as pessoas abordassem algum tipo de situação vivenciada e ou presenciada, como é referido na tabela seguinte:

Situações vivenciadas/presenciadas			
Categorias	Subcategorias	Indicadores	Unidades de registo
1. Exclusão	1.1. Preconceito	O olhar das pessoas Forma como se referem às pessoas com deficiência	“Até a forma como as pessoas se expressam relativamente “às pessoas especiais”
	1.2. Discriminação	As pessoas não ajudam	“Nem todos estão disponíveis a ajudar o próximo”
	1.3. Incumprimento de regras	Veículos mal estacionados Escassez de rampas	“(…) As pessoas serem obrigadas a caminhar na estrada, estando mais sujeitas e expostas a acidentes”

			“(…) Os passeios não serem adequados (…)”
		Prioridade para pessoas com deficiência em locais públicos e estacionamento indevidos	Falta de sensibilidade (…) estacionar em lugares vocacionados só para deficientes e por exemplo nos supermercados as pessoas não cedem prioridade a quem se desloca em cadeira de rodas”

Tabela 3- Situações vivenciadas/ presenciadas

Na sua opinião, a comunidade Vieirense promove a inclusão de pessoas com deficiência/mobilidade reduzida?

94 respostas

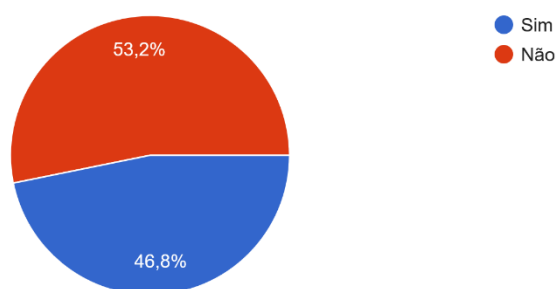


Gráfico 15- Aferição da inclusão na Vila

Conforme se verifica neste gráfico, 50 dos inquiridos (53,2%) considera que nesta vila não se promove a inclusão, já 44 pessoas (46,8%) responde afirmativamente. Há que salientar que muitos dos inquiridos não devem estar a par das questões inerentes às pessoas com deficiência.

Para finalizar de destacar as respostas à última solicitação aos inquiridos, respostas estas diversificadas, porém complementares entre si. Deu-se especial importância a possíveis opiniões ou sugestões, tal como consta na tabela abaixo.

Opiniões ou Sugestões			
Categorias	Subcategorias	Indicadores	Unidades de registro
1. Intervenção Autárquica	1.1.Ações de formação	Promoção e concretização de ações de formação	“Deviam fazer ações de formação e também de sensibilização”
	1.2.Empregos	Abertura de postos de trabalho adaptados	“Melhoria a nível de empregos para pessoas com deficiência”
	1.3.Conhecimento	Interferência nas lacunas existentes	“(…) Acho que por vezes, e falo da nossa vila, muitas obras não acontecem por falta de conhecimento (…)”
	1.4.Verbas	Apoio para maior número de verbas	“(…) Muitas vezes também por falta de verbas públicas”
	1.5.Plano de urbanização e infraestruturas	Reestruturação e adaptação do plano	“Reestruturação e reformulação de todo o plano de urbanização e infraestruturas, questionando diretamente a população – alvo deficiente motora, ouvindo as suas principais necessidades e dificuldades (…)”
2. Mediação escolar	2.1.Divulgação	Maior informação	“Iniciar junto da comunidade escolar desde bem cedo essas abordagens
			“Começar a falar destes assuntos no ensino primário”
3. Requalificação da via pública	3.1.Rampas	Construção de mais rampas	“Os passeios terem mais rampas e mais baixos”

	3.2.Ruas, passeios e estradas	Substituição de ruas de calçada por alcatrão Rebaixamento do nível dos passeios Arranjar as lacunas das estradas – buracos, valetas	“As estradas serem alcatroadas para pessoas com menos mobilidade conseguirem andar nas ruas
4. Sensibilização da população/Comunidade	4.1.Envolvimento da comunidade	Concretizar campanhas de sensibilização: fomentar a empatia	“Campanhas de sensibilização sobre o assunto”
			“As pessoas da Vieira terem mais compaixão por estas pessoas”
5. Inclusão	5.1.Festas da Freguesia	Maior aceitação	“Nas várias festas da freguesia, incluírem pessoas com deficiência na sua organização, e até nos vários postos públicos”

Tabela 4- Opiniões/sugestões dos inquiridos

4.3.2. ENTREVISTAS REALIZADAS

A segunda análise deste estudo, prende-se com a apresentação de resultados obtidos através das entrevistas concretizadas. A primeira entrevista realizada a uma pessoa com deficiência. Este testemunho, foi bastante relevante para compreender a realidade de outras pessoas, onde a falta de acessibilidades atua como condicionante diária, e uma segunda entrevista realizada a uma mãe cuidadora de uma criança com deficiência, um relato fundamental para compreender mais nitidamente os desafios de quem cuida bem como o olhar perante as acessibilidades.

4.3.3. APRESENTAÇÃO/CARACTERIZAÇÃO DA PRIMEIRA ENTREVISTADA

A presente entrevistada, chama-se Daniela, tem 31 anos tendo apenas concluído o 9º ano de escolaridade, situação associada à falta de acessibilidades para pessoas com deficiência assim viu-se impedida de dar seguimento aos estudos na área que mais lhe dava interesse.

Sendo uma pessoa com deficiência motora devido a uma Paralisia Cerebral, mais especificamente, uma paralisia espástica que lhe afeta e compromete todo o lado direito do corpo, fica condicionada ao nível da mobilidade e consequente autonomia, principalmente nas tarefas básicas da vida diária, como por exemplo para se calçar ou até fazer a higiene pessoal. Para sua maior comodidade utiliza diariamente uma cadeira de rodas manual com um equipamento de propulsão integrado, o que lhe proporciona uma maior independência, ainda assim as barreiras urbanísticas e arquitetónicas que encontra, como é o caso da falta de rampas fazem com que tenha de percorrer longas distâncias para chegar a alguns espaços públicos. Apesar dos desafios diários enfrentados, não pensa em desistir de nada, e por isso mesmo, é uma voz ativa nas redes sociais pois pretende sensibilizar todos para os direitos das pessoas com deficiência, bem como para a inclusão destas na sociedade, através disso o grande objetivo é contribuir para uma sociedade, justa, acessível e consciente de que a igualdade entre todos é fundamental.

4.3.4. SINOPSE DA ENTREVISTA À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A presente entrevista tem como objetivo compreender as perceções e experiências quotidianas de pessoas com deficiência, tomando como ponto de partida as condições de acessibilidade nos espaços públicos e edifícios. Desta forma, será possível analisar a qualidade de vida da entrevistada, assim como a sua forma de inclusão na sociedade.

Esta entrevista, de carácter semiestruturado, permitiu à Daniela partilhar livremente as situações que considera relevantes para o estudo. Ela relatou diversas dificuldades, destacando especialmente as barreiras urbanísticas, como a ausência de rampas, que a obriga a percorrer grandes distâncias. Esta situação limita não só a sua mobilidade, mas também a sua autonomia e participação ativa na sociedade.

Ao longo da entrevista, a falta de rampas foi a barreira mais referida pela Daniela, que afirmou que, se estas existissem, não teria de fazer deslocações tão longas. Por esse motivo, muitas vezes vê-se obrigada a permanecer em casa, o que representa mais um obstáculo à sua integração e bem-estar diário.

Quando questionada sobre a atuação dos órgãos autárquicos relativamente às questões de acessibilidade, a Daniela foi clara ao afirmar que não sente qualquer acompanhamento por parte destes. A entrevistada considera que, se houvesse esse acompanhamento, não teria tantas dificuldades em sair de casa, evidenciando assim uma negligência por parte

das entidades responsáveis, que contribui para a exclusão social das pessoas com deficiência.

Relativamente ao conceito de inclusão, a Daniela apresenta uma visão pragmática, associando-o à liberdade. Para si, inclusão significa poder estar num lugar sem ter de se preocupar com acessibilidade ou condições sanitárias, entre outros aspetos. Portanto, não é possível falar em inclusão sem que haja igualdade de oportunidades para todos.

Por fim, a Daniela destaca a importância da consciencialização social e do ativismo individual para promover mudanças. Reconhece ainda o papel fundamental das redes sociais como meio de sensibilização para a problemática em estudo, onde procura também dar o seu contributo.

Na tabela abaixo apresenta-se uma síntese da entrevista realizada:

Categorias	Subcategorias	Análise
1. Situação Quotidiana	1.1 Dificuldades diárias	Os lugares não são planos Dependência de terceiros
	1.2 Entraves associados às dificuldades	Isolamento social bastante notório
	1.3 Necessidades para colmatar dificuldades	Maior acessibilidade arquitetónica
2. Panorama do local de residência	2.1 Acessibilidade	Acessível e ao mesmo tempo inacessível
	2.2 Obstáculos/Barreiras	Percorrer distâncias bastante significativas
	2.3 Necessidades	Escassez de rampas
	2.4 Mudanças	Pouco significativas para quem utiliza produtos de apoio

	2.5 Aspectos positivos e negativos	Falta de sensibilização da comunidade
3. Supervisão da problemática	3.1 Acompanhamento de terceiros	Apoio diário da mãe fundamental
	3.2 Acompanhamento dos órgãos autárquicos	Esse acompanhamento é inexistente, caso existisse haveriam menos preocupações e mais independência
	3.3 Avaliação	Duvidosa, pois ainda há muito a fazer
4. Legitimação da inclusão	4.1 Definição	Liberdade para ir a qualquer lugar sem preocupações
	4.2 Local de residência	Ambiguidade, com adaptações podemos falar num local inclusivo Privação da vida social
	4.3 Promoção	Abordagem ao tema de forma livre Expressar insatisfação
	4.4 Desenvolvimento	A população é já envelhecida, não existem desenvolvimentos
5. Conselhos/opiniões	5.1 Maior informação	Abordagem à integração e acessibilidade para maior conhecimento

Tabela 5 - Sinopse da entrevista (Pessoa com Deficiência)

4.3.5. APRESENTAÇÃO/CARACTERIZAÇÃO DA SEGUNDA ENTREVISTADA

A entrevistada chama-se Tatiana, tem 40 anos, é advogada de profissão trabalhando num escritório nessa área e mãe de duas meninas, a Diana de 4 anos e a Sofia de 9 anos, uma criança que tem paralisia cerebral, e por isso enquanto cuidadora desempenha um papel fundamental na vida diária da Sofia que nasceu prematura às 30 semanas de gestação, tendo sido diagnosticada com uma leucomalácia periventricular de grau III, esta lesão ao nível cerebral comprometeu-a de forma bastante significativa, apresentando uma paralisia cerebral quadriplégica, uma vez que esta lhe afeta os quatro membros do corpo, tendo

associado espasticidade e distonia, apesar de não falar, a menina comunica com o auxílio de tecnologias de apoio, como é o caso do Grid, incorporado no tablet e computador, utiliza também uma cadeira de rodas elétrica e nesse sentido consegue ser autônoma.

Tatiana é uma mulher bastante resiliente e ao mesmo tempo consciente das dificuldades da filha e da família, nomeadamente no que se refere às acessibilidades urbanísticas e arquitetónicas, não esquecendo também algo muito em voga nos dias de hoje, o capacitismo presente na sociedade. Já teve apoio psicológico que considera que foi imprescindível para aceitar a deficiência da sua filha. Luta incessantemente pelos direitos da filha enquanto criança com deficiência e para isso, criou uma página nas redes sociais, com o intuito de sensibilização para a inclusão, dando assim visibilidade à deficiência, tentando, sempre que possível contribuir para a mudança de mentalidades e para a promoção da igualdade de oportunidades.

4.3.6. SINOPSE DA ENTREVISTA – MÃE CUIDADORA DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA COM COMPROMETIMENTO DE FALA

O foco principal desta entrevista centra-se, uma vez mais, na problemática das acessibilidades para pessoas com deficiência, onde importa perceber neste contexto as dificuldades e estratégias adotadas por esta família que vivência diariamente problemas associados à escassez de acessibilidade.

Tatiana enquanto mãe depara-se com múltiplos desafios diários ao qual dá maior destaque aos direitos sociais da filha, por isso nesta entrevista foi dada toda a liberdade e abertura para que partilhasse as suas experiências, uma vez que é uma mãe cuidadora de uma criança com deficiência. Segundo a entrevistada os problemas quotidianos estão muitas vezes, também associados ao capacitismo.

Um dos aspetos mais marcantes da entrevista prende-se com os obstáculos diários encontrados como é o caso da falta de rampas, passeios altos e portas estreitas que são uma condicionante à mobilidade da filha, porém há um realçar positivo, pois vivem num edifício acessível, embora tenha consciência que essa é uma situação cada vez mais rara, a verdade é que a Sofia (criança com deficiência) pode usufruir na plenitude do seu contexto habitacional.

A nível psíquico e emocional não é fácil lidar com deficiência, muito menos cuidar de uma criança com deficiência e por isso, esta mãe dá especial importância ao apoio psicológico da qual usufruiu, que se revelou fundamental no processo de aceitação da deficiência.

A nível escolar, manifesta-se uma crescente preocupação atual quanto à transição para o segundo ciclo porque a realidade é que muitas das escolas não são acessíveis e consequentemente não estão preparadas para receber crianças com necessidades acrescidas.

No que respeita à inclusão, Tatiana defende a ideia de que se deve mostrar sem pudores a deficiência ao mundo, só assim se poderá combater o preconceito e a exclusão.

Na tabela seguinte é apresentada uma síntese desta entrevista.

Categorias	Subcategorias	Análise
1. Situação Quotidiana da Pessoa Cuidada	1.1 Dificuldades diárias	Acessibilidade arquitetónica
	1.2 Entraves associados a essas dificuldades	Locais com escassas acessibilidades A mentalidade das pessoas (capacitismo)
	1.3 Ferramentas para superar dificuldades	Rampas portáteis Cadeira de rodas manual
2. Situação Quotidiana	2.1 Dificuldades diárias	Estatura da criança associada ao peso
	2.2 Condicionantes associadas às dificuldades	Impossibilidade de pegar criança ao colo
	2.3 Superação das dificuldades	Transferências concretizadas com o auxílio de um produto de apoio

da Pessoa Cuidadora	2.4 Desafio de uma pessoa cuidadora	Aceitação da deficiência da criança
	2.5 Apoio necessário	Apoio psicológico
3. Panorama do local de residência	3.1 Acessibilidade	No que toca à via pública inacessível devido à falta de rampas, já o prédio habitacional é acessível
	3.2 Obstáculos e barreiras	Prédio habitacional totalmente acessível Na via pública – escassez de rampas, passeios com uma altura inacessível
	3.3 Necessidades	Ao prédio não se aplicam Na vida pública, construção de rampas e requalificação das portas nas edificações
	3.4 Mudanças	Cumprimento de leis de acessibilidade
	3.5 Aspetos positivos e negativos	Instalações do prédio adaptadas
	4. Supervisão da problemática	4.1 Acompanhamento de terceiros
4.2 Acompanhamento dos órgãos autárquicos		Resposta não conclusiva
4.3 Avaliação		De pouca qualidade

5. Ambiente escolar	5.1 Experiência escolar	Muito boa Obstáculos significativos para encontrar uma escola preparada para crianças com deficiência a nível de acessibilidade e recursos
	5.2 Acessos	Adaptados atualmente outras escolas não tem acessos
	5.3 Infraestruturas	Adaptadas na escola atual, noutras escolas não existem adaptações
	5.4 Inclusão	Sempre presente
6. Legitimar a inclusão	6.1 Definição	Sinónimo de acolhimento, onde existe igualdade e diversidade
	6.2 Local de Residência	Inclusivo, onde todos vivem experiências sem pensar na deficiência
	6.3 Promoção	Sensibilizando o mundo
	6.4 Desenvolvimento	Criação de ferramentas nesse sentido
7. Conselhos/Opiniões	7.1 Promoção da igualdade e/ou equidade	Todo o ser humano deve ser visto de forma igual, tendo as mesmas oportunidades

Tabela 6- Sinopse de entrevista (Mãe cuidadora de pessoa com deficiência)

4.3.7. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

A recolha de dados no âmbito deste projeto de investigação, deu-nos a possibilidade de compreender as consequências das limitadas acessibilidades na vida das pessoas com deficiência, através dos entrevistados e também debruçando-nos sobre a perspetiva de parte de uma amostra populacional de Vieira de Leiria assim foi possível a partir daí retirar conclusões essenciais.

Desta forma, a discussão dos resultados deve articular-se com os objetivos previamente definidos para este projeto, bem como estabelecer correlações com a fundamentação teórica apresentada no primeiro capítulo deste trabalho.

Numa primeira abordagem, procurou-se compreender as diferentes deficiências e, consequentemente, as dificuldades associadas a cada uma delas. A este respeito, é possível refletir que, apesar da diversidade, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência apresentam semelhanças significativas.

Num segundo momento, a análise centrou-se nas acessibilidades, destacando as grandes barreiras que dificultam o desenvolvimento da vida quotidiana das pessoas com deficiência, sobretudo ao nível arquitetónico.

Por último, e igualmente relevante, o foco incidiu na sensibilização da comunidade e, consequentemente, na inclusão do público-alvo com deficiência. Constatou-se que, embora a perceção da população não seja inteiramente negativa, existe um consenso na necessidade de intensificar esforços para que Vieira de Leiria se torne uma vila inclusiva, capaz de acolher plenamente estas pessoas. Tal necessidade não decorre apenas da clara insuficiência de acessibilidades, mas também das atitudes e olhares sociais, bem como do frequente desrespeito pelos direitos das pessoas com deficiência.

Nas entrevistas realizadas, importa salientar que a população da vila é consideravelmente envelhecida facto constatado por uma das entrevistadas e, muitas vezes, pouco informada sobre estas questões, em grande parte devido à falta de compreensão associada à idade.

Assim, podemos afirmar que, para fomentar um paradigma inclusivo em todos os níveis, a mediação desempenha um papel fundamental, uma vez que o percurso da pessoa com deficiência está repleto de obstáculos, em especial as barreiras de acessibilidade. Por essa razão, o mediador “deve desenvolver a sua atuação com foco nas capacidades, autonomia e independência das pessoas com deficiência” (Levy & Hidal, s/d, pp. 5-6). Nesta linha desenvolve a sua ação em consonância com o balcão de inclusão. Por isso mesmo importa referir que o balcão de inclusão dispõe de uma mediação especializada e acessível a este público-alvo relativamente a:

- Acessibilidade;
- Atendimento prioritário;

- Educação;
- Estacionamento;
- Não Discriminação;
- Proteção Social;
- Entre outros. (Instituto Nacional para a Reabilitação, 2020)

Em suma, é evidente a importância de intervir face às limitações das acessibilidades, prevenindo, assim, a discriminação e a exclusão social. Tal atuação fomenta a capacidade de todos para empreender esforços que transformem esta realidade, alcançando um patamar positivo e inclusivo. Afinal, a acessibilidade é um direito de todos nós.

5. PLANEAMENTO DE ATIVIDADES

O planeamento de atividades será um processo transformador da realidade observada na vila de Vieira de Leiria, no qual as soluções para colmatar as limitações das acessibilidades serão concebidas tendo em conta as necessidades das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, bem como dos idosos, visto que muitos indivíduos desta faixa etária também utilizam cadeira de rodas ou outros dispositivos de apoio. Todas as intervenções previstas contarão com o suporte de técnicos qualificados, bem como com a eventual participação voluntária da comunidade.

Para tal, será fundamental o envolvimento de parceiros que possam proceder a visitas a todos os locais e ruas carentes de acessibilidade, efetuando uma avaliação criteriosa dos elementos que deverão ser implementados ou transformados. Após esta avaliação, avançar-se-á para a concretização das acessibilidades em falta.

Em consonância com este propósito, deverá ser implementada uma mediação centrada no Modelo Transformativo, que promove uma visão holística. O objetivo é transformar positivamente os espaços públicos e edifícios, restaurando a autonomia das pessoas com deficiência e proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida, prevenindo, assim, situações indesejáveis como o isolamento e a exclusão social.

5.1. ATIVIDADES A DESENVOLVER E RECURSOS AFETOS AO PROJETO

Com o apoio da tabela apresentada a seguir, serão descritas as atividades que se pretendem desenvolver, bem como os respectivos objetivos. A tabela incluirá ainda a indicação dos recursos humanos disponíveis para a concretização das mesmas.

As atividades propostas serão específicas, uma vez que a intervenção planeada visa dar resposta concreta às necessidades das pessoas com deficiência, com o objetivo de promover uma maior autonomia e inclusão no espaço urbano.

Atividade	Descrição	Objetivos	Recursos Humanos
Implementação de rampas	Reestruturação dos acessos de forma a capacitar as pessoas com deficiência para a evolução do seu quotidiano	Promover a autonomia dos cidadãos com deficiência e/ou mobilidade reduzida	Profissionais da Construção Civil
Requalificação de infraestruturas	Monitorização das alterações a serem efetuadas e adaptação dos edifícios visados, promovendo a autonomia dos indivíduos com deficiência	Promover a igualdade de oportunidades; Capacitar os indivíduos com deficiência para dinâmicas que reforcem a qualidade de vida Aumentar a capacidade de resiliência destes indivíduos.	Profissionais qualificados em plataformas elevatórias e elevadores; Profissionais da Construção Civil
Sensibilização da comunidade	Sensibilizar toda a comunidade para importância de superar dificuldades de acessibilidade, apelando à transformação	Prevenir situações de exclusão social, através do exercício de uma socialização plena; Proteção destes indivíduos, recorrendo a mudanças; Potenciar a melhoria das interações entre todos	Formadores na área da deficiência Mediadora Social Assistente Social

Tabela 7- Atividades a desenvolver e Recursos Humanos afetos

5.2. PARCERIAS

As parcerias assumem um papel fundamental para a eficácia de um projeto de intervenção social mediadora. Através da articulação com diferentes entidades, é possível promover a cooperação interinstitucional, otimizar recursos disponíveis e fortalecer a intervenção no território. Na tabela abaixo, apresentam-se os parceiros envolvidos no projeto e os respetivos contributos para a sua concretização.

Parceiros e seus contributos	
Câmara Municipal da Marinha Grande	Apoio na requalificação dos edifícios e infraestruturas; Suporte aos financiamentos necessários; Divulgação de ações de formação na área da deficiência com especificidade nas acessibilidades
Junta de Freguesia de Vieira de Leiria	Disponibilização de transporte para eventuais voluntários; Cedência de funcionários para apoio nas construções/reconstruções efetuadas; Promoção de ações de sensibilização relativas à acessibilidade; Procura de pessoal que de forma voluntária esteja disponível a ajudar nas transformações da Vila.
Levita	Instalação de elevadores nos locais devidos.

Stannah	Instalação de rampas em alumínio; Instalação de cadeiras elevatórias e/ou plataformas de elevador
----------------	---

Tabela 8- Parceiros e seus contributos

Qualquer entidade envolvida nas parcerias mencionadas apoiará este projeto com o objetivo de concretizar as alterações necessárias na vila. Assim, o projeto compromete-se a dar resposta a todas as novas situações que possam surgir no âmbito das acessibilidades, garantindo uma intervenção contínua, eficaz e ajustada às necessidades identificadas.

5.3. ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO PROJETO

Este projeto será desenvolvido em prol do bem-estar e da qualidade de vida da comunidade com deficiência residente em Vieira de Leiria, sendo a sua monitorização assegurada pela “Associação Vieira Sem Barreiras”.

No que respeita aos recursos materiais, serão necessários todos aqueles que permitam implementar as mudanças previstas a nível urbanístico e nas edificações, destacando-se, assim, os materiais de construção e requalificação como essenciais à concretização das intervenções planeadas.

5.3.1. ORGANOGRAMA DO PROJETO

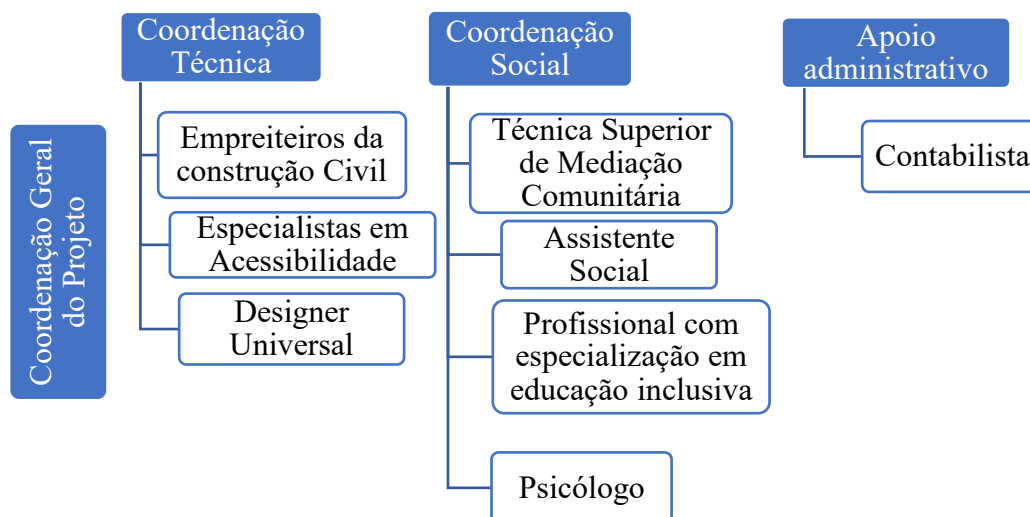


Figura 1- Organograma do Projeto

Fonte: Elaboração Própria

Os recursos humanos deste projeto serão os seguintes:

- **Empreiteiros da Construção** – que executam em parceria com os especialistas em acessibilidade as alterações necessárias a nível urbanístico e nas edificações, com o intuito de promover a melhoria dos acessos, construindo rampas e procedendo à instalação de elevadores e/ou plataformas elevatórias com o apoio de profissionais qualificados, procurando solucionar os problemas diários de locomoção das pessoas com deficiência;
- **Designer Universal** – A sua atuação passa por garantir que os espaços e serviços podem ser utilizados por todas as pessoas, com ou sem deficiência, certificando-se na fase final que não são necessárias adaptações à posteriori;
- **Mediador(a)** – Atuará como coordenadora do projeto, sendo responsável pela sua gestão a nível social e educativo. Caber-lhe-á reportar as atividades desenvolvidas e o estado de execução do projeto, assegurando a articulação entre os diversos intervenientes e promovendo a mediação entre as necessidades identificadas e as soluções implementadas;

- **Assistente Social** – Terá um papel fundamental no acompanhamento e/ou intervenção junto de toda a comunidade, com especial enfoque na sensibilização da população. Junto das pessoas com deficiência, exercerá uma função de apoio direto, procurando compreender e dar resposta às dificuldades sentidas;
- **Profissional com especialização em educação inclusiva** – A sua ação estará voltada para a capacitação de pessoas, que estão inseridas em ambientes, onde a educação inclusiva é escassamente debatida, como é o caso das escolas;
- **Psicólogo** – O seu papel é fulcral no que toca ao apoio tanto emocional como de adaptação social, também pretende atuar com foco na sensibilização de toda a população, assim fará com que as pessoas com deficiência e toda a equipa técnica se encontre preparada para qualquer situação que possa vir a surgir;
- **Contabilista** – Prestará apoio na gestão financeira do projeto, assegurando a sua sustentabilidade. Será responsável pela análise da documentação enviada pelos parceiros, permitindo uma perceção clara dos custos associados a cada alteração a implementar, bem como pela organização dos orçamentos e controlo dos recursos financeiros.

5.4. RESULTADOS ESPERADOS

Um projeto social, ao entrar na fase de desenvolvimento, tem como principal propósito promover a mudança e/ou transformação de uma determinada realidade. Assim, será fundamental alcançar os objetivos delineados neste projeto (destacados no capítulo 3), contribuindo de forma concreta para a melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida residentes em Vieira de Leiria.

Prevê-se que a Associação Vieira Sem Barreiras consiga responder eficazmente aos desafios identificados, desenvolvendo ações contínuas e sustentáveis que permitam satisfazer as necessidades dos beneficiários. Só dessa forma esta temática ganhará o relevo merecido na nossa sociedade.

Para que os resultados sejam significativos e duradouros, espera-se alcançar os seguintes patamares:

- Transformar a vila de Vieira de Leiria numa comunidade inclusiva, promotora da igualdade de oportunidades e da equidade;
- Sensibilizar a população para a importância das acessibilidades, promovendo a aceitação das diferenças individuais e o respeito pelos direitos das pessoas com deficiência;
- Fomentar laços sociais e atitudes de interajuda, reforçando o sentimento de pertença e de responsabilidade coletiva;
- Reduzir a exclusão social, prevenindo comportamentos discriminatórios e preconceituosos, através da consciencialização e da ação comunitária;
- Aumentar a autonomia das pessoas com deficiência, contribuindo para a sua capacitação e integração plena na vida social, através da melhoria efetiva das condições de acessibilidade;
- Incentivar atitudes de solidariedade, promovendo uma cultura de cuidado e responsabilidade social partilhada.

5.5. AVALIAÇÃO DO PROJETO

A avaliação relativamente a um projeto social deve satisfazer as necessidades da população, com vista a “satisfazer as necessidades sentidas pela população, para transformar uma determinada situação nas melhores condições possíveis” (Serrano, 2008, p. 83).

Com a avaliação é possível compreender o impacto da intervenção, salientando se todos os objetivos descritos foram ou não alcançados, traçando sempre o caminho com o objetivo de a melhoria ser sempre algo com continuidade, só assim um projeto se pode tornar eficiente.

5.5.1. TIPO(S) DE AVALIAÇÃO

Durante este horizonte temporal (de 1 ano) do projeto será feita uma tripla avaliação, devido à complexidade dos objetivos que pretendemos alcançar e concretizar, assim, será feita uma conjugação de avaliações: uma primeira a que damos o nome de “avaliação ex-ante”, outra que se denomina como “avaliação on going”, e por último a “avaliação ex-post. Importa salientar que a segunda fase de avaliação permite detetar eventuais falhas, bem como aspetos positivos e aspetos que possam vir a ter de ser melhorados.




De acordo com os autores, a “avaliação intercalar (*on going*) que visa acompanhar a operacionalização e a realização deste projeto já a avaliação inicial (*ex ante*), o intuito é o de preparar as decisões, e a avaliação final (*ex post*) aprecia os efeitos e impactos do projeto” (Gomes & Santos, 2012, p. 32).

5.5.2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Num projeto desta natureza, é fundamental assegurar uma avaliação contínua ao longo da sua implementação. Esta permitirá não só monitorizar os progressos alcançados, como também identificar aspetos que carecem de melhoria. Para tal, será utilizado um questionário adaptado, concebido de forma acessível, tendo em conta que nem todas as pessoas com deficiência têm facilidade em responder por escrito às perguntas.

Estes questionários surgem como instrumentos de escuta ativa, permitindo compreender o impacto das alterações realizadas na vida das pessoas com deficiência, bem como aferir a sua perceção sobre a eficácia das intervenções.



Durante a fase de implementação, será realizada uma avaliação intercalar junto das pessoas com deficiência, recorrendo a questionários de fácil compreensão. As respostas serão dadas através de símbolos, nomeadamente “smiles” com as seguintes cores:

-  Verde – As alterações realizadas são suficientes;
-  Amarelo – Ainda são necessárias melhorias adicionais;
-  Vermelho – As alterações realizadas foram insuficientes.

Esta metodologia garante que todas as pessoas, independentemente do seu nível de literacia ou condição, possam participar na avaliação de forma digna e autónoma.

Na fase final do projeto, os questionários serão novamente aplicados, desta vez de forma mais abrangente, incluindo toda a comunidade. Esta etapa contará com dois formatos distintos:

- Para a comunidade em geral: questionários de resposta curta, com possibilidade (opcional) de justificação das respostas;

- Para pessoas com deficiência: questionários adaptados, nos quais as respostas serão dadas através da seleção de símbolos de “certo”  ou “errado” , assegurando simplicidade e clareza.

Esta abordagem visa garantir a acessibilidade e inclusão de todos os participantes no processo avaliativo, respeitando os diferentes perfis de resposta e necessidades.

Após a recolha e análise dos dados, os resultados da avaliação serão divulgados publicamente pela Associação Vieira Sem Barreiras, entidade responsável pelo acompanhamento e suporte do projeto. Esta partilha de resultados será fundamental para promover a transparência, reconhecer os avanços realizados e orientar ações futuras de melhoria contínua.

5.6. SUSTENTABILIDADE DO PROJETO

Num projeto com esta natureza e ambição, que visa responder às necessidades da população com deficiência, importa garantir a sua sustentabilidade económica e operacional. Uma vez que muitas das ferramentas e intervenções a implementar envolvem custos elevados, torna-se essencial a mobilização de fontes de financiamento adequadas, capazes de assegurar a viabilidade e continuidade das ações previstas.

Após pesquisa e análise de programas existentes, identificaram-se duas fontes de financiamento prioritárias para sustentar este projeto:

- Portugal Inovação Social

Este programa nacional visa fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras para problemas sociais, através de apoio financeiro e capacitação de entidades do setor da economia social.

Os principais objetivos do *Portugal Inovação Social* são:

- Promover a inovação e o empreendedorismo social em Portugal, gerando novas soluções para os problemas sociais, em complemento às respostas tradicionais;
- Dinamizar o mercado de investimento social, criando instrumentos de financiamento ajustados às especificidades do setor da economia social e dos projetos de inovação social;

- Capacitar os atores do sistema de inovação social, melhorando a eficácia e a sustentabilidade das entidades envolvidas (Portugal Inovação Social, s.d.).

Este programa apresenta-se, por isso, como uma fonte de financiamento estratégica, dado o seu alinhamento com a missão social transformadora deste projeto.

- Prémio BPI Fundação “la Caixa” – BPI Solidário

Este prémio apoia projetos desenvolvidos em território nacional, que promovam a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade, potenciando as suas capacidades e fomentando a igualdade de oportunidades. A sua ação centra-se particularmente na inserção laboral e na promoção da vida autónoma.

Dá-se prioridade a candidaturas que incidam sobre:

- Apoio aos processos de capacitação e de inserção laboral;
- Apoio à vida autónoma em todos os domínios;
- Apoio integral a pessoas particularmente vulneráveis (BPI - Fundação “la Caixa”, s.d.).

Este programa poderá contribuir substancialmente para a execução de intervenções concretas no terreno, garantindo o reforço da autonomia das pessoas com deficiência, bem como o seu envolvimento ativo na comunidade.

5.7. FATORES DE INOVAÇÃO

Considerando que a temática das acessibilidades e da inclusão das pessoas com deficiência é ainda pouco discutida na vila de Vieira de Leiria, este projeto assume-se, por si só, como uma iniciativa inovadora. Visa promover a inclusão e combater a discriminação e o preconceito, incentivando a comunidade a olhar para as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida com um verdadeiro sentido de igualdade.

Contudo, é fundamental que esta inovação se traduza em soluções reais, adequadas e sustentáveis para este público-alvo. Assim, o projeto propõe responder aos seguintes fatores de inovação:

- Reconfiguração dos espaços: Através da aplicação dos princípios do design universal, as infraestruturas urbanas devem ser planeadas e adaptadas para todos. Por exemplo, as rampas devem ser construídas como estruturas permanentes, com inclinação e largura adequadas. Os percursos urbanos devem ser pensados de forma inclusiva, permitindo que qualquer pessoa, independentemente da sua condição, os utilize de forma autónoma e segura.
- Tecnologias de acessibilidade: A inovação tecnológica será uma aliada essencial. Exemplos incluem a instalação de sinais sonoros em passadeiras para apoio a pessoas cegas e a colocação de sensores de desgaste nos pavimentos, que alertem para riscos de quedas ou obstáculos, particularmente perigosos para utilizadores de cadeiras de rodas.
- Reconfiguração urbanística participativa: Propõe-se o envolvimento direto das pessoas com deficiência na identificação de pontos críticos da vila, promovendo uma abordagem de cocriação. Adicionalmente, podem ser promovidas simulações com a comunidade, em que os cidadãos experimentam deslocar-se em cadeira de rodas ou com outros apoios técnicos, de forma a sensibilizar para os desafios quotidianos enfrentados por este público.
- Acessibilidade digital: Sugere-se a criação de uma aplicação digital acessível, onde conste informação georreferenciada sobre locais com boas práticas de acessibilidade (como rampas ou pisos adequados). Esta aplicação deverá também permitir o registo, em tempo real, de situações problemáticas identificadas pelos utilizadores.
- Gestão e monitorização de políticas públicas de acessibilidade: Defende-se a criação de protocolos interinstitucionais, que promovam a avaliação contínua do espaço público em matéria de acessibilidades. Estes protocolos deverão incluir metas anuais claras, baseadas em indicadores de melhoria, que possibilitem uma monitorização efetiva dos avanços.

Em suma, este projeto propõe-se não apenas a colmatar lacunas existentes, mas a reconfigurar a vila como um território mais justo, acessível e inclusivo, assumindo um papel pioneiro no âmbito da inovação social e urbanística.

Assim, este projeto tem o potencial de provocar uma transformação cultural, incentivando a população a olhar para as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida com

empatia, respeito e um verdadeiro sentido de igualdade. Ao colocar a acessibilidade no centro das preocupações urbanas e sociais, contribui para construir uma comunidade mais justa, coesa e solidária.

6. ORÇAMENTO PROSPETIVO

Recursos Humanos			
Função	Mensal Base	Iva (23%)	Valor Mensal a Pagar com Iva
Empreiteiros da Construção Civil	870€	200,10€	1070,10€
Especialistas em Acessibilidade	1200€	276€	1476€
Designer Universal	1350€	310,50€	1660,50€
Profissional com especialização em educação inclusiva	1030€	236,90€	1266,90€
Psicólogo	1064€	244,72€	1308,72€
Técnica Superior de Mediação	1244€	286€	1530,12€
Assistente Social	1110€	255,30€	1365,30€
Contabilista	991€	227,93€	1218,93€
Total Mensal:	9531,27€		
Total Anual:	114375,24€		

Tabela 9 - Orçamento Global de Recursos Humanos

Recursos Materiais		
Material	Quantidade	Valor a Pagar
Sacos de Cimento	30	136,20€
Elevador	1	1444,27€
Plataforma Elevatória	2	10593,48€
Total a Pagar	12173,95€	

Tabela 10 - Orçamento Global de Recursos Materiais

Orçamento Final do Projeto	
Tipo de Recursos	Valor a Pagar
Recursos Humanos	114375,24€
Recursos Materiais	12173,95€
Total a pagar	126549,19€

Tabela 11 - Orçamento Final do Projeto

CONCLUSÃO

No decurso deste estudo, procurou-se analisar e compreender as condições de acessibilidade existentes na vila de Vieira de Leiria para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Para atingir este propósito, adotou-se uma abordagem que envolveu múltiplas perspetivas: foram aplicados inquéritos por questionário e a realização de entrevistas destinadas respetivamente, a uma pessoa utilizadora de cadeira de rodas e também a uma mãe cuidadora de uma criança com deficiência com comprometimento na fala. Esta metodologia possibilitou uma compreensão abrangente e fundamentada dos principais desafios e barreiras enfrentados diariamente por este grupo populacional. A acessibilidade, entendida aqui em sentido amplo, que inclui o ambiente urbanístico, as edificações e os espaços públicos, é um tema cada vez mais presente no discurso social e político, mas ainda assim insuficientemente implementado na prática. Os resultados obtidos confirmam que, apesar do crescente reconhecimento da importância de garantir acessos adequados a todos, Vieira de Leiria ainda enfrenta graves limitações, que refletem uma realidade comum a muitas outras localidades. Esta situação evidencia um atraso significativo na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde a igualdade de oportunidades seja efetiva e sustentável.

Um fator importante identificado reside na falta de informação e sensibilização da população em geral. Muitos dos inquiridos demonstraram desconhecimento ou pouca consciência acerca das necessidades específicas das pessoas com deficiência, sendo que fatores como a idade avançada e a reduzida literacia dificultam a aceitação e a empatia necessárias para a mudança cultural. Esta realidade reforça a urgência de ações educativas e mediadoras que promovam uma maior sensibilização social, superando preconceitos e atitudes capacitistas que persistem como obstáculos invisíveis, mas poderosos, à inclusão.

Nesse contexto, acreditamos que a mediação social emerge como uma ferramenta estratégica para fomentar a compreensão, o diálogo e a cooperação entre todos os membros da comunidade. A mediação não se limita a resolver conflitos, mas desempenha um papel transformador, ao incentivar o respeito pelas diferenças e o reconhecimento das capacidades de cada indivíduo. Esta abordagem pode ajudar a construir pontes, desmistificar estereótipos e criar um ambiente social mais solidário e acolhedor, que valorize a diversidade e promova a dignidade de todos.

Além do impacto social, a melhoria das acessibilidades físicas tem um efeito direto e positivo na qualidade de vida das pessoas com deficiência, ampliando a sua autonomia, independência e participação na vida comunitária. No entanto, para que essas melhorias sejam duradouras e eficazes, é imprescindível o envolvimento e o compromisso das entidades públicas e privadas, especialmente o Estado e as autarquias locais, que devem garantir políticas, recursos e fiscalização adequados. Sem essa cooperação institucional, os avanços permanecem fragmentados e insuficientes.

De acordo com a OCDE (2002) é importante que todo o cidadão esteja envolvido nas políticas públicas, desta forma é possível fomentar a inclusão de pessoas com deficiência, para isso é fundamental ter perceção das barreiras que impedem estas pessoas de participar ativamente na sociedade, não podendo exercer os seus direitos cívicos. A verdade é que a acessibilidade não deve ser vista como uma opção, mas sim como uma condição essencial para o exercício da cidadania.

Em suma, este projeto relativo às escassas acessibilidades não só identificou as limitações existentes, como também apontou caminhos concretos para a sua superação, reforçando a necessidade de um esforço coletivo e sustentado. Acreditamos que a inclusão social é um processo contínuo e dinâmico, que exige a participação ativa de toda a sociedade, para que as pessoas com deficiência deixem de ser vistas como sujeitos de caridade ou exceção, e passem a ser reconhecidas como cidadãos plenos, com direitos e contributos fundamentais para o desenvolvimento comunitário.

Ainda que saibamos onde pretendemos chegar, é claro que num projeto desta envergadura existem desafios que surgem e que é necessário reunir esforços para os ultrapassar, pois a verdade é que no que toca a legislação nem sempre é possível alinhar o que se quer fazer com o que se encontra estipulado, a resistência notada pelas entidades institucionais e políticas, geram muitas vezes insatisfação, porque ao invés de tentarem efetuar mudanças com rapidez apenas se coloca o olhar nos custos associados às mesmas; sensibilizar a população também não é de todo uma tarefa fácil, pois ainda há quem ache erradamente que a criação de acessibilidades serve apenas de benefício às pessoas com deficiência porém a verdade é que poderemos beneficiar público diversificado, como é o caso dos idosos, preferencialmente, uma vez que a vila de Vieira de Leiria é já em parte envelhecida, ao nível económico sabemos que no momento que se faz adaptações as mesmas têm um custo elevado e estando nós a falar de uma vila já com largos anos de existência, por

exemplo existem algumas ruas de calçada que fazem parte do património histórico, porém não menos importante é a participação das pessoas que nos traz um desafio acrescido, pois é fundamental envolver no desenvolvimento do projeto pessoas com deficiência, no entanto logisticamente torna-se exigente.

Em termos de limitações de limitações deste projeto a maior seria, sem dúvida o tempo de implementação, pois as alterações a serem efetuadas estão não só dependentes de burocracia legal como também de financiamento, que nem sempre ocorre na linha de tempo desejada/pretendida. Nunca esquecendo que podem vir a existir barreiras difíceis de colmatar, no caso de edifícios que façam parte da história da vila, os mesmos podem restringir adaptações.

Portanto, conclui-se que construir uma vila inclusiva em Vieira de Leiria é uma tarefa possível ainda que com algumas dificuldades associadas, mas ao mesmo tempo urgente, que passa necessariamente pela implementação de acessibilidades adequadas, pela promoção de uma cultura de respeito e solidariedade, e pelo fortalecimento de mecanismos de mediação social e política pública eficaz. Só assim poderemos garantir que a inclusão deixe de ser uma meta distante e se torne uma realidade concreta, onde todos possam conviver, participar e contribuir em igualdade. Fica assim evidente que “a igualdade de oportunidades é, pois, uma oportunidade de igualdade, isto é, uma oportunidade de, a partir das diferenças, promover os instrumentos e os direitos que podem conduzir a uma efetiva igualdade” (Rodrigues, 2014, p. 7).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alonso, J. (2005). *Preguntame sobre accesibilidad y ayudas tecnicas*. Instituto de Biomecanica , Valência. Obtido em 25 de novembro de 2024, de <https://www.ujaen.es/>.
- Assembleia da República. (2016). Cidadãos Portadores de Deficiência: Direito Nacional. *Assembleia da República - Divisão de Informação Legislativa Parlamentar*, p. 7. Obtido em 12 de novembro de 2024, de <https://www.parlamento.pt/>.
- Barros, J. (2018). Igualdade e diferença: uma discussão conceitual mediada pelo contraponto das desigualdades. *Revista Brasileira de Educação*, XXIII, 9. Obtido em 14 de julho de 2025, de <https://www.researchgate.net/>.
- Batista, I. (2008). Pedagogia Social: uma ciência, um saber profissional, uma filosofia de ação. *Revistas Científicas da Ucp(2)*, 7. Obtido em 15 de dezembro de 2024, de <https://revistas.ucp.pt/>.
- Batista, R. (outubro de 2024). Acessibilidade é um direito? *Associação Portuguesa dos Deficientes*, p. 17. Obtido de <https://www.apd.org.pt>.
- Boavida, J., & Amado, J. (2008). *Ciências da Educação: Epistemologia, identidade e perspectivas*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Obtido em 23 de junho de 2025, de <https://ap1.sib.uc.pt/>.
- Bonança, R., Madureira, C., & Lima, L. (2023). O desenho universal para a aprendizagem: planear o ensino-aprendizagem-avaliação para uma escola mais inclusiva. *Journal of Education Technology and Society*, XVI(2), 304. Obtido em 11 de Julho de 2025, de <https://iconline.ipleiria.pt/>.
- BPI - Fundação "La caixa". (s.d.). *Linhas de ação*. Obtido em 13 de junho de 2025, de BPI - Fundação "La caixa": <https://fundacaolacaixa.pt/>.
- Business Council Sustainable Development. (s.d.). *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Obtido em 25 de novembro de 2024, de Business Council Sustainable Development: <https://ods.pt/>.

- Câmara Municipal da Marinha Grande. (2017 - 2022). *Diagnóstico Social*. Obtido em 29 de janeiro de 2025, de Camara Municipal da Marinha Grande: <https://www.cm-mgrande.pt/cmmgrande/>.
- Câmara Municipal da Marinha Grande. (s/d). *Caracterização da Freguesia de Vieira de Leiria*. Obtido em 20 de fevereiro de 2025, de Camara Municipal da Marinha Grande: <https://www.cm-mgrande.pt/>.
- Câmara Municipal da Marinha Grande. (s/d). *Caracterização do concelho da Marinha Grande*. Obtido em 14 de fevereiro de 2025, de Portal da Marinha Grande: <https://www.cm-mgrande.pt/>.
- Campenhoudt, L. V., Marquet, J., & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva..
- Canotilho, J., & Moreira, V. (2010). *Constituição da República Portuguesa - Anotada* (Vol. II). Coimbra. Obtido em janeiro de 02 de 2025, de <https://pt.scribd.com/>
- Caride, J. (1999). *Diseño y evaluación de procesos de acción-intervención social*. Barcelona: Estel.
- Castillo, S., & Cabrerizo, J. (2011). *Evaluación de la intervención socioeducativa agentes, ámbitos y proyectos*. Madrid: Pearson Educación S.A.
- Claro, A. (2021). *O paradigma inclusivo e o papel do mediador dos movimentos associativos na deficiência: olhares e perspectivas em análise*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria. Obtido em 21 de dezembro de 2024, de <https://iconline.ipleiria.pt/>.
- Cohen, R. (2006). *Cidade, Corpo e Deficiência - Percursos e discursos possíveis na experiência urbana*. Tese de Doutoramento, Rio de Janeiro. Obtido em 17 de outubro de 2024, de <https://lasc.fau.ufrj.br/>.
- Comissão Europeia. (s.d.). *Proteção Social e Inclusão Social - Pessoas com Deficiência*. Obtido em 25 de outubro de 2024, de Comissão Europeia: <https://ec.europa.eu/>.

- Conselho Económico e Social. (19 de novembro de 2008). Pessoas com Deficiência: Mobilidade, Educação e Trabalho. *Conselho Económico e Social*, p. 16. Obtido em 22 de novembro de 2024, de <https://ces.pt/>.
- Conselho Holandês das pessoas com deficiência. (março de 1996). Conceito Europeu de Acessibilidade. *Conselho Holandês das pessoas com deficiência*, pp. 18-19.
- Darcy, S., & Harris, R. (2003). Inclusive and Accessible Special Event Planning: an australian perspective. *Event Management*, 8. Obtido em 25 de novembro de 2024, de <https://www.uts.edu.au/>.
- Diário da República. (8 de agosto de 2006). *Decreto - Lei 163/2006*. Obtido de <https://diariodarepublica.pt/>.
- Diário da República. (6 de dezembro de 2022). Decreto - Lei nº82/2022. *Diário da República*(234), p. 109. Obtido em 16 de novembro de 2024, de <https://files.dre.pt/>.
- Diário da Republica. (2023). *Portaria nº415/2023 de 7 de dezembro*. Obtido em 11 de novembro de 2024, de Diário da Republica: <https://diariodarepublica.pt/>.
- Direção - Geral da Educação. (s/d). *Educação Inclusiva*. Obtido em 11 de julho de 2025, de Direção - Geral da Educação: <https://www.dge.mec.pt/educacao-inclusiva>.
- Egg, E. A. (1989). *El trabajo social como acción liberadora*. Humanitas.
- Empregacessibilidade. (s/d). Glossário Inclusivo. *Painel da Aplicação das Leis Protetivas das Pessoas com Deficiência para a garantia de acesso ao mundo do trabalho*, p. 4. Obtido em 20 de novembro de 2024, de <https://empregacessibilidade.solaresasc.org>.
- European Union of the Deaf. (2019). *Lei Europeia da Acessibilidade*. Obtido em 16 de novembro de 2024, de European Union of the Deaf: <https://www.eud.eu/pt/>.
- Fonseca, A. R. (2023). *O papel da mediação como resposta transformadora - intervir do pensar ao agir*. Relatório de estágio . Obtido em 30 de dezembro de 2024, de <https://iconline.ipleiria.pt/handle/>.

- Fontanella, B., Luchesi, B., Saidel, M., Ricas, J., Turato, E., & Melo, D. (fevereiro de 2011). Amostragem em Pesquisas Qualitativas: proposta de procedimentos para constar saturação teórica. *Revista Scielo Brazil, II(27)*, p. 394. Obtido em 26 de fevereiro de 2025, de <https://www.scielo.br/>.
- Freire, S. (2008). Um olhar sobre a inclusão . *Revista da Educação, XVI(1)*, p. 5. Obtido em 12 de dezembro de 2024, de <https://repositorio.ulisboa.pt/>.
- Gimenez, C. (2014). *Seminário Intensivo sobre Mediación Intercultural*. Madrid: IMEDES e ACM.
- Goffman, E. (1981). *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Ltc. Obtido em 12 de dezembro de 2024, de <https://edisciplinas.usp.br/>.
- Gomes, C., & Santos, M. (2012). *Texto de apoio sobre a avaliação*. Obtido em 9 de junho de 2025
- Gomes, C., & Santos, M. (2012). *Texto de apoio sobre a avaliação*. Évora. Obtido em 9 de junho de 2025, de <http://www.cisa-as.uevora.pt/>.
- Gonçalves, S., Gonçalves, J., & Marques, C. (2021). *Manual de Investigação Qualitativa - Conceção, Análise e Aplicações*. Factor.
- Guerra, I. C. (2006). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação*. Principia.
- Guia De Rodas. (s.d.). *A pessoa com Mobilidade Reduzida*. Obtido em 11 de novembro de 2024, de Guia De Rodas: <https://guiaderodas.com/>.
- Huberman, M., & Miles, M. (1984). *Qualitative Data Analysis*. Sage Publications Inc.
- Instituto Nacional da Reabilitação. (2021). Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência. *Instituto Nacional da Reabilitação*, pp. 19-21. Obtido em 12 de dezembro de 2024, de <https://www.inr.pt/>.
- Instituto Nacional para a Reabilitação. (2020). *Glossário*. Obtido em 9 de novembro de 2024, de Instituto Nacional para a Reabilitação: <https://www.inr.pt/>.
- Jares, X. (2007). *Pedagogia da Convivência*. Profedições.

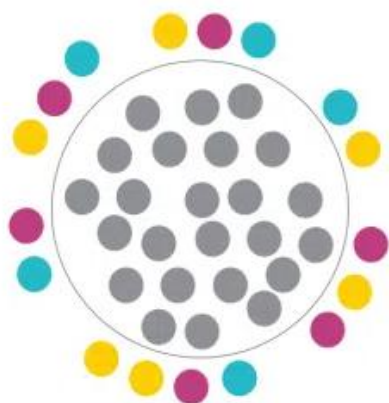
- Kuhn, T. (1970). *A estrutura das revoluções científicas*. Perspetiva.
- Levy, F., & Hidal, S. (s/d). *Boas práticas para mediação para pessoas com deficiência*. Obtido em 26 de maio de 2025, de <https://icfml.org/>.
- Madureira, C. (2024). (Con)viver com a Multiculturalidade: concretizando utopias para a interculturalidade e a inclusão. *Educação Inclusiva*, 15(1 e 2), 29-33.
- Madureira, C. P., González, M. V., & Agreda, N. H. (2024). *Pedagogia da Dignidade - Caminhos para uma sociedade convivencial*. Lulu.com.
- Mangas, C., & Sousa, J. (11-13 de novembro de 2020). A pessoa com deficiência como sujeito holístico: um olhar multi, inter e transdisciplinar. *Universitat Politècnica de València*, pp. 859-863. Obtido em 12 de dezembro de 2024, de <https://iconline.ipleiria.pt/>.
- Mendes, M., Denari, F., & Costa, M. (2022). Preconceito, discriminação e estigma contra pessoas com deficiência: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Eletrónica da Educação*(16), p. 4. Obtido em 12 de dezembro de 2024, de <https://www.reveduc.ufscar.br/>.
- Ministério Público. (2006). *Convenção Sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência*. Obtido em 12 de novembro de 2024, de Ministério Público: <https://dcjri.ministeriopublico.pt/>.
- Moniz, I. (2007). Prefácio. Em P. Teles, *Guia de Acessibilidade e Mobilidade para Todos* (p. 5).
- Ocde. (2002). *O cidadão como parceiro: Manual da Ocde sobre informação, consulta e participação na formulação de políticas públicas*. Brasília. Obtido em 8 de julho de 2025, de <https://www.oecd.org/>.
- OECD. (2007). *Ten Steps To Equity in education*.
- Oliveira, G. d. (2024). *Práticas pedagógicas promotoras de inclusão: perspetivas, desafios e reflexões*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Porto. Obtido em 23 de junho de 2025, de <https://sigarra.up.pt/>.

- Omote, S. (2018). Atitudes Sociais em Relação à Inclusão: Recentes Avanços em Pesquisa. *Revista Brasileira*, 24, pp. 21-32. Obtido em 12 de dezembro de 2024, de <https://www.researchgate.net/>.
- Organização das Nações Unidas para educação, a ciência e a cultura. (2019). *Manual para a medição da equidade na educação*. Obtido em 14 de julho de 2025, de <https://www.dge.mec.pt/>.
- Organização Mundial da Saúde. (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Lisboa. Obtido em 5 de dezembro de 2024, de <https://catalogo.inr.pt/>.
- Pappámikail, L., Beirante, D., & Cardoso, e. I. (2022). *Módulo 2: Diversidade, Equidade e Inclusão*. (M. d. Educação, Ed.) Obtido em 11 de julho de 2025.
- Pcd+inclusão com qualidade. (14 de dezembro de 2024). *Equidade: o que é, qual a sua importância e seus desafios?* Obtido em 11 de julho de 2025, de Pcd+inclusão com qualidade: <https://pcdmais.com.br/>.
- Pessoa, F. (1934). *Mensagem*. Ática.
- Pessoas 2030. (16 de maio de 2024). *Dia Mundial da Conscientização sobre a Acessibilidade*. Obtido em 16 de novembro de 2024, de Pessoas 2030: <https://pessoas2030.gov.pt/>.
- Portugal Inovação Social. (s.d.). *Os nossos objetivos*. Obtido em 13 de junho de 2025, de Portugal Inovação Social: <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/>.
- Priberam Dicionário. (s.d.). *Capacitismo*. Obtido em 18 de junho de 2025, de Priberam Dicionário: <https://dicionario.priberam.org/>.
- Programas do Portugal 2030. (2023). *Modelo de Apoio à Vida Independente*. Obtido em 11 de novembro de 2024, de Programas do Portugal 2030: <https://pessoas2030.gov.pt/>.
- Rodrigues, D. (2014). Os desafios da Equidade e da Inclusão na formação de professores. *Revista Nacional e Internacional de educación inclusiva*, VII(2), 5-21. Obtido em 14 de julho de 2025, de <https://revistaeducacioninclusiva.es/>.

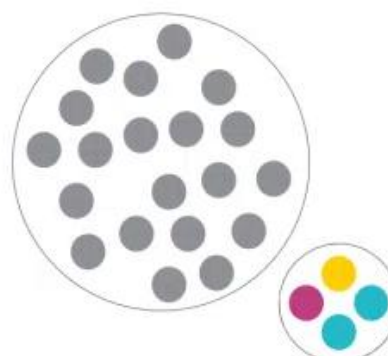
- Rodrigues, D. (2023). Inclusão: a pergunta que falta fazer. *Revista da Pró Inclusão*, XIV(1 e 2), 17 - 18.
- Sasaki, R. (1999). *Inclusão: Construindo uma sociedade para Todos*. Rio de Janeiro: WVA. Obtido em 11 de dezembro de 2024, de <https://pt.scribd.com/>.
- Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais. Casos Práticos*. Porto Editora.
- Silva, A. (2010). Novos actores no trabalho em educação: os mediadores socieducativos. *Revista Portuguesa de Educação*, 2(23), 120. Obtido em 16 de dezembro de 2024, de <https://revistas.rcaap.pt/>.
- Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. (2020). *Carta Ética*. Porto. Obtido em 18 de junho de 2025.
- Story, M., & Mace, R. (1998). *The Universal Design File: Designing for people of all ages and abilities*. Nc State University..
- Torremorell, M. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto Editora.
- Unesco. (2019). *Manual para garantir inclusão e equidade na educação*.
- Vieira, A. (2013). *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Profedições.
- Vieira, A., & Vieira, R. (2016). *Pedagogia Social, Mediação Intercultural e (Trans)formações*. Profedições.
- Vieira, R. (1999). *Ser Igual, Ser Diferente: Encruzilhadas da Identidade*. Profedições.
- Vieira, R., Marques, J., Silva, P., Vieira, A., & Margarido, C. (2018). *Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária. Estar dentro e estar fora para mediar e intervir*. Afrontamento.

ANEXOS

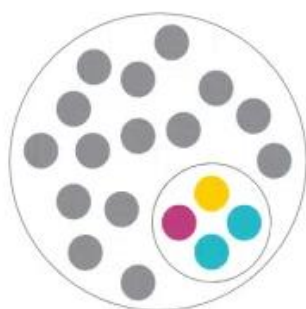
ANEXO 1 – PARADIGMAS DA DEFICIÊNCIA



Exclusão



Segregação



Integração



Inclusão

ANEXO 2 – EQUIPAMENTOS DE APOIO À DEFICIÊNCIA

Freguesia	Designação	Capacidade
Marinha Grande	CENFOR (Centro de Formação Profissional) - APPACDM	Sem capacidade definida
Marinha Grande	Lar Residencial - APPACDM	12
Marinha Grande	Centro de Atividades Ocupacionais - APPACDM	80
Marinha Grande	Centro Atendimento/Acompanhamento para pessoas com deficiência - Associação Portuguesa de Deficientes	32
Marinha Grande, Vieira de Leiria, Moita	Equipa Local de Intervenção Precoce – ADESER II, IPSS	60

88 – EQUIPAMENTOS DE APOIO À DEFICIÊNCIA

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO PARA A POPULAÇÃO RESIDENTE EM VIEIRA DE LEIRIA

Ser livre com acessibilidade - ser pessoa com deficiência

O presente questionário enquadra - se num estudo para a concretização de um projeto de investigação - ação, supervisionado pela Professora Doutora Cristiana Madureira no âmbito do trabalho final do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria. Este trabalho tem como objetivo conhecer e compreender a perceção dos cidadãos residentes em Vieira de Leiria sobre as condicionantes a nível urbanístico e no edificado relativamente às acessibilidades para pessoas com deficiência.

Solicita - se a maior veracidade nas respostas, assegurando que as informações recolhidas serão totalmente confidenciais, sendo as mesmas utilizadas exclusivamente para este estudo.

A sua colaboração é fundamental pelo que agradeço atempadamente o seu contributo.

Atenciosamente,
Sofia Vicente

Participação voluntária

Aceita participar neste questionário? *

- Sim
- Não

Anterior

Seguinte

Limpar formulário

Informações relevantes do inquirido/a

Sexo *

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não revelar

Faixa etária *

- Menos de 20
- 20 - 25 anos
- 26 - 35 anos
- 36 - 45 anos
- 46 - 55 anos
- 56 - 65 anos
- Mais de 65 anos

É uma pessoa com deficiência/mobilidade reduzida? *

- Sim
- Não

Se respondeu "Sim" na questão anterior, qual é a sua deficiência?

A sua resposta _____

Se é pessoa com deficiência e/ou mobilidade reduzida, quais as maiores dificuldades sentidas no seu dia - a dia?

- Ruas com piso inadequado
- Passeios estreitos
- Veículos estacionados nos passeios
- Obstáculos na via pública
- Outra: _____

Qual o seu meio de deslocação? (pode seleccionar mais do que uma opção)

- Cadeira de rodas manual
- Cadeira de rodas eletrica
- Outra: _____

Considera importante a implementação de postos de carregamentos para cadeiras de rodas eletricas?

- Sim
- Não

[Anterior](#)

[Seguinte](#)

[Limpar formulário](#)

Informações Gerais

Conhece alguém com deficiência/mobilidade reduzida? *

- Sim
- Não

Considera que em Vieira de Leiria existem acessos adaptados para pessoas com *
deficiência e/ou mobilidade reduzida?

- Sim, sempre
- Sim, às vezes
- Nunca

Se respondeu "Nunca" na questão anterior, explique porquê? (Pode selecionar
várias opções)

- Faltam rampas
- Os passeios têm uma altura elevada
- As calçadas são esburacadas, desniveladas e/ou estreitas
- Faltam elevadores nos edifícios
- Edifícios com portas estreitas
- Outra: _____

Numa escala de 0 - 5 como avalia as acessibilidades em Vieira de Leiria? *

0 1 2 3 4 5

Nada Acessível Muito Acessível

Que alterações deve ser feitas em Vieira de Leiria para que haja uma maior acessibilidade *

A sua resposta

Considera pertinente a requalificação a nível urbanístico e de infraestruturas? *

- Sim, em todas as situações
- Sim, em algumas situações
- Não considero importante

Se Vieira de Leiria fosse um local mais acessível para pessoas com deficiência/ mobilidade reduzida, o que acha que mudaria na vida destas pessoas? *

A sua resposta

Os órgãos autárquicos acompanham/avaliam a falta de acessibilidades existentes? *

- Sim, regularmente
- Sim, raramente
- Não

Na sua opinião, qual a importância de sensibilizar a comunidade para esta problemática? *

- 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
- Irrelevante Muito importante

Já vivenciou e/ou presenciou alguma situação em que sentiu que a comunidade não está preparada para lidar com pessoas com deficiência/mobilidade reduzida? *

- Sim
- Não

Se respondeu "Sim" na questão anterior" explique o que aconteceu

A sua resposta _____

APÊNDICE 2 – CONSENTIMENTO INFORMADO PARA AS ENTREVISTAS

Consentimento Informado

O presente estudo é desenvolvido por Sofia Alexandre Vicente, com supervisão da Professora Doutora Cristiana Madureira, no âmbito do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS). Este projeto tem como objetivo **conhecer a perceção dos cidadãos que testemunham diariamente esta realidade e suas condicionantes a nível urbanístico e no edificado sobre as acessibilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.**

A entrevista a realizar será gravada em áudio e/ou vídeo após o seu consentimento, e durará, no máximo, de uma hora. A entrevista será posteriormente transcrita.

Qualquer informação que tivermos sobre si e tudo o que nos disser durante a entrevista será devidamente tratada e será mantida a confidencial, de acordo com o disposto na lei da proteção de dados pessoais (Lei no. 67/98 de 26 de outubro, alterada pela Lei no 103/2015, de 24 de agosto) e do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

O seu nome e contactos serão guardados separadamente da transcrição e quaisquer detalhes que possam ser usados para identificá-lo/a serão removidos da transcrição. Quaisquer excertos do que disser, e que possam ser citados no trabalho escrito, serão inteiramente anónimos, e o seu nome não será utilizado em situação alguma.

Os resultados deste estudo serão usados para fins estritamente académicos, designadamente, na dissertação de Mestrado a apresentar à ESECS no ano de 2025.

Confirmo que li e compreendi a folha de informação que me foi facultada para este estudo. Tive oportunidade de considerar a informação, fazer perguntas e de as ver respondidas de forma satisfatória.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária e que sou livre de desistir em qualquer altura, sem dar uma razão para tal.

Daniela Freitas

Compreendo que a entrevista será gravada digitalmente (em áudio e/ou vídeo) e depois transcrita.

Compreendo que a informação dada nesta entrevista pode ser utilizada, no futuro, em relatórios ou apresentações de trabalhos.

Compreendo que qualquer informação pessoal que possa ser usada para me identificar será retirada da transcrição da entrevista e que eu não serei identificado/a em quaisquer publicações, relatórios ou apresentações, nem será feito qualquer uso dela além do projeto.

Compreendo que a transcrição anonimizada da entrevista será apenas partilhada entre o entrevistador e os supervisores da investigação.

Nome do participante:

Daniela Freitas.....

Assinatura do/a participante:

Daniela Freitas.....

Responsável pelo estudo:

Sofia Vicente.....

Local: *Vieira de Leiria* Data: *22/01/2025*

Consentimento Informado

O presente estudo é desenvolvido por Sofia Alexandre Vicente, com supervisão da Professora Doutora Cristiana Madureira, no âmbito do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (ESECS). Este projeto tem como objetivo **conhecer a perceção dos cidadãos que testemunham diariamente esta realidade e suas condicionantes a nível urbanístico e no edificado sobre as acessibilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.**

A entrevista a realizar será gravada em áudio e/ou vídeo após o seu consentimento, e durará, no máximo, de uma hora. A entrevista será posteriormente transcrita.

Qualquer informação que tivermos sobre si e tudo o que nos disser durante a entrevista será devidamente tratada e será mantida a confidencial, de acordo com o disposto na lei da proteção de dados pessoais (Lei no. 67/98 de 26 de outubro, alterada pela Lei no 103/2015, de 24 de agosto) e do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

O seu nome e contactos serão guardados separadamente da transcrição e quaisquer detalhes que possam ser usados para identificá-lo/a serão removidos da transcrição. Quaisquer excertos do que disser, e que possam ser citados no trabalho escrito, serão inteiramente anónimos, e o seu nome não será utilizado em situação alguma.

Os resultados deste estudo serão usados para fins estritamente académicos, designadamente, na dissertação de Mestrado a apresentar à ESECS no ano de 2025.

Confirmo que li e compreendi a folha de informação que me foi facultada para este estudo. Tive oportunidade de considerar a informação, fazer perguntas e de as ver respondidas de forma satisfatória.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária e que sou livre de desistir em qualquer altura, sem dar uma razão para tal.



Compreendo que a entrevista será gravada digitalmente (em áudio e/ou vídeo) e depois transcrita.

Compreendo que a informação dada nesta entrevista pode ser utilizada, no futuro, em relatórios ou apresentações de trabalhos.

Compreendo que qualquer informação pessoal que possa ser usada para me identificar será retirada da transcrição da entrevista e que eu não serei identificado/a em quaisquer publicações, relatórios ou apresentações, nem será feito qualquer uso dela além do projeto.

Compreendo que a transcrição anonimizada da entrevista será apenas partilhada entre o entrevistador e os supervisores da investigação.

Nome do participante:

Tatiana Penãigão

Assinatura do/a participante:

Tatiana Penãigão

Responsável pelo estudo:

Sofia Vicente

Local: VIEIRA DE LEIRA Data: 28/01/2025

APÊNDICE 3 – GUIÃO DE ENTREVISTA (PESSOA COM DEFICIÊNCIA)

Tema: As acessibilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

Objetivos:

- **Conhecer a perceção dos cidadãos que testemunham diariamente esta realidade e suas condicionantes a nível urbanístico e no edificado sobre as acessibilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida em**

1. Apresentação – Início da Entrevista

- 1.1. Apresentação do Entrevistador;
- 1.2. Exposição dos objetivos da entrevista;
- 1.3. Garantia da confidencialidade, bem como dos dados pessoais;
- 1.4. Solicitação de autorização para gravação e tratamento posterior das informações recolhidas;
- 1.5. Motivar o entrevistado para responder às questões de forma explícita

2. Caracterização do entrevistado e da sua situação atual

- 2.1. Fale por favor, um pouco de si (nome, idade, nível de ensino, área de formação, deficiência);
- 2.2. Explique agora a sua deficiência (designação, duração, produto de apoio, outras informações pertinentes)
- 2.3. Quais as limitações associadas à sua deficiência (explorar as mesmas)

3. Compreender a situação quotidiana

- 3.1. Dificuldades sentidas no seu dia – a -dia?
- 3.2. De que forma estas dificuldades o comprometem?
- 3.3. O que considera necessário fazer para colmatar essas dificuldades?

4. Reconhecer o panorama do seu local de residência

- 4.1. Considera o local onde vive acessível?
- 4.2. Como é a sua experiência nesse sentido? (obstáculos, barreiras)

- 4.3. Acessibilidades em falta?
- 4.4. Sente que ao longo tempo são efetuadas mudanças nesse sentido (Se sim quais, se não justifique com a sua opinião)
- 4.5. Aspetos positivos e negativos das acessibilidades no local onde reside

5. Compreender a supervisão da problemática?

- 5.1. Tem acompanhamento de alguém para superar os obstáculos encontrados/venciados?
- 5.2. Considera importante esse acompanhamento?
- 5.3. Reconhece que os órgãos autárquicos acompanham/avaliam a falta de acessibilidades existentes? (Se sim, como é feita essa avaliação, explique)
- 5.4. A sua avaliação das acessibilidades (faça-o qualitativamente)

6. Legitimar a importância da inclusão

- 6.1. O que é para si a inclusão?
- 6.2. Considera o seu local de residência inclusivo? (Se sim, porquê? Se não porquê?)
- 6.3. Como, na sua opinião se pode promover a inclusão?
- 6.4. O que é feito atualmente no local onde vive nesse sentido?
- 6.5. Conselhos/opiniões que gostaria de referenciar?

7. Conclusão da entrevista

- 7.1. Informar que não existem mais questões a colocar, dando a entrevista como terminada
- 7.2. Abertura para a partilha de outras informações relevantes.

APÊNDICE 4 – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Daniela Freitas

Local: Plataforma Zoom

Duração: 40 minutos

Sofia: Olá, boa tarde Daniela, antes de iniciarmos quero desde já agradecer-te a disponibilidade imediata para esta entrevista.

Daniela: Olá, já sabes que comigo estás à vontade estarei sempre disponível para te ajudar em tudo o que estiver ao meu alcance.

Sofia: Pronto, como tu sabes eu estou a fazer o mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria, então, uma vez que estou no 2º ano encontro – me a desenvolver o meu projeto de investigação.

Daniela: Sim, sim!

Sofia: Então gostava antes de começarmos a nossa entrevista de te explicar de forma breve este meu projeto e pedir – te permissão para gravar a nossa conversa para que depois eu possa proceder ao tratamento dos dados recolhidos de forma cuidada.

Daniela: E eu quero muito conhecer esse projeto, quando falaste comigo, percebi logo que era um tema que a mim também me interessa bastante enquanto pessoa com deficiência. Podes fazer a gravação sem qualquer problema, quero muito ajudar – te a que consigas fazer um trabalho de qualidade.

Sofia: Agradeço muito, a tua abertura para isto torna tudo mais simples. Então este é um projeto, onde eu pretendo debruçar – me sobre aquilo que são as parcas acessibilidades para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, que tu certamente tão bem entenderás.

Daniela: Deparo – me com elas todos os dias!

Sofia: Também eu, por isso mesmo o mesmo objetivo é sem dúvida conhecer a percepção dos cidadãos que testemunham diariamente esta realidade e as suas condicionantes, especificamente a nível urbanístico e no edificado.

Daniela: Vamos lá isso, vou dar – te a minha perspetiva o melhor que sei.

Sofia: Certo, acredito que sim! Para começar, apesar de eu já te conhecer à algum tempo, preciso que dê algumas informações básicas, sobre ti, como o nome, a idade, o teu nível de ensino, qual a tua área formação e não menos importante, que me fales um bocadinho da tua deficiência.

Daniela: Ok, então eu sou a Daniela tenho 31 anos, feitos recentemente! Infelizmente e com muita pena minha, só tenho o 9º ano concluído e explico-te já porquê.

Sofia: Sim claro, estou cá para ouvir.

Daniela: A partir do 9º ano para a frente a acessibilidade foi um grande entrave para que continuasse os estudos nas áreas que mais me preenchiam, e esse ano de escolaridade também o tirei numa área que nada me dizia, mas tive obrigatoriamente que o fazer.

Sofia: Pois... A verdade é que quando começamos a não gostar daquilo que a escola nos oferece torna – se ainda mais complicado, entendo o que me estás a dizer.

Daniela: Claramente, mas enfim continuando o que me perguntaste... Eu tal como tu tenho Paralisia Cerebral, que também, felizmente só me afeta o nível motor, mas como tu sabes os médicos desde sempre a definiram desta forma, sinceramente não te sei dizer o tipo específico da minha paralisia, porque na altura também não souberam dizer à minha mãe, mas eu como sou uma pessoa que gosto de saber pelas pesquisas que faço e pelas coisas que vou conseguindo fazer diariamente, penso que seja Paralisia Cerebral Espástica.

Sofia: Ahhh, conheço muito bem a minha também entra nesse campo, a diferença é que a minha é bilateral Espástica. Muito bem, no sentido do que já me disseste também me importa saber se utilizas algum produto de apoio e claro, nesse sentido, podes sempre dizer algo que aches ser relevante.

Daniela: Eu uso atualmente cadeira de rodas manual, onde solicitei que me incorporassem, um produto elétrico de propulsão, uma vez que me facilita a vida, em vez de ter de desandar as rodas, é como se tivesse um volante na cadeira, diria que é como se tivesse uma mota (risos), e dá-me uma maior autonomia e tem a vantagem que o posso pôr e retirar sempre que necessário.

Sofia: Nunca tive esse tipo de auxílio para a cadeira, mas acho que fizeste muito bem em adquiri-lo. Uma vez que adquiriste esse complemento para a tua cadeira é porque sentes que tens algumas limitações, queres falar-me um bocadinho delas?

Daniela: Sim, posso-te referir quais são, as minhas limitações são mais visíveis de um lado, neste caso o direito que não consigo mexer muito bem, praticamente só me dá para auxiliar as várias coisas que vou fazendo ao longo do dia, ainda assim, preciso obrigatoriamente de ajuda para me calçar, no lado que tenho afetado, no banho para lavar a cabeça porque não tenho mobilidade suficiente para chegar atrás.

Sofia: Eu estou a ouvir-te e estou a rever-me a mim mesma porque as dificuldades que já me mencionaste eu também as sinto e conseqüentemente também preciso de apoio. Sendo que tens algumas limitações como estavas a dizer, no que toca ao dia-a-dia quais são as tuas maiores dificuldades?

Daniela: Isso arrisco-me a dizer que tudo se resume àquilo que são as acessibilidades (nem de propósito). O facto de ir a alguns sítios que não tenham acessibilidade completa impede-me de usar o meu equipamento de propulsão porque importa salientar que esse equipamento só resulta se estivermos a falar de lugares planos ou que tenham rampas, por isso, é que antes de ter adquirido isto (que agora me ajuda imenso na minha independência física) tinha sempre que contar com alguém para sair de casa, durante muitos anos tive de depender de alguém, porque não tenho força de braços para mover a cadeira de rodas, uma vez que não existem acessibilidades ao ponto de conseguirmos andar sozinhos.

Sofia: Estavas a dizer-me que alguns sítios não têm acessibilidade completa, dá-me um exemplo.

Daniela: O mais simples é por exemplo quando quero ir ao café próximo da minha casa, como não existem rampas, tenho de ir dar uma volta gigante para lá conseguir chegar, o que sozinha é impensável.

Sofia: Pois, isso não me espanta nada, ainda muita coisa precisa de ser mudada. Daniela, de que forma é que as dificuldades que me contaste te comprometem?

Daniela: Oh, comprometem-me no sentido em que tenho de obrigatoriamente ficar fechada em casa, e assim não posso ter vida social, divertir-me... porque nunca sei se os sítios que gosto ou que preciso de ir têm acessibilidade plena, sempre que saio tenho imensa preocupação se quando chegar ao local vou ter acessibilidade ou se vou ter que vir para trás.

Sofia: São situações muito chatas que me deixam extremamente nostálgica sabes? Daí à pouco te dizer que ainda muita coisa precisa de ser mudada e também gostava de ter a tua opinião relativamente a isso, o que achas que seria necessário fazer para colmatar, as dificuldades que sentes e que também, acredito que outras pessoas sintam?

Daniela: Olha minha resposta é simples e direta, basta começarem a ter preocupação com a acessibilidade arquitetónica como deve ser e não apenas para se poder dizer que existe acessibilidade, como se acessibilidade que falam fosse realmente em condições...

Sofia: Tens toda a razão, eu sei que já me deste um bocadinho da tua visão relativamente a esta temática, no entanto não posso deixar de te perguntar o que achas do teu local de residência?

Daniela: Por um lado posso dizer-te que é satisfatório, por outro não, posso ter acessibilidade em alguns sítios, mas noutros não. Mas diria que é acessível, no entanto, nada justifica as voltas que tenho de dar para conseguir ter acessibilidade como deve ser.

Sofia: Claro, acho que acontece em todo o lado.... Quais os obstáculos e barreiras que mais encontras?

Daniela: Oh pá, desculpa se calhar já estou a tornar – me repetitiva, mas o facto é que podia simplesmente haver mais acessibilidade onde não existe, porque assim não seria obrigada a ir dar voltas e voltas só para ir ao café, como já te disse.

Sofia: Pelo que me dizes o que mais sentes que está em falta são rampas, é isso?

Daniela: Ai, sim sem dúvida. Evitava ter de percorrer 10 minutos quando o café fica a 2 minutos de minha casa indo a pé.

Sofia: Sabes eu acredito que passo a passo vão sendo efetuadas alterações, temos é de ser pacientes. Eu sei que tens a tua opinião muito vincada, mas se eu te perguntar se na perspectiva sentes que ao longo do tempo são efetuadas mudanças no que toca a acessibilidade, o que te apetece dizer?

Daniela: Hmm, eu acho que sim, mas ainda estamos muito longe do que se possa chamar de acessibilidade. Cidadãos como eu e tu com deficiência e que usamos produtos de apoio, devíamos ter uma vida sossegada e plena sem precisarmos de pedir ajuda a terceiros.

Sofia: Eu acredito e sou apologista que para isso acontecer temos de olhar todos na mesma direção, remar para o mesmo lado e infelizmente, a minha visão é a de que hoje em dia, estas questões a quem “não toca na pele” passam despercebidas e não é dada a devida importância. Deixa-me então fazer-te esta pergunta, relativamente ao teu local de residência, quais são os aspetos positivos e negativos que destacas a respeito das acessibilidades?

Daniela: Lá está a única coisa que na minha perspectiva posso falar negativamente é o facto de realmente ter de dar imensas voltas para chegar a um local em segurança, porque se pensar em mudar o percurso encontro repetidamente obstáculos que não consigo ultrapassar.

Sofia: Acredito que muitos desses obstáculos sejam também por falta de consciência dos cidadãos, não? Nunca te deparaste por exemplo com os passeios ocupados por veículos, ou por placares de esplanadas?

Daniela: Ah sim, apesar de o maior obstáculo para mim ser a falta de rampas, às vezes também me deparo com esses que me deixam extremamente irritada!

Sofia: E numa situação dessas se fores sozinha, é como se ficasses aprisionada, ou voltas para trás, ou então tens de ter alguém que te acompanhe, caso contrário nada feito... por isso mesmo ia perguntar-te se tens alguém que te ajude a superar os obstáculos encontrados/vivenciados?

Daniela: Felizmente, tenho a ajuda diária da minha mãe que me ajuda a ultrapassar esses obstáculos, mas hoje em dia seria mesmo preciso mais acessibilidade, pois não é qualquer pessoa que tem força para andar connosco na rua, não é uma tarefa fácil...

Sofia: Apesar de tal como dizes não ser fácil transportar alguém de cadeira de rodas na rua... consideras esse acompanhamento importante?

Daniela: Sem qualquer tipo de dúvida que sim, caso a minha mãe não me acompanhasse e conseqüentemente não me ajudasse a ultrapassar os obstáculos devido à falta de acessibilidade que diariamente se encontra, sem dúvida alguma estaria presa em casa, sem poder ver a luz do dia.

Sofia: Como te compreendo, uma vez que a falta de acessibilidades é bastante notória, diz – me os órgãos autárquicos demonstram alguma preocupação nesse sentido? O que eu quero dizer com isto é, na tua opinião, acompanham e/ou avaliam a falta de acessibilidade que existe?

Daniela: Tenho de ser sincera e dizer que não, caso os órgãos autárquicos avaliassem a falta de acessibilidade existente, nós pessoas com deficiência, não teríamos preocupações em sair de casa, ou como eu disse anteriormente, não teríamos de depender de terceiros para sermos independentes.

Sofia: Eu acho mesmo que se pudéssemos ser independentes, muitas vezes não eramos olhados de uma forma pouco bonita...

Daniela: Tens toda a razão... até porque todos nós devemos poder viver em sociedade de forma igualitária...

Sofia: Preciso agora que me dês uma avaliação daquilo que são as acessibilidades. Qual é a tua avaliação?

Daniela: Olha, nem sei como fazer essa avaliação tendo em conta que na minha opinião, ainda falta bastante para que o nosso Portugal esteja e seja realmente acessível.

Sofia: Deste-me a tua visão, isso também uma avaliação... A acessibilidade leva-me inevitavelmente a falar – te também da inclusão, sem acessibilidade diria eu que não estamos numa sociedade plenamente inclusiva, até porque esse é também, julgo eu um caminho ainda bastante longínquo, uma vez que esta passa por diversos patamares e não só pela acessibilidade...

Daniela: Desculpa interromper-te, mas a inclusão engloba tanta coisa e todas elas importantes!

Sofia: E por isso mesmo também quero falar um bocadinho sobre esse assunto, começando por te perguntar, o que é para ti a inclusão?

Daniela: A inclusão para mim é poder estar em qualquer lugar sem ter de me preocupar se por exemplo o sítio para onde vou é ou não acessível, se tem casa de banho adaptada, para que não tenha que ter tempo limitado, porque se o sítio não for acessível e a casa de banho não for adaptada a pessoas com deficiência, eu sou franca volto para trás de imediato, é algo fundamental.

Sofia: Falas na questão das casas de banho, sabes eu sempre que saio de casa para um sítio público para mim é impensável ir á casa de banho porque já sei que me deparo com infraestruturas não adaptadas e também, já me aconteceu, até serem adaptadas, no entanto, muitas vezes não têm os cuidados de higiene necessários, então raramente uso wc fora de casa.

Daniela: Pois, nem toda a gente se sente confortável e é compreensível.

Sofia: Exatamente! Daniela, tendo em conta o que vês tudo aquilo com que te deparas consideras o teu local de residência inclusivo?

Daniela: Essa é uma pergunta ambígua, sim e não. Embora não seja em todas as partes e isso me faça ter de andar mais para ir de encontro à acessibilidade colocada, dá perfeitamente para que com o meu equipamento de propulsão andar por aqui, antes de ter o equipamento dizia-te já que não, porque isso implicava que a minha mãe tivesse de fazer força para empurrar a minha cadeira até à parte onde daria para ter acessibilidade, sem acessibilidade não existe inclusão. Volto a dizer o que já disse, não existindo acessibilidade ficamos “presos” em casa, o que nos priva da vida social e de sermos incluídos em algo, teremos de ter forma de lá chegar e para lá chegar, seja a que local for, temos de ter acessibilidade!

Sofia: Já percebi o teu ponto de vista e também já percebi tendo em conta o que me dizes que a inclusão tem de ser trabalhada e conseqüentemente aprofundada é isso?

Daniela! Sim, sim! Posso dizer – te que é para isso que também trabalho nas minhas redes sociais mais precisamente na minha página de instagram, para sensibilizar as pessoas que a deficiência não é uma condição e que todos merecemos ser incluídos.

Sofia: Eu sei disso, perfeitamente, já sabes que acompanho cada passinho que dás, uma vez que esta questão da inclusão é a “tua praia”, como é que tu achas que se pode promover a inclusão?

Daniela: Promover a inclusão é poder falar nela sem tabus, é reclamar dos espaços que sabemos que não tem acessibilidade e reclamar a acessibilidade em falta, porque não só as pessoas com mobilidade reduzida permanente precisam dela, quem sabe mais tarde, qualquer um de nós mesmo não tendo qualquer limitação, pode precisar, quer seja por questões temporárias ou até mesmo por falta de mobilidade associada ao passar dos anos, quero dizer a idade.

Sofia: Sim, sempre aprendi que nada nesta vida é garantido, nada é certo e por isso, quem hoje em dia não dá valor a por exemplo uma rampa, amanhã não sabe se não precisará dela.

Daniela: Claro, daí a minha resposta anterior.

Sofia: No local onde tu vives, o que é feito para promover a inclusão?

Daniela: No local onde vivo não se fala tanto em inclusão, uma vez que é um local onde vivem pessoas de uma faixa etária envelhecida, que estão habituadas aos tempos antigos e não aceitam a inovação, porque pelas informações que vou obtendo, antigamente não se falava tanto de deficiência e desses temas como hoje em dia.

Sofia: Pois, por isso mesmo é que quero acreditar que como se diz na gíria popular “mudam-se os tempos mudam-se as vontades” e que algo vamos conseguir mudar com esforço e dedicação.

Daniela: Todos juntos podemos fazer a diferença!

Sofia: Daniela, estamos prestes a terminar a nossa entrevista, e por isso, gostavas de deixar algum conselho ou opinião?

Daniela: Resta-me dizer que é importante que se fale mais de integração e acessibilidade, para que nós pessoas com deficiência também tenhamos mais visibilidade, de forma a podermos ter uma vida digna como outra pessoa qualquer do padrão chamado normativo.

Sofia: Partilho do mesmo desejo e ambição. Estas eram as questões que tinha para te colocar, ainda assim estás à vontade para falar sobre algo que consideres importante, ou alguma partilha que queiras fazer.

Daniela: Acho que não tenho mais a acrescentar, espero sinceramente ajudar no teu estudo e que consigas chegar a bom porto com ele. Estarei cá se precisares novamente.

Sofia: Eu espero que sim! Agradeço imenso o tempo disponibilidade para me ouvires e para me responderes.

Daniela: Não me custou nada.

Sofia: Muito obrigada!

APÊNDICE 5 – GUIÃO DE ENTREVISTA (MÃE CUIDADORA DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA COM COMPROMETIMENTO AO NÍVEL DA FALA)

Tema: As acessibilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

Objetivos:

- **Conhecer a perceção dos cidadãos que testemunham diariamente esta realidade e suas condicionantes a nível urbanístico e no edificado sobre as acessibilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida**

1. Apresentação – Início da Entrevista

- 1.1. Apresentação do Entrevistador;
- 1.2. Exposição dos objetivos da entrevista;
- 1.3. Garantia da confidencialidade, bem como dos dados pessoais;
- 1.4. Solicitação de autorização para gravação e tratamento posterior das informações recolhidas;
- 1.5. Motivar o entrevistado para responder às questões de forma explícita

Caracterização do entrevistado e da pessoa cuidada

- 1.6. Fale, por favor, um pouco de si (nome, idade, nível de ensino, área de formação)
- 1.7. Fale também, por favor da sua filha (nome, idade, ano de escolaridade, deficiência)
- 1.8. Explique agora a deficiência da sua filha (designação, duração, produto de apoio, outras informações pertinentes)
- 1.9. Quais as limitações associadas a esta deficiência (explorar as mesmas)

2. Compreender a situação quotidiana da pessoa cuidada

- 2.1. Dificuldades sentidas no dia – a – dia?
- 2.2. De que forma estas dificuldades o/a comprometem?

2.3. Que tipo de ferramentas têm para superar as dificuldades?

3. Compreender a situação cotidiana da pessoa cuidadora

3.1. Maiores dificuldades sentidas no dia – a – dia enquanto cuidadora?

3.2. De que forma é que essas dificuldades são uma condicionante diária?

3.3. O que faz para superar essas dificuldades?

3.4. Qual o maior desafio de ser cuidadora de uma pessoa com deficiência?

3.5. Equacionou alguma vez ajuda de terceiros nesse sentido? (Explicar porquê)

4. Reconhecer o panorama do seu local de residência

4.1. Considera o local onde vive acessível?

4.2. Como é a vossa experiência nesse sentido (obstáculos, barreiras)

4.3. Acessibilidades em falta?

4.4. Sente que ao longo do tempo são efetuadas mudanças nesse sentido (Se sim quais, se não justifique com a sua perspetiva)

4.5. Aspetos positivos e negativos das acessibilidades no local onde reside

5. Compreender a supervisão da problemática

5.1. Têm acompanhamento de alguém para superar os obstáculos encontrados/vivenciados?

5.2. Considera importante esse acompanhamento?

5.3. De que forma é feito esse acompanhamento?

5.4. Reconhece que os órgãos autárquicos acompanham/avaliam a falta de acessibilidades existentes (Se sim, como é feita essa avaliação, explique)

5.5. A sua avaliação das acessibilidades (Avalie qualitativamente)

6. Compreender o ambiente escolar

6.1. Fale por favor, um pouco da experiência escolar da sua filha enquanto pessoa com deficiência

6.2. A escola dispõe de acessos para pessoas com deficiência?

6.3. As infraestruturas estão adaptadas para essas pessoas?

6.4. Considera a escola que a sua filha frequenta acessível e inclusiva? (Explique porquê?)

7. Legitimar a inclusão

7.1. O que é para si a inclusão?

7.2. Considera o seu local de residência inclusivo? Se sim, porquê? Se não, porquê?

7.3. Como é que na sua opinião se pode promover a inclusão?

7.4. O que é feito atualmente no local onde vive nesse sentido?

7.5. Conselhos/opiniões que gostaria de referenciar?

8. Conclusão da entrevista

8.1. Informar que não existem mais questões a colocar, dando a entrevista como terminada

8.2. Abertura para a partilha de outras informações relevantes

APÊNDICE 6 – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevistado: Tatiana Perdigão

Local: Plataforma Zoom

Duração: 40 minutos

Sofia: Olá boa tarde, Tatiana antes de começarmos quero primeiramente agradecer–lhe a disponibilidade para colaborar nesta entrevista, sei que o seu tempo, é muitas vezes restrito e por isso, vamos sem mais demoras iniciar.

Tatiana: Olá Sofia, estás à vontade, eu peço também desde já desculpa pela demora em conseguirmos marcar a entrevista, mas isto de ser mãe de duas meninas, cuidar da Sofia e todos os problemas que temos enfrentado, torna tudo um pouco mais difícil, mas aqui estamos.

Sofia: Claro, eu compreendo! Quando contactei a Tatiana, para perceber se tinha disponibilidade para participar neste meu estudo, expliquei–lhe de forma breve em que consistia, mas agora espero ser mais explícita e clara. Então sou estudante do Politécnico de Leiria, mais precisamente, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, e estou no 2º ano de mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, é nesse sentido que surge este estudo, como trabalho final para concluir o mestrado.

Tatiana: Muito bem, as “Sofias” são sempre muito focados e muito ambiciosas!

Sofia: Diria que sim, não posso negar! Quero só antes de iniciarmos a entrevista propriamente dita, dar–lhe a conhecer este trabalho que estou a desenvolver e solicitar–lhe caso permita a gravação desta entrevista, para posteriormente eu poder analisar com detalhe as informações que me der!

Tatiana: Estás à vontade, querida! Faz da forma que se tornar mais fácil para ti.

Sofia: Muito obrigada! Este trabalho tem a estrutura de um projeto de investigação–ação, onde o meu foco principal é compreender as escassas acessibilidades para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Tatiana: Ah, o teu trabalho é fundamental, sem dúvida, espero que consigas alcançar com ele a meta que desejas.

Sofia: Ambiciono que sim, mesmo! Para isso, preciso de alguma maneira conhecer a percepção dos cidadãos que testemunham diariamente esta realidade, bem como as suas condicionantes, quer a nível urbanístico e/ou no edificado

Tatiana: Claro, vou tentar ajudar – te tendo em conta a nossa realidade diária.

Sofia: Ótimo! Qualquer informação é importante... primeiro e até porque eu não converso diariamente consigo e acredito que muitas das coisas não as saiba, pedia – lhe que se apresenta – se, pode dizer – me a sua idade, nível de ensino área de formação, qualquer informação que considere relevante.

Tatiana: Não tenho muito para dizer nesse sentido... Sou a Tatiana, tenho 40 anos e sou mãe da Diana de 4 anos e da Sofia de 9 anos, uma menina com paralisia cerebral. Para além de mãe, sou advogada e trabalho num escritório de advogados.

Sofia: Agora que me fala nas suas princesas, deixe – me dizer – lhe que seria um gosto para mim, se um dia tivesse a oportunidade de as conhecer pessoalmente, elas são fascinantes são o sinónimo verdadeira daquilo que é o amor.

Tatiana: É verdade, sempre tiveram esta ligação bonita que, enquanto mãe me deixa muito orgulhosa!

Sofia: Claro, nem poderia ser de outra maneira, tem toda a razão! Fale – me agora um bocadinho da Sofia, idade, a escolaridade dela, a deficiência, tudo o que quiser dizer...

Tatiana: A Sofia tem 9 anos e como tu sabes tem paralisia cerebral, frequenta o 4ºano do ensino regular.

Sofia: É uma menina cheia de força com muita para ensinar a todas aquelas pessoas que não dão valor à vida, sabendo eu que a Sofia tem paralisia cerebral, pedia – lhe agora, se não a fizer sentir desconfortável que me fale um pouco da deficiência dela, dizendo – me qual é a deficiência, basicamente é só explicar – me um bocadinho essa parte.

Tatiana: A Sofia nasceu prematura de 30 semanas com uma leucomalácia periventricular de grau III, por isso mesmo ela não fala, mas comunica através do tablet e do computador

com uma ferramenta que se chama GRID, também não anda e desloca – se em cadeira de rodas elétrica, e nesse aspeto felizmente, consegue ser autónoma. A parte motora do corpo encontra – se mais afetada.

Sofia: Infelizmente, às vezes a vida prega – nas partidas, eu sei isso também... o importante é sermos felizes e acredito e é notório que a Sofia o é, e muito! A deficiência da Sofia traz – lhe algumas limitações, certo?

Tatiana: Sim...

Sofia: Quais são?

Tatiana: As limitações que ela tem são ao nível motor, uma vez que a paralisia que lhe afeta os quatro membros do corpo (quadriplegia), assim no que toca ao tónus muscular tem um misto de espasticidade e distonia.

Sofia: Espasticidade também tenho... não é muito agradável, uma vez que algo involuntário que por mais que queiramos não conseguimos “travar”. Tatiana, passamos agora para algumas perguntas que me levem a compreender um pouco a vossa vida diária, começaria por lhe perguntar, quais é que acha que são as maiores dificuldades que a Sofia tem?

Tatiana: Creio que a principal dificuldade, vai mesmo ao encontro daquilo que é o teu estudo, pois diria que é mesmo ao nível das acessibilidades, à primeira vista talvez dê maior destaque às arquitetónicas, porque os espaços não estão preparados para cadeiras de rodas, depois disto temos de dizer que é a mentalidade das pessoas e o capacitismo que ainda se encontra muito enraizado na nossa sociedade.

Sofia: Infelizmente, é verdade como eu digo sempre ainda há um longo caminho a percorrer para contornar todas estas questões. De que forma é que as dificuldades que referiu comprometem a Sofia?

Tatiana: Essas dificuldades comprometem a Sofia e conseqüentemente, a nós enquanto família também... A acessibilidade acaba por limitar o nosso dia-a-dia (locais para onde vamos, como vamos, etc...), no que concerne às mentalidades, o capacitismo impacta em, praticamente, todos os temas da vida com deficiência, uma vez que se vê confrontada

com inúmeras barreiras, barreiras essas que claramente, são criadas pela própria sociedade e não pela deficiência em si.

Sofia: Entendo as suas palavras, não sei se calhar é uma ideia forte, mas eu acho que a mentalidade das pessoas, está ainda muito pouco evoluída... Ninguém é igual a ninguém, e a verdade é apenas uma não somos inferiores porque temos uma deficiência, é apenas a nossa condição...

Tatiana: Disseste tudo numa frase!

Sofia: Que tipo de ferramentas é que usam para superar qualquer dificuldade?

Tatiana: Relativamente à acessibilidade temos de planear muito bem as nossas deslocações, viagens, locais onde vamos. Antes de irmos para qualquer sítio mo certifica – nos que é acessível, e se não for tentamos ver como é possível contornar a situação, por vezes, levamos as nossas rampas ou então uma cadeira de rodas manual que acaba por ser mais “portátil”, já no que toca ao capacitismo tentamos relativizar sempre que possível para que isso não nos afete psicologicamente.

Sofia: A sociedade ainda não é igualitária a muitos níveis, mas acredito que um dia chegaremos a esse patamar... A Tatiana enquanto cuidadora também deve passar por algumas, questões, acredito eu que às vezes a incomodam, era isso que queria agora abordar um bocadinho.

Tatiana: Sim, acho que qualquer mãe de uma pessoa com deficiência, acaba por passar por esses momentos...

Sofia: Exatamente por isso, diga – me quais as maiores dificuldades do seu dia-a-dia?

Tatiana: Com o passar do tempo tudo acaba por se tornar um pouco mais complexo... confesso que o peso da Sofia (por já estar crescida) acaba por me dificultar muito nas tarefas diárias.

Sofia: Claro, eu já com 27 anos digo – lhe que a minha mãe sente o mesmo... De que forma é que essas dificuldades condicionam a sua vida diária?

Tatiana: Bem... acaba por ser mais difícil, quando a Sofia ainda era bebé/criança pequena pegávamos nela ao colo para tudo, neste momento cada vez se torna mais difícil...

Sofia: Acredito... e o que é que faz para superar essas dificuldades?

Tatiana: Tentamos sempre fazer transferências com a ajuda da cadeira de rodas

Sofia: Já é um grande apoio, pelo menos no meu caso sinto isso, apesar de o nosso corpo nem sempre responder da mesma maneira... qual o maior desafio de ser cuidadora de uma pessoa com deficiência?

Tatiana: Ah... sem qualquer dúvida foi de facto, aceitar a deficiência da minha filha e de não me culpabilizar pelo facto de ela ter nascido prematura...

Sofia: Sei que não estamos a falar de mim, mas confesso – lhe que essa também foi inicialmente a maior dificuldade da minha mãe, porque a verdade é que os pais idealizam filhos com saúde e quando acontece outra coisa, que sai fora do nosso controle é muito difícil lidar/aceitar...

Tatiana: Sim... mas depois quando tudo fica mais nítido na nossa cabeça, vamos a vida de outra forma e vivemo – la com aquilo que temos sem culpa...

Sofia: Ainda assim, uma vez que já me enumerou algumas dificuldades, alguma vez equacionou pedir ajuda de terceiros?

Tatiana: Sim, inclusive já pedi... Apoio psicológico e foi graças a esse apoio que aceitei a deficiência da minha filha e comecei a viver em paz com o tema.

Sofia: Deixe – me dar – lhe os parabéns pela coragem de pedir ajuda, é um ato que hoje em dia nem toda a gente consegue tomar...

Tatiana: Se a iniciativa não vier de nós próprios, ninguém mais nos conseguirá ajudar...

Sofia: Tatiana, a partir daqui as perguntas que tenho para fazer já são mesmo centradas naquilo que é a problemática em análise no meu trabalho, relativamente ao local onde residem considera – o acessível?

Tatiana: Olha vou falar – te daquilo que é o interior do local onde vivemos, neste caso do nosso prédio... porque no que toca ao exterior (via pública) já sabemos como é... falta de rampas, tudo aquilo que tu já sabes, assim posso dar – te uma visão um bocadinho,

diferente, se calhar das que tens tido, e sim assim, sendo o nosso local de residência é acessível.

Sofia: Já que me vai dar uma perspetiva um bocadinho diferente, fale – me um pouco da vossa experiência, quero com isto que me fale algum obstáculo ou algumas barreiras.

Tatiana: Não podemos só dizer coisas más, não é verdade? Se te fosse falar na via pública muito haveria para dizer, mas opto então por te falar do nosso prédio, onde felizmente não temos nada a apontar, porque o prédio é novo e é totalmente acessível... já a via pública, é falta de rampas, é passeios altíssimos, o que dificulta muito o nosso quotidiano pois a cadeira elétrica da Sofia é bem pesada, é portas estreitas...

Sofia: Bom, pelo menos no que toca ao sítio onde vivem especificamente, fico feliz que me diga que é acessível, pois hoje em dia, até isso é raro... o que me fala da via pública infelizmente já esperava...

Tatiana: Pois, por isso é que optei por abordar o assunto noutra perspetiva.

Sofia: E esta é uma perspetiva também fundamental para mim conhecer porque as acessibilidades a nível das edificações também as menciono neste estudo. Sente que com o passar dos tempos são efetuadas mudanças nesse sentido?

Tatiana: Temos perfeita noção que os prédios antigos nunca cumprem as leis de acessibilidade, no entanto no nosso caso o prédio é novo e já é obrigado a cumprir a lei das acessibilidades.

Sofia: Isso é ótimo, torcemos para que até os mais antigos comecem a ser requalificados nesse sentido... que aspetos positivos e negativos me pode mencionar?

Tatiana: Negativos nenhum, pelo que já expliquei anteriormente, positivos, o prédio tem garagem o que facilita muito para tirar e pôr a Sofia no carro, tem elevador o que nos dá liberdade para sair sempre que quisermos, e os corredores são largos, logo a Sofia pode deslocar – se à vontade na cadeira de rodas.

Sofia: Uau, por mais sítios assim...

Tatiana: Mesmo, confesso que no que toca às infraestruturas, onde vivemos (o prédio) não se podemos mesmo queixar!

Sofia: Bem, mas a verdade é que a problemática das acessibilidades nem sempre é fácil de lidar, pois os obstáculos vivenciados/encontrados são muitos, têm acompanhamento de alguém nesse sentido, como forma de vos ajudar a superar?

Tatiana: Olha, mais uma vez, vou dar – te uma visão distinta, uma vez que essas situações mexem com o nosso interior, digo – te que o meu acompanhamento para lidar não só com a deficiência da Sofia, mas com essas situações, foi uma psicóloga que tive durante 2 anos.

Sofia: E esse acompanhamento, foi importante?

Tatiana: Ah, sim claro.... Imprescindível

Sofia: De que forma é que esse acompanhamento foi feito?

Tatiana: Numa primeira fase fazia sessões de terapia semanais e, numa segunda fase passaram a ser quinzenais.

Sofia: No que respeita às acessibilidades propriamente ditas, na sua opinião os órgãos autárquicos acompanham e avaliam a falta de acessibilidades existentes?

Tatiana: Sinceramente, não te sei responder a isso...

Sofia: Pois, se for como na zona onde vivo, nunca vi, e muito menos alguma vez tive conhecimento que alguém desse a devida importância a essas questões... Se lhe pedir para fazer uma avaliação das acessibilidades o que me diria?

Tatiana: Da sociedade em geral? Muito fraca... de 0 a 10 atribuo um 2...

Sofia: Dá para sentir em tudo o que vocês publicam na vossa página de Instagram que a Sofia é uma menina muito feliz, independentemente da condição, até mesmo na escola e como sabemos, nem todas as crianças têm essa sorte, fale – me um pouco, por favor da experiência escolar dela.

Tatiana: Sim, na escola onde anda atualmente a Sofia sempre este muito bem integrada, não há nada a apontar, no entanto estamos a passar por graves dificuldades para encontrar uma escola, uma vez que no próximo ano letivo a Sofia irá para o 5ºano... Os colégios privados não querem receber crianças com deficiência e as escolas públicas, por muito

boa vontade que haja de quem lá trabalha, o que é certo é que estão muito mal preparadas a nível de acessibilidade e recursos (ou falta deles)

Sofia: Confesso – lhe que estas são situações mexem muito comigo, parece que quanto mais as situações se tornam “vulgares” mais difícil é começar a modifica – las... A igualdade, a aceitação, a inclusão devia estar presente em todas as escolas, acredito que existam milhares de crianças na mesma situação da Sofia.

Tatiana: Nós não vamos deixar de lutar, até encontrar uma escola, mas temos consciência que de certeza existem muitas crianças que devido a estas circunstâncias acabam por ficar em casa e todos têm o direito de aprender, de ter um percurso escolar...

Sofia: Sem sombra de dúvida... ao contrário da Sofia, nunca passei por uma situação destas, porque as escolas da minha zona 2º e 3º ciclo são no mesmo espaço, porém nunca me senti aceite, era excluída de muita coisa, por isso deixa – me de coração cheia que a vossa princesa viva momentos felizes na escola, é um direito de todos nós!

Tatiana: Essas coisas ainda acontecem, mas A Sofia é uma menina de sorte nesse aspeto, a mentalidade das pessoas conta muito em todo este percurso.

Sofia: A escola que a Sofia frequenta atualmente tem acesso para pessoas com deficiência?

Tatiana: Sim!

Sofia: E as infraestruturas, estão adaptadas a essas pessoas?

Tatiana: Sim, mas das que temos estado a ver para o próximo ano, posso dizer que como era de esperar 90% não acessíveis, ou falta rampas, ou o acesso ao refeitório é no primeiro andar...

Sofia: Eu acho mesmo que em qualquer escola, há sempre acessos em falta, nunca nada está feito na plenitude a pensar em todos, mas há escolas que nos deixam mesmo sem saber o que pensar, coisas básicas as pessoas com deficiência não conseguem ter acesso, posso partilhar consigo que, no meu terceiro ciclo, havia uma casa de banho para deficientes, no entanto essa casa de banho, estava literalmente transformada numa divisão de arrumos para as auxiliares quando entravam ou saiam do serviço... e nunca foi mudado,

cheguei a estar na minha privacidade e ser “invadida” por funcionárias para irem buscar a sua bata de serviço...

Tatiana: Uma situação completamente despropositada e inexplicável...

Sofia: Considera a escola da sua filha acessível e inclusiva?

Tatiana: Sim, muito. A Sofia é incluída em tudo, em todas as atividades, viagens de estudo... e os amigos nunca a colocaram de parte...

Sofia: A Sofia é mesma a prova viva de que nada é impossível até acontecer, é ótimo testemunhar como se sente bem na escola! Para concluir a nossa entrevista, queria abordar um assunto importante consigo, a inclusão.... Começo por perguntar o que é para si a inclusão?

Tatiana: É acolher sem olhar a diferenças, é fazer sentir ao outro que pertence, que faz parte. É fazer sentir que somos todos iguais, dentro das diferenças que nos distingue tendo em conta a diversidade humana.

Sofia: Muito bem... gostei desta “definição”! O seu local de residência é inclusivo?

Tatiana: Sim, por exemplo em nossa casa todos vivemos as mesmas experiências e todos participam de igual forma em todas as atividades... A Sofia, não obstante, a sua deficiência experiencia todas as vivências da irmã, nunca deixamos que sentisse que a deficiência a impossibilita de fazer algo, ou a limita de alguma forma.

Sofia: Vocês são de facto, uma família que eu vejo com um exemplo a seguir! Como é que acha que se pode promover a inclusão?

Tatiana: Mostrando ao mundo a deficiência. As pessoas não estão habituadas a ver a deficiência e muito menos a lidar com ela.

Sofia: Por isso mesmo é que a discriminação e preconceito continuam a existir... o que é feito no local onde vive nesse sentido?

Tatiana: Da nossa parte temos uma página de instagram em que tentamos sempre passar a mensagem do que disse anteriormente.

Sofia: E só para deixar claro, é um gosto enorme seguir – vos, aprendo sempre algo nosso convosco... Sei que a entrevista já vai longa, e está mesmo a terminar, deixo – lhe agora toda a liberdade para qualquer tipo de conselho ou opinião que queira deixar.

Tatiana: Olha gostava só de dizer que somos todos iguais e que merecemos todos as mesmas oportunidades e que ninguém pode ser limitado por causa da sua deficiência.

Sofia: Assino por baixo esta ideia, não diria melhor. Tatiana quero só agradecer – lhe este tempo dispensado e todos os seus contributos.

Tatiana: De nada foi um prazer... que faça um trabalho de excelência!

Sofia: Continuo na luta para isso mesmo... um beijinho para a vossa família em especial à princesa Sofia!

Tatiana: Um grande beijinho para ti, muito obrigada!

APÊNDICE 7 – ANÁLISE DE ENTREVISTA (PESSOA COM DEFICIÊNCIA)

Categorias	Subcategorias	Análise	Unidades de registo
Situação Quotidiana	Dificuldades diárias	Os lugares não são planos Dependência de terceiros	“O facto de ir a alguns sítios que não tenham acessibilidade completa, impede-me de usar o meu equipamento de propulsão (...) só resulta se estivermos a falar de lugares planos ou que tenham rampas (...)” – E1 “(…) Antes de ter adquirido isto (que agora me ajuda imenso na minha independência), tinha sempre de contar com alguém para sair de casa (...) Uma vez que não existe acessibilidade (...)” - E1 “(…) Quando quero ir ao café próximo de minha casa, como não existem rampas (...)” -E1
	Entraves associados às dificuldades	Isolamento social bastante notório	
	Necessidades para colmatar dificuldades	Maior acessibilidade arquitetónica	
Panorama do local de residência	Acessibilidade	Acessível e ao mesmo tempo inacessível	“Por um lado, posso dizer – te que é satisfatório, por outro não, posso ter acessibilidade em alguns sítios, mas noutros não (...)” - E1 “(…) Haver mais acessibilidade onde não existe (...) não seria obrigada a ir dar voltas e voltas (...)” -E1 “Cidadãos como eu e tu com deficiência e que usamos produtos de apoio,
	Obstáculos/Barreiras	Percorrer distâncias bastante significativas	
	Necessidades	Escassez de rampas	
	Mudanças	Pouco significativas para quem utiliza produtos de apoio	

	Aspetos positivos e negativos	Falta de sensibilização da comunidade	devíamos ter uma vida sossegada e plena (...)” -E1
Supervisão da problemática	Acompanhamento de terceiros	Apoio diário da mãe fundamental	“(…) Tenho a ajuda diária da minha mãe (...) mas hoje em dia seria mesmo preciso mais acessibilidade, pois não é qualquer pessoa que tem força para andar conosco na rua (...)” -E1
	Acompanhamento dos órgãos autárquicos	Esse acompanhamento é inexistente, caso existisse haveriam menos preocupações e mais independência	“(…) Caso os órgãos autárquicos avaliassem a falta de acessibilidades existente (...) não teríamos preocupações em sair de casa (...) não teríamos de depender de terceiros (...)” -E1 “(…) Ainda falta bastante para que o nosso Portugal esteja e seja realmente acessível” -E1
	Avaliação	Duvidosa, pois ainda há muito a fazer	
Legitimação da inclusão	Definição	Liberdade para ir a qualquer lugar sem preocupações	“(…) poder estar em qualquer lugar sem ter de preocupar se por exemplo, o sítio para onde vou é ou não acessível, se tem casa de banho adaptada (...)” -E1
	Local de residência	Ambiguidade, com adaptações podemos falar num local inclusivo Privação da vida social	“(…) Dá perfeitamente para que com o meu equipamento de propulsão andar por aqui (...)” -E1

	Promoção	Abordagem ao tema de forma livre Expressar insatisfação	“(…) Sem Acessibilidade ficamos “presos” em casa, o que nos priva da vida social, e de sermos incluídos em algo (…)” -E1 “Promover a inclusão é poder falar nela sem tabus, é reclamar dos espaços que sabemos que não tem acessibilidade e reclamar a acessibilidade em falta (…)” -E1
	Desenvolvimento	A população é já envelhecida, não existem desenvolvimentos	“(…) Não se fala tanto em inclusão, uma vez que é um local onde vivem pessoas de uma faixa etária envelhecida (….) não aceitam a inovação (….)” -E1
Conselhos/opiniões	Maior informação	Abordagem à integração e acessibilidade para maior conhecimento	“(…) É importante que se fale mais de integração e acessibilidade, para que nós pessoas com deficiência também tenhamos mais visibilidade (….) como outra pessoa qualquer do padrão chamado normativo” -E1

APÊNDICE 8 – ANÁLISE DE ENTREVISTA (MÃE CUIDADORA DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA)

Categorias	Subcategorias	Análise	Unidades de registo
Situação Quotidiana da Pessoa Cuidada	Dificuldades diárias	Acessibilidade arquitetónica Capacitismo	“(…) as que mais sentimos são as arquitetónicas (os espaços não estão preparados para uma cadeira de rodas” – E2
	Entraves associados a essas dificuldades	Locais com escassas acessibilidades A mentalidade das pessoas	“(…) a mentalidade das pessoas e o capacitismo (…) muito enraizado na nossa sociedade” – E2
	Ferramentas para superar dificuldades	Rampas portáteis Cadeira de rodas manual	
Situação Quotidiana da Pessoa Cuidadora	Dificuldades diárias	Estatura da criança associada ao peso	“(…) o peso da Sofia (por já estar crescida) acaba por me dificultar muito nas tarefas diárias” – E2
	Condicionantes associadas às dificuldades	Impossibilidade de pegar criança ao colo	“(…) Antes pegávamos na Sofia ao colo para tudo, quando ainda era bebé, criança pequena (…)” – E2
	Superação das dificuldades	Transferências concretizadas com o auxílio de um produto de apoio	“Tentamos fazer sempre transferências com a ajuda da cadeira de rodas” – E2
	Desafio de uma pessoa cuidadora	Aceitação da deficiência da criança	“Aceitar a deficiência da minha filha e não me culpabilizar (…)” – E2
	Apoio necessário	Apoio psicológico	“Já pedi ajuda, apoio psicológico e foi graças a esse apoio que aceitei a deficiência da minha filha (…)” – E2

Panorama do local de residência	Acessibilidade	No que toca à via pública inacessível devido à falta de rampas, já o prédio habitacional é acessível	“Daquilo que é o interior do local onde vivemos, neste caso do nosso prédio (...) é acessível” -E2 “(...) no que toca ao exterior – via pública (...) falta de rampas (...)” -E2
	Obstáculos e barreiras	Prédio habitacional totalmente acessível Na via pública – escassez de rampas, passeios com uma altura inacessível	“(...) o prédio é novo e é totalmente acessível (...)” -E2 “(...) é falta de rampas, é passeios altíssimos (...)” -E2
	Necessidades	Ao prédio não se aplicam Na vida pública, construção de rampas e requalificação das portas nas edificações	(...) a cadeira elétrica da Sofia é bem pesada, é portas estreitas...” -E2
	Mudanças	Cumprimento de leis de acessibilidade	“(...) no nosso caso o prédio é novo e já é obrigado a cumprir a lei das acessibilidades” - E2
	Aspetos positivos e negativos	Instalações do prédio adaptadas	“(...) o prédio tem garagem, o que facilita para tirar e pôr a Sofia no carro (...)” -E2 “(...) Elevador que nos dá liberdade para sair quando quisermos (...)” -E2

			“(…) Corredores são largos (….) a Sofia pode deslocar – se à vontade na cadeira de rodas”- E2
Supervisão da problemática	Acompanhamento de terceiros	Apoio de um profissional de psicologia	“(…) uma vez que essas situações mexem com o nosso interior (….) o meu acompanhamento (….) foi uma psicóloga que tive durante 2 anos” -E2
	Acompanhamento dos órgãos autárquicos	Resposta não conclusiva	“Sinceramente, não te sei responder a isso” -E2
	Avaliação	De pouca qualidade	“(…) Muito fraca... de 0 a 10 atribuo um 2...” -E2
Ambiente escolar	Experiência escolar	Muito boa Obstáculos significativos para encontrar uma escola preparada para crianças com deficiência a nível de acessibilidade e recursos	“(…) Na escola onde anda atualmente, a Sofia sempre esteve muito bem integrada (….)” – E2 “(…) estamos a passar por graves dificuldades para encontrar uma escola (….) no próximo ano letivo a Sofia irá para o 5º ano (….)”-E2
	Acessos	Adaptados atualmente outras escolas não tem acessos	“(…) colégios privados não querem receber crianças com deficiência (….)” -E2
	Infraestruturas	Adaptadas na escola atual, noutras escolas não existem adaptações	“(…) escolas públicas (….) muito mal preparadas a nível de acessibilidades e recursos (….)” -E2
	Inclusão	Sempre presente	“(…) das que temos estado a ver 90% não são acessíveis” -E2

			“(…) é incluída em tudo, em todas as atividades, viagens de estudo, os amigos nunca a colocaram de parte -E2
Legitimar a inclusão	Definição	Sinónimo de acolhimento, onde existe igualdade e diversidade	“(…) acolher sem olhar às diferenças (...) é fazer sentir que somos todos iguais (...) tendo em conta a diversidade humana” -E2
	Local de Residência	Inclusivo, onde todos vivem experiências sem pensar na deficiência	“(…) A Sofia experiência todas as vivências da irmã, nunca deixamos que sentisse que a deficiência a impossibilita de fazer algo (...)” -E2
	Promoção	Sensibilizando o mundo	“Mostrando ao mundo a deficiência” -E2
	Desenvolvimento	Criação de ferramentas nesse sentido	“Da nossa parte temos uma página de instagram em que tentamos sempre passar a mensagem (...) -E2
Conselhos/Opiniões	Promoção da igualdade e/ou equidade	Todo o ser humano deve ser visto de forma igual, tendo as mesmas oportunidades	“Que somos todos iguais e que merecemos todos as mesmas oportunidades (...)” -E2

APÊNDICE 9 – AVALIAÇÃO INTERCALAR PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SOBRE AS ACESSIBILIDADES

Observe atentamente as perguntas apresentadas, responda a cada um delas colocando um (X) em cada pergunta tendo em conta a sua opinião.

Avaliação Intercalar das Acessibilidades				
	Os acessos já se encontram adaptados?	As rampas são suficientes e acessíveis?	Os edifícios já se encontram requalificados tendo em conta as necessidades?	Os passeios já se encontram a uma altura adaptada?
				
				
				

Legenda: Smile Verde – Alterações Suficientes; **Smile Amarelo** – Mais alterações; **Smile Vermelho** – Alterações Insuficientes.

**APÊNDICE 10 – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO FINAL PARA A COMUNIDADE
SOBRE AS ACESSIBILIDADES**

Questionário De Avaliação Final Das Acessibilidades Em Vieira de Leiria

Leia com atenção o seguinte conjunto de resposta e sempre que achar pertinente justifique a sua resposta

- 1. Considera que as alterações de acessibilidade efetuadas estão adaptadas para as pessoas com deficiência?**

- 2. Na sua opinião, os acessos contruídos são suficientes?**

- 3. Considera que ainda existem alterações a fazer?**

- 4. Sente, através das situações que presencia que as pessoas com deficiência têm menos dificuldades diárias?**

- 5. Neste momento, na sua opinião considera que as pessoas com deficiência se sentem mais incluídas?**

Sugestões/Observações

APÊNDICE 11 – AVALIAÇÃO FINAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA SOBRE AS ACESSIBILIDADES

Tendo em consideração as perguntas abaixo responda com base os símbolos expostos

Avaliação Final das Acessibilidades					
Os acessos criados são aptos para si?	Sente que tem uma maior qualidade de vida?	A requalificação de infraestruturas faz face às suas necessidades?	A construção das rampas foi como esperado?	Os passeios estão adaptados para poder circular?	É possível ter uma maior autonomia depois da requalificação da vila?

Legenda: Concordo



Não concordo

